

HIASSANA SCARAVELLI

OBJETOS À VENDA:

**INDÍCIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS
ESCOLARES EM JORNAIS CATARINENSES (1908-1921)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva

FLORIANÓPOLIS, SC

HIASSANA SCARAVELLI

OBJETOS À VENDA:

**INDÍCIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES
EM JORNAIS CATARINENSES (1908-1921)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva
UDESC

Membro:

Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza
UFPR

Membro:

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha
UDESC

Membro:

Prof.^a Dr.^a Geysa Spitz Alcoforado Abreu
UDESC

Membro:

Prof.^a Dr.^a Gisela Eggert Steindel
UDESC

Membro:

Prof.^a Dr.^a Virginia Pereira da Silva de Avila
UPE

Florianópolis, 16 de setembro de 2016.

Em memória ao meu avô Isaias Cesco, saudades.

AGRADECIMENTOS

Achava que os agradecimentos seriam das partes mais tranquilas da escrita da dissertação e, ao começar a pensar em agradecer as pessoas que contribuíram nesse processo, percebi que não seria algo simples e fácil de fazer. Primeiro por ter várias pessoas queridas que me acompanharam e colaboraram ao longo da pesquisa e, segundo, por tentar lembrar de todos e não esquecer de ninguém.

Então, começo agradecendo a todos, de coração, que ajudaram de qualquer forma, direta ou indiretamente na realização dessa produção.

Início os agradecimentos aos meus pais Andréa Cesco e Julio C. M. Scaravelli, que sempre me incentivaram e apoiaram a estudar, mesmo não sendo um caminho fácil, me ensinaram a lutar e não desistir. Às minhas irmãs Nanashara e Ananda, mais que irmãs, minhas amigas e confidentes, obrigada por sempre estarem presentes me estimulando.

À minha professora orientadora Dr^a. Vera Lucia Gaspar da Silva, por prorrogar o nosso encontro e me aceitar como sua orientanda, mesmo sabendo das dificuldades e desafios que viriam pela frente. Pela sua competência e habilidade em orientar, dos puxões de orelha que me ensinaram e me fizeram

amadurecer muito, tanto como pessoa, como no processo de escrita e por sempre lutar por uma educação melhor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, aos funcionários, em especial à secretária do programa Gabriela Vieira, sempre prestativa e atenciosa e aos professores do programa. Às bolsas de estudos: PROMOP e CAPES, que ajudaram a financiar os estudos da pesquisa.

Agradeço à banca examinadora, às professoras Dr.^a Gizele de Souza, Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha, Dr.^a Gisela Eggert Steindel e Dr.^a Geysa Spitz Alcoforado Abreu, por aceitarem o convite e pelas contribuições com o trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Catarina, do Setor de Obras Raras, pelo acolhimento e o atendimento, sempre prestativo, durante o percurso como bolsista de iniciação científica e como mestranda. Não menos importante, os funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mesmo longe ajudaram na coleta de dados, do Arquivo Público de Santa Catarina, da Casa da Memória, do Instituto Histórico Geográfico, pelo empenho na colaboração em encontrar fontes que pudessem auxiliar na pesquisa.

Às grandes amigas que conheci durante a graduação e que me acompanharam nessa caminhada do mestrado e trilharam também por ele, as quais espero levar para o resto da vida: Sélia Ana Zonin, Natália Fortunato e Sabrina de Los

Santos. Obrigada pelos cafés terapias, pelas risadas, chás, abraços, pelas longas conversas que muitas vezes acalmaram uma pessoa cheia de angústia.

Às amigas: Carolina Cardoso Ribeiro, Marília Petry, Luiza Pinheiro Ferber, Dilce Schüeroff, Amanda Cividini, Elisa Cunha e Suzana Grimaldi Machado e o amigo e Valdeci Reis, pelos grupos de estudos, viagens, aprendizados, que contribuíram para a escrita da dissertação. À Cibele Piva Ferrari, por sua ida ao Arquivo Histórico de Joinville para coletar fontes que ajudaram na confecção do capítulo três, os meus sinceros agradecimentos e afeto. E aos amigos, Gustavo Rugoni, pelas conversas na sala 25 e pela apaixonante e linda capa da dissertação e Fabiano Seixas Fernandes pela ajuda com o resumo na versão em inglês.

Aos amigos "não acadêmicos": Cristiane Andrade, Maurício Andrade, Aline Rocca Guimarães, Ariadne Carvalho, Josiane Schreiner, Renata Schlickmann, Fernanda Schlickmann, Andréia Somensi, Gabriela Arruda, Melody Torres, aos meus cupidos: Letiara e Cristiano, obrigada por entenderem os momentos de ausência e o incentivo pelo estudo.

Uma outra porção de amigas, que levo e guardo no coração, o carinho e dedicação em diferentes fases desse processo e o meu eterno obrigada: Luani de Liz, pela doçura de

amizade e por ser meu braço direito durante todo o mestrado, Ana Paula de Souza Kinchescki, pela paciência em ler o meu texto na fase mais crítica e nunca me deixar desanimar e desistir, e à Suzane Madruga, pela delicadeza e atenção em corrigir a dissertação, trazendo contribuições ímpares para a escrita.

Aos familiares Cesco e Scaravelli, minha gratidão pelo suporte sempre que preciso.

Aos meus patudos felinos: Tequila, Mi, Molina, Pepe, Paco e Nacho e aos patudos caninos: Cão e Demi, os quais não vivo sem, que nunca me deixaram por um segundo sequer estudar sozinha em casa, deixando os dias mais alegres e leves.

Michelle Cherem, amiga que escolhi e que ganhei durante os percursos da vida, acabou se tornando a minha terceira irmã cuja amizade se fortalece cada vez mais e continua firme, obrigada pelas longas conversas, almoços, cafés, telefonemas, por estar sempre tão presente quando mais precisei de um ombro e de uma palavra amiga.

E, por fim, não menos importante, para aquele que nos últimos tempos segurou as pontas: meu companheiro, amor, amigo, Samuel Sonaglio. Obrigada por me acalmar, por me fazer parar e respirar quando preciso, sempre me apoiando e incentivando nos meus projetos, nos nossos projetos. Por me mostrar que a vida a dois é muito melhor que sozinha.

RESUMO

A presente pesquisa intenta compreender formas e modos da comercialização dos materiais escolares e sua força na expansão do ensino primário público em Santa Catarina nos anos de 1908 a 1921. Propõe-se localizar e entender, através de anúncios publicados em jornais catarinenses, o mercado escolar que se forma e se constitui por meio da escola, assim como os utensílios que faziam parte das rotinas escolares e a importância atribuída a esses objetos vistos como necessários no processo de ensino e aprendizado das crianças. Enquanto perspectiva metodológica, utiliza-se a análise documental com base em jornais nas versões *on-line* e físicas, localizadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dialogando com um conjunto de documentos: regimentos, leis, regulamentos, ofícios e correspondências, localizados no Arquivo Público de Santa Catarina; fotos salvaguardados na Casa da Memórias; e mapas localizados no Instituto Histórico Geográfico, que ajudaram nas análises e reflexões. Inicia-se o período estudado em 1908 por, neste ano, surgirem medidas como a aprovação da Lei n. 780, de 22 de agosto, que define o fechamento de escolas públicas e a criação de grupos escolares. Tais mudanças no ensino catarinense são os primeiros vestígios do que viria a ser a Reforma da Instrução Pública, levada a efeito em 1911. Como limite temporal da pesquisa, tem-se o ano de 1921, definido como forma de se localizar desdobramentos da operacionalização da citada Lei. Com base em investigações nos jornais, através da localização dos anúncios de objetos escolares, intentou-se compreender se as modificações no ensino primário catarinense, principalmente em relação aos materiais escolares, estavam sendo colocadas em prática. Entende-se, portanto, que o percurso das transformações prescritas para a escola foi lento e gradativo, ou seja, levou um tempo para estas transformações serem efetivas. Procura-se pensar a circulação do material escolar e o comércio destes objetos pelo viés dos anúncios na imprensa jornalística do dia a dia, que mostraram indícios da cultura material escolar e das práticas escolares. Apesar dos periódicos jornalísticos não tratarem especificamente sobre a escola, como fazem a imprensa periódica pedagógica, o uso dos impressos tem se constituído em uma rica e importante fonte de estudos em pesquisas educacionais, uma vez que guardam, registram e manifestam práticas e circulações de ideias próprias de uma sociedade em determinado tempo. As investigações demonstraram que com a modernidade da escola - modelo graduado e seriado, ensino por meio do método intuitivo, em local próprio - exigiu um novo aparato material, necessário para o ensino e aprendizado. Dessa forma, o Estado e as políticas educacionais fomentam o surgimento de um comércio de objetos específicos - lápis, caderno, mata-borrão, lousas, entre outros. Parte desse consumo passa a ser gerida e sustentada pela sociedade, consolidada a partir das novas demandas e necessidades escolares. Outra parte é fomentada pelo próprio Estado, a partir de empresas lícitas para o fornecimento de objetos de escritório e de expediente para suas

repartições. Alguns desses itens escolares permanecem ao longo do desenvolvimento da escola, outros caem em desuso e outros surgem, num jogo de ausências e permanências.

Palavras chaves: Cultura material escolar. Escola primária. Jornais. Escola como mercado.

ABSTRACT

The present research is intended to gather and present information pertaining the commercialization of school-related items in newspapers published in state of Santa Catarina, Brazil, between 1908 and 1921, in an attempt to understand the expansion of primary school teaching in that state, and consequent formation and consolidation of a school market. The method adopted was that documental analysis, based on online and print versions of newspapers belonging to the *Biblioteca Pública de Santa Catarina* (Santa Catarina Public Library) and to the *Hemeroteca Digital Nacional do Rio de Janeiro* (National Digital Newspaper Library) collections. These were cross-referenced with the following documents: regiments, laws, regulations and official correspondence located in the *Arquivo Público de Santa Catarina* (Santa Catarina Public Archives); photographs belonging to the *Casa da Memória de Florianópolis* collection; maps from the *Instituto Histórico Geográfico*. The year of 1908 was chosen as starting point because in this year the State Law n.780 (August 22) was passed; this law defines the closing of public schools and the creation of *Grupos Escolares* (school groups); these changes foreshadowed a larger reform of the public education, conducted in 1911. The year of 1921 was chosen as closing the time span under investigation in an attempt to trace the unfolding of the above-mentioned Law's operationalization. Tracing the ads posted for school-related objects helped understand the transformations taking place in primary school teaching in the state of Santa Catarina, especially those pertaining school supplies. It was understood that such transformations took place slowly and gradually. Traces of school culture and practices pertaining its supplies were gathered by investigating those newspaper ads, and helped reflecting on the circulation of school-related material and its commercialization. Despite newspapers' lack of school-related texts, as is the case with pedagogy periodicals, such media has become a rich and important source for educational research, as it registers and makes manifest practices and ideas circulating at a given point in time among a given community. Investigation demonstrates that school modernization—with the adoption of a graded and serialized model of teaching, of an intuitive method and places fit for teaching—demanded new material resources for teaching and learning. Thus, the state and its educational policies fomented the coming into being of a marked set of specific types of objects—pencils, notebooks, blotters, boards etc. The consumption of these objects is partly managed and sustained by the community, and is consolidated by means of school needs and demands; another part of this marked set is supported by the State, by means of administrative contracts with private companies, which would be responsible for office supplies for government departments. Some of these school items will remain in demand throughout changes in school structure, while others will fall into disuse.

Keywords: School material culture. Primary school. Newspapers. School as market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização dos municípios cujos jornais possuem anúncios de materiais escolares.....	55
Figura 2: Ofício que manda fornecer a mobília escolar para as escolas públicas.....	87
Figura 3: Anúncio de oferta da Casa "C. W. Boehm".....	94
Figura 4: Anúncio da "Casa O Sol Nasce para Todos".....	102
Figura 5: Anúncio do "O Correio do Povo".....	103
Figura 6: Anúncio do "O Pharol".....	104
Figura 7: Anúncio de cadernos escolares.....	107
Figura 8: Anúncio de lousas para escola.....	107
Figura 9: Anúncio de materiais diversos.....	109
Figura 10: Anúncio de penas.....	109
Figura 11: Anúncio de livros escolares da "Papelaria Eduardo Schwartz".....	111
Figura 12: Livros escolares.....	113
Figura 13: Mapas para escolas.....	115
Figura 14: Anúncio de bandeiras.....	117
Figura 15: Centro urbano de Florianópolis (1908-1916)	121
Figura 16: Rua Conselheiro Mafra - início do séc. XX.....	122
Figura 17: Praça XV de Novembro final do séc. XIX.....	122
Figura 18: Anúncio da "Livraria Moderna"	125

Figura 19: Anúncio da Casa "Germano Boesken"	125
Figura 20: Casa da família Boehm.....	138
Figura 21: Casa comercial (esquina) de Otto Boehm.....	139
Figura 22: Primeira Geração - Carl Wilhelm Boehm.....	141
Figura 23: Segunda Geração - Otto Boehm.....	141
Figura 24: Terceira Geração - Carlos Willy Boehm.....	141
Figura 25: Terceira Geração - Max Boehm e a esposa Olga.....	141
Figura 26: Anúncio 1 - Casa C. W. Boehm.....	143
Figura 27: Anúncio 2 - Casa C. W. Boehm.....	143
Figura 28: Serviços tipográficos realizados pela empresa Boehm.....	145
Figura 29: Rótulo confeccionado pela empresa Boehm.....	145
Figura 30: Coleção de Leis - 1908.....	146
Figura 31: Coleção de Leis 1910.....	146
Figura 32: Anúncio de papel de música – C. W. Boehm.....	148
Figura 33: Certificado do prêmio de trabalhos tipográficos e litográficos, conferido a empresa Boehm.....	149
Figura 34: Selo da empresa Boehm.....	150

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Circulação de impressos entre os anos de 1908 e 1921.....45

Tabela 2: Anos, quantidade e itens encontrados nos jornais entre 1908-1921.....74

Tabela 3: Parte do comércio e comerciantes da região Norte de Santa Catarina.....126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações referentes aos jornais com anúncios de materiais escolares.....	29
Quadro 2: Dados referentes aos jornais com ofertas de objetos escolares.....	52
Quadro 3: Capas dos jornais nos quais foram localizados anúncios de materiais escolares.....	64
Quadro 4: Alguns objetos escolares anunciados em jornais catarinenses entre os anos de 1908 a 1921.....	82
Quadro 5: Materiais que as escolas deveriam conter.....	85
Quadro 6: Empresas que realizavam o fornecimento de objetos de escritório e expediente para o Estado de Santa Catarina.....	90
Quadro 7: Lista de material que cada aluno deveria portar nos Grupos Escolares de 1914.....	96
Quadro 8: Livros de leitura dos Grupos Escolares de 1914.....	96
Quadro 9: Anúncio de materiais escolares ofertados por casas comerciais em Florianópolis.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. IMPRESSOS CATARINENSES: VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE IDEIAS	42
1.2 JORNAIS CATARINENSES: DAS ESCOLHAS ÀS SUAS CARACTERÍSTICAS	51
2. OBJETOS DA ESCOLA EM ANÚNCIOS	80
2.1 MATERIALIDADE ESCOLAR.....	80
2.2 UTENSÍLIOS DA ESCRITA	101
2.2.1 Livros e revistas escolares.....	110
2.3 MATERIAIS VISUAIS, SONOROS E TÁTEIS PARA O ENSINO	114
2.4 ORNAMENTOS	116
3. COMÉRCIO DE MATERIAIS ESCOLARES.....	119
3.1 CASAS COMERCIAIS: A MATERIALIDADE ESCOLAR NO COMÉRCIO CATARINENSE	119
3.2 TIPOGRAFIA, LIVRARIA E ARTIGOS EM GERAL: O COMÉRCIO BOEHM.....	135
3.3 FAMÍLIA BOEHM: NEGÓCIOS DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO ...	135
3.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA BOEHM PARA A ECONOMIA DE SANTA CATARINA	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE 1	179
APÊNDICE 2	180
APÊNDICE 3	188
ANEXO 1	195
ANEXO 2	196

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intenta compreender formas e modos da comercialização dos materiais escolares e sua força na expansão do ensino primário público em Santa Catarina nos anos de 1908 a 1921. Propõe-se localizar e entender, através de anúncios publicados em jornais catarinenses, o mercado escolar que se forma e se constitui por meio da escola, assim como os utensílios que faziam parte das rotinas escolares e a importância atribuída a esses objetos vistos como necessários no processo de ensino e aprendizado das crianças.

O interesse por essa temática aconteceu a partir do vínculo com o Projeto de Pesquisa “Objetos da Escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)” – 2ª edição (UDESC – CNPq – FAPESC)¹ – coordenado pela professora Vera Lucia Gaspar da Silva durante o ano de 2013, no qual atuei como bolsista de iniciação científica. O projeto dedicava-se à investigação da cultura material escolar na escola primária graduada de Santa Catarina. Durante o percurso várias atividades foram elaboradas no sentido de mapear e pesquisar os artefatos escolares. Entre essas atividades estava um levantamento de dados² em jornais catarinenses publicados entre os anos de 1850-1950, com o propósito de identificar

¹ O referido projeto de pesquisa foi desenvolvido de forma articulada ao projeto “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1930-1961)” (CNPq), coordenado pela professora Rosa Fátima de Souza, uma pesquisa de âmbito nacional.

² Atividade desenvolvida em conjunto com a bolsista de iniciação científica Sélia Ana Zonin. Como resultado desse levantamento de dados, publicamos o artigo “Objetos à venda: a comercialização de materiais escolares veiculada em jornais de Santa Catarina (1915-1950)” apresentado no evento *História da Educação e Culturas do Pampa: diálogos entre Brasil e Uruguai: anais do 19º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação*, de 06 a 08 de novembro de 2013 em Pelotas, RS. Pelotas: UFPEL; ASPHE, 2013. p. 960-975.

quais e de que forma os materiais da escola eram anunciados. Compreendendo a amplitude do tema e das fontes para análise, a investigação desta dissertação é uma continuação ampliada dos estudos referentes aos objetos escolares na imprensa periódica popular do “dia-a-dia”. Parte-se, portanto de um recorte temporal mais específico e, consequentemente, um aumento no número de impressos consultados. Dessa forma, a análise dessa pesquisa aprofunda, em certa medida, estudos na área da História da Educação que se dedicam às reflexões sobre a cultura material escolar³.

A utilização de jornais, impressos não pedagógicos, tem sido um dos elementos alçados à condição de fontes e utilizados para se compreender aspectos da comercialização dos materiais escolares que circularam no cotidiano da sociedade catarinense entre os anos de 1908 a 1921.

O jornal, principal documento de análise da pesquisa, tem se constituído como uma fonte de rico potencial que pode revelar pistas e indicativos acerca da materialidade da escola primária brasileira (CASTRO et al., 2013). Entende-se aqui os impressos como fontes por portarem vestígios de um tempo e de um determinado contexto, pois registram acontecimentos, promovem debates e reforçam a disseminação de pensamentos e ideias. Estas ideias, por sua vez, podem auxiliar na compreensão da leitura da história dos objetos escolares.

Entende-se que a leitura dos impressos por si só resultaria numa análise incipiente, pois o aprofundamento requer o cruzamento de informações presentes em outras fontes. Assim, optou-se pela utilização de documentos da política educacional do Estado (regimentos, leis, mensagens), no que se refere à cultura material escolar, mobilizando-os em

³ Atualmente, a equipe que se dedica ao estudo dos "objetos da escola" está articulada ao projeto de pesquisa “Objetos em Viagem: provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 – 1920)” (UDESC / CNPq / CAPES / FAPESC) e vinculada ao Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares.

conjunto com os jornais para compreender o porquê de determinados objetos aparecerem nos impressos na forma de anúncios de comercialização.

Ao investigar a cultura material escolar da escola primária pública: mobiliário, materiais escolares, uniforme, entre outros itens que integram essa materialidade, "temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas *de fazer a* e *do fazer-se da* escola e de seus sujeitos" (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 44). Os objetos: lápis, caderno, lousa, caneta, quadro-negro, tinteiro, tinta, etc., que compunham o cotidiano escolar, tiveram grande relevância para o ensino e aprendizagem, e conforme os autores citados, compunham uma força educativa e a centralidade no aparato escolar, para institucionalizar a criança e expandir uma escola de massa.

O final do século XIX e início do século XX foi um "período marcado pela expansão e modernização da escola primária brasileira (pública e privada)" (SOUZA; FREITAS, 2015, p. 4). Trata-se de um momento em que discussões a respeito de uma educação popular estavam sendo travadas por políticos e sujeitos cuja participação social era mais destacada (intelectuais, pequenos comerciantes), pois "com a instalação dos Estados modernos, liberais ou autoritaristas, a necessidade de instrução pública se torna cada vez mais evidente e aparente associada aos direitos fundamentais dos cidadãos" (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 306). O intuito dessas discussões era promover melhorias no ensino primário. No discurso vigente intentava-se um projeto de escola que civilizasse e regenerasse o povo.

Passa-se a ter como ideal um modelo de instrução escolar graduada e seriada, no qual os alunos são divididos por classes, idade e níveis de conhecimento, com um professor para cada turma. Para cumprir essa nova referência escolar era

preciso um local próprio para a aprendizagem - uma vez que o ensino até então se dava em casas e salões paroquiais -, assim como seria necessário um método, materiais escolares para assimilação dos conteúdos e professores capacitados para ensinar. No coração dos centros urbanos este modelo foi materializado nos Grupos Escolares, em edifícios providos com o que havia de mais apropriado para aprendizagem: salas amplas, arejadas e com muita luz; o ensino era simultâneo e o método intuitivo; materiais adequados, desde a mobília - quadro negro, mesas, carteiras, armários até lousas, cadernos, lápis, canetas -; enfim, tudo para os professores instruídos formarem os “futuros cidadãos”.

As transformações no modelo de ensino chegam às zonas mais afastadas dos centros urbanos catarinenses e às vilas e povoados de forma mais tardia e lenta⁴. De acordo com discursos dos governadores⁵, o Estado não possuía verbas e condições para que os grupos escolares fossem levados para essas localidades. Dessa forma, estipulou-se que o ensino primário seria realizado nas escolas isoladas e, aos poucos, a aquisição de lugares próprios e a contratação do professorado seriam viabilizadas. Seria estabelecida assim

[...] a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios, com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do

⁴ Sobre este tema sugere-se a leitura do trabalho de Luiza Pinheiro Ferber: *Um mal necessário: as escolas isoladas urbanas no projeto político republicano (1911-1928)*, Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Cristiani Bereta da Silva, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

⁵ Dizeres extraídos dos discursos dos governadores Gustavo Richard (1906-1910) e Vidal José de Oliveira Ramos (1910-1914).

magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar [...] (SOUZA, 1998, p. 49-50).

Novos itens caracterizavam uma nova organização escolar para fins de modernização. A escola torna-se um local que institucionaliza a criança, um espaço específico de transmissão de conhecimentos e saberes cuja função social é preparar uma nação moderna, ordeira e civilizada. Os debates acerca da instrução pública estão registrados em documentos como Mensagens e Relatórios dos Governadores nas Sessões das Legislaturas do Congresso Representativo, entre 1908 e 1921. Alguns pontos merecem destaque nos debates analisados, como: a necessidade de ampliação de números de escolas primárias no Estado; a preparação e a capacitação dos professores na Escola Normal; o crescimento do número das escolas, tanto nos centros urbanos quanto no interior; as despesas e os recursos gastos com a instrução pública; a importância da educação para população; e a inspeção geral das escolas. São assuntos que demonstram a existência de um discurso político que destacava o esforço em função de melhorias com a educação.

Durante os anos estudados, leis e decretos foram sancionados para a ampliação do número das escolas primárias catarinenses, além disso promoveram modificações no funcionamento interno das instituições de ensino. No ano de 1908, por exemplo, é aprovada a Lei n. 780 (de 22 de agosto), na qual o governador Coronel Gustavo Richard define o fechamento de seis escolas públicas e a criação de dois grupos escolares na capital.

No ano de 1911 é levada a efeito a Reforma da Instrução Pública, autorizada pela Lei n. 846 de 11 de outubro de 1910, cujo Artigo 2º autoriza a construção de edifícios dos grupos escolares na capital e onde mais fossem necessários. Ainda em 1911, o governador Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, através da Lei n. 904, de 6 de setembro, aprova a

criação de escolas públicas e, em artigo único, menciona: "O Governo poderá criar escolas publicas nos lugares e nas condições estabelecidas no Regulamento que baixou com o Decreto n. 885 de 19 de Abril de 1911". Dessa forma, por meio do Decreto n. 614 de 12 de setembro de 1911, cria-se os primeiros Grupos Escolares⁶ em Florianópolis e em Joinville. Na cidade de Joinville foi feita uma adaptação em prédio já existente, que abrigava o Collegio Municipal de Joinville, para então instalar o Grupo Escolar Conselheiro Mafrá; posteriormente são estabelecidos outros Grupos Escolares nas cidades de Florianópolis, Laguna, Blumenau, Lages e Itajaí, conforme estabelecido na Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910 e 1912.

Esforços e investimentos estavam sendo realizados para melhorar a instrução pública catarinense, tanto no que se refere a recursos financeiros quanto no desenvolvimento de um ensino com base em uma pedagogia moderna (métodos e materiais). Muitas estratégias foram acionadas para que as crianças estivessem matriculas e dentro da sala de aula, cumprindo-se, assim, o estabelecido nas leis da obrigatoriedade escolar que, em Santa Catarina, teve seu primeiro texto aprovado em 1874. Como assinalam Vera Lucia Gaspar da Silva e Ione Ribeiro Valle (2013), "a educação escolar ganha densidade e força sendo considerada um bem para o povo e uma garantia de estabilidade para a ordem social, o que justifica a necessidade de sua obrigatoriedade" (p. 304).

Para colocar em prática os ensinamentos propostos e idealizados com base em uma pedagogia moderna, seria preciso realizar alterações nos modos de organização do ensino

⁶ Sobre este tema pode-se recorrer ao artigo GASPARD DA SILVA, Vera Lucia & TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos Escolares: criação mais feliz da república? Mapeamento da Produção em Santa Catarina. *Revista Linhas* (PPGE/UDESC), v. 10, pp. 31-53, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1827>>. Acesso em 23/02/2016.

e nas formas de transmissão do conhecimento. Assim, propõe-se o método intuitivo ou "lições das coisas", que consiste na observação e no contato com os objetos, partindo-se do concreto para o abstrato. Para Rosa Fátima de Souza,

[...] é preciso ver as lições de coisas mais que um simples método pedagógico e vê-lo como a condensação de algumas mudanças culturais que se consolidam no século XIX: uma nova concepção de infância, a generalização da ciência como uma forma de 'mentalidade' e o processo de racionalização do ensino [...] (SOUZA, 1998, p. 162).

Essas modificações demandaram alterações na formação dos professores, tanto através do currículo como nas práticas de ensino. Tais ajustes, realizados ao longo dos anos, foram transformando o programa e interferindo na distribuição das disciplinas, como é o caso da implementação de cadeiras de Pedagogia e Noções de Psicologia, bem como ajustes na carga horária dos cursos.

Além da formação dos professores, para que o andamento das atividades dentro de sala de aula ocorresse de forma simultânea, ou seja, que todos os alunos de uma mesma classe estivessem aprendendo o mesmo conteúdo, era fundamental uma "homogeneidade da base material do ensino" (VIDAL; GASPAR DA SILVA, 2010, p. 32).

Vista da perspectiva histórica, pode-se dizer que a relação entre materiais escolares e renovação pedagógica consolidou-se no ensino primário especialmente a partir do século XIX quando, em vários países do ocidente, foram experimentadas novas modalidades de organização da escola elementar visando à universalização do ensino [...] (SOUZA, 2013, p. 104)

Pensando em compreender um conjunto de diferentes objetos escolares que são propostos para a escola pública primária catarinense, visto "como a modernidade educativa foi sendo reinventada, a partir de um signo de progresso que associava desenvolvimento científico e educativo à ampliação material da escola" (VIDAL apud GASPAR DA SILVA, JESUS, FERBER, 2012, p. 150), define-se como período inicial de análises da pesquisa o ano de 1908, momento em que novas leis que normatizam a educação entram em vigor, por meio do Decreto de nº 371 de 25 de março, que aprova o Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias Catarinenses. Entre as várias questões presentes nessa normativa, destaca-se a determinação da obrigatoriedade escolar para crianças, de ambos os sexos, entre 7 e 12 anos⁷, e a exigência de que as escolas estivessem munidas com materiais escolares específicos, tais como: mesa, cadeira, banco-mesa, quadro, tinteiro, campainha, régua, mapa, dicionário, relógio, cadeiras e talha.

Além do Decreto citado, em 1911 é aprovada a Reforma da Instrução Pública Primária pelo Decreto de nº 585, de 19 de abril, promulgada por Vidal José de Oliveira Ramos, reorganizando e reconfigurando o ensino público primário catarinense. Considera-se que as propostas de transformações referentes à instrução pública catarinense como, por exemplo, a ampliação do número de escolas pelo Estado, a construção de edifícios próprios para o ensino, a capacitação de professores, a adoção de métodos modernos e a aquisição de materiais necessários para o aprendizado faziam parte de um empreendimento que levaria um certo tempo e exigiria investimentos públicos para ser efetivado.

⁷ Conforme já indicado a primeira lei de obrigatoriedade escolar de Santa Catarina data de 1874. Sobre o tema consultar VIDAL, Diana Gonçalves; SA, Elizabeth Figueiredo de & GASPAR da SILVA, Vera Lucia (Orgs.). *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*. 1. ed. Cuiabá - MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso EdUFMT, 2013.

Diante disso, define-se como limite do recorte temporal da pesquisa o ano de 1921 para compreender alterações, permanências e ausências referentes ao material escolar. Aposta-se que as prescrições aprovadas pelo Estado, consideradas medidas com o propósito de melhorar e organizar a instrução primária pública catarinense, possam auxiliar para uma melhor compreensão sobre a expansão do ensino primário e o comércio dos materiais escolares ao longo dos anos de 1908 a 1921. Além disso, a pesquisa pode agregar outras informações acerca do provimento material das escolas.

A estratégia para localização de anúncios, o que se entende aqui como indicativo de oferta e comercialização, foi a identificação com listagem e localização de periódicos publicados no período em questão, a fim de identificar se os materiais indicados nos Regimentos eram de fato ofertados. Procurou-se observar se seria possível localizar anúncios de estabelecimentos que comercializavam objetos escolares. Para a realização das buscas optou-se pela consulta no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) como um primeiro movimento de investigação, pois tinha-se informações de que neste espaço estariam disponíveis jornais impressos para consulta. O setor de Obras Raras é parte do acervo bibliográfico da BPSC e possui a característica de um arquivo histórico, leva esse nome por conter documentos de valor histórico e raros. Estão salvaguardados neste espaço jornais de Santa Catarina publicados desde 1831, Repertório das Orientações e Leis do Reino de Portugal datado de 1643, entre outros documentos.

A BPSC possui, como já assinalado, um acervo documental de jornais impressos, que vão desde 1831 a 2013 e que se encontram elencados no “Catálogo de Jornais Catarinenses 1831-2013”. Este catálogo informa o nome do jornal, ano e local da fundação, periodicidade, anos de circulação, número do volume, números dos exemplares que estão acessíveis para consultas e o tipo de suporte em que se

encontram: digitalizado e/ou microfilmado. Por meio desse catálogo foi realizada a escolha dos jornais que embasam esta pesquisa.

Como critérios para operar na seleção dos jornais, foram escolhidos os impressos referentes ao período entre 1908 e 1921. Buscou-se nos periódicos uma regularidade nas publicações e que estas fossem provenientes de diversas regiões do Estado. Utilizou-se uma ficha de registro (Apêndice 1) cujos campos, preenchidos durante a coleta de dados, permitiram que as informações não se perdessem, bem como os registros fotográficos para posterior identificação e análise dos anúncios.

A pesquisa foi realizada no suporte papel e na plataforma da Hemeroteca Digital Catarinense (*on-line*), pois alguns exemplares encontram-se interditados pela Biblioteca para restauro ou digitalização⁸. Tal situação exigiu uma metodologia diferenciada. Os exemplares dos jornais impressos, disponíveis para consulta na BPSC, encontram-se agrupados e organizados por: ano, mês e dias, informações que constam na lombada da capa. Conforme o número de periódicos disponíveis para consulta, os jornais podem estar organizados em um único volume, com vários anos do mesmo periódico e/ou em diferentes exemplares. Nos exemplares de papel, a procura pelos anúncios foi realizada a partir de uma análise criteriosa e atenta a todas as páginas e detalhes das

⁸ Os jornais digitalizados encontram-se armazenados e disponíveis para consulta em um espaço intitulado Hemeroteca, acessado através do link: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. O objetivo deste espaço é divulgar o acervo documental de publicações periódicas, em especial jornais editados e publicados em Santa Catarina a partir do século XIX, no formato digital (.pdf). Este trabalho é resultado de uma parceria entre o Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED – através do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), pertencente à Universidade do Estado de Santa Catarina –, e a Biblioteca Pública de Santa Catarina - unidade da esfera pública estadual vinculada à Fundação Catarinense de Cultura.

folhas, diferente do procedimento adotado para a pesquisa *on-line*, desenvolvida por meio dos campos de busca - motivo pelo qual não se exigiu a observação por completo da página no suporte digital. Para a procura neste suporte definiram-se como termos as palavras: armário, cadeira, mesa, carteiras, lápis, papel, caneta, pena, giz, tinteiro, cadernos, lousa, quadro-negro, régua⁹ e material escolar. Por compreender que a ortografia da língua portuguesa sofreu alterações ao longo do tempo, foram consideradas variáveis na escrita de alguns termos como: penas, mapas, louzas, matta-borrão, objetos e escriptorio.

Outra plataforma utilizada na pesquisa, na procura por jornais com anúncios da materialidade escolar em Santa Catarina, foi a Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde se encontram salvaguardados impressos catarinenses. A mesma metodologia aplicada e os mesmos termos, aplicado na busca nos jornais *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública de Santa Catarina, foram utilizados para a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Circularam diversos materiais pelas escolas públicas primárias de Santa Catarina. Por conta disso, a busca por todos os itens seria uma operação inviável. Sendo assim, optou-se por realizar uma pesquisa por objetos que tenham sido citados nos Decretos de nº 371, de 25 de março 1908, e no de nº 585 de 19 de abril 1911. Outra alternativa foi procurar pelos objetos que aparecem de forma recorrente em anúncios localizados nos

⁹ Como base para a seleção dos objetos, utilizou-se a categoria de agrupamento apresentada no livro *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, organizado por César Augusto Castro. Alguns dos resultados de pesquisas desenvolvidas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná São Paulo e Maranhão foram articulados ao projeto de pesquisa. "Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1930-1961)" (CNPq), já referenciado.

periódicos em suporte papel, com o intuito de localizá-los nos jornais disponíveis *on-line*. Conforme as buscas foram sendo realizadas, outras palavras como instrução pública, grupo escolar e ensino primário foram inseridas na lista de termos pesquisados em anúncios e outras informações presentes nos periódicos.

As autoras Ana Paula de Souza Kincheski e Tainara Lemos das Neves (2012), pontuam que "a preservação dos documentos e objetos da escola torna-se fundamental para o exercício da construção de uma história da educação por meio da análise dos elementos materiais" (p.132). Chama-se a atenção para o que as autoras discorrem, pois vários jornais não puderam ser manuseados na Biblioteca Pública de Santa Catarina pelo precário estado de conservação em que se encontram. O acesso a estes periódicos poderia ter contribuído ainda mais para o estudo da escola pública em Santa Catarina.

A análise contemplou 47 jornais e foram localizados 53 anúncios de objetos escolares em 13 exemplares. Para uma melhor visualização acerca dos jornais pesquisados, confeccionou-se um quadro contendo os nomes dos periódicos, a região de circulação, a quantidade de anúncios de objetos escolares localizados em cada impresso e alguns itens comercializados (Quadro 1).

Quadro 1: Informações referentes aos jornais com anúncios de materiais escolares.

Jornal	Localização de impressão	Oferta (s) de anúncio de objetos escolares	Alguns itens comercializados
O Catharinense	São Bento do Sul	02 anúncios	caderno escolar (com e sem preço)
A Comarca		01 anúncio	penas

O Comercio de Joinville	Joinville	03 anúncios	borradores, canetas e papel de música
Gazeta de Joinville		01 anúncio	caderno escolar
Município de Joinville		03 anúncios	lápís, caneta, papel
Gazeta do Comercio		10 anúncios	borracha, caderno escolar, livro escolar, lousa
A Revista	São Francisco do Sul	01 anúncio	livro escolar, tinteiros, tinta, lápis, penas
Correio do Povo	Jaraguá do Sul	09 anúncios	bolsa escolar, caderno de caligrafia, lápis, penas, mata-borrão, tinta
O Pharol	Itajaí	19 anúncios	tinta, livro escolar, caderno escolar, pena, caneta, cartilha
A Época	Florianópolis	01 anúncio	artigos escolares em geral
O Estado		01 anúncio	Lápis
O Dia		01 anúncios	livro escolar, mapa
Republica		01 anúncio	giz escola, papel
* Pesquisa realizada no suporte on-line, no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.			
**Pesquisa realizada no suporte on-line, no site da Biblioteca Pública de Santa Catarina.			
*** Pesquisa realizada no suporte papel.			

Fonte: Exemplos dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Município de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia* e *Republica*. Quadro organizado pela autora.

O acesso às fontes foi fundamental para a definição do período a ser estudado. A proposta inicial era analisar documentos produzidos entre os anos de 1908 e 1912, contemplando anos anteriores e a posterior a Reforma do Ensino de 1911, no entanto, ao serem realizadas buscas em jornais deste período, disponíveis para consulta na BPSC - suporte papel e *on-line* - localizou-se uma quantidade muito reduzida de anúncios acerca de itens escolares. A fim de entender se esse baixo número era recorrente nos anos posteriores, optou-se por ampliar o limite temporal da pesquisa em 10 anos, visto que as medidas aprovadas demandam algum tempo para serem implantadas em todas as regiões do Estado. Após algumas mudanças, delimitou-se o ano de 1921 como período final do processo de análise. Tal escolha foi possível devido à localização de dados em um jornal deste período, trata-se de informações que não poderiam ser desprezadas para as reflexões acerca do objeto da pesquisa, questão que será melhor explicada a seguir.

Os jornais *O Dia* de Florianópolis e *O Commercio* de Joinville foram os primeiros impressos a serem investigados. Um movimento inicial de análises em exemplares divulgados entre os anos de 1908 a 1912 resultou na localização de seis anúncios de objetos escolares. Por considerar o número de anúncios encontrados ainda insuficiente para atingir as reflexões necessárias acerca do tema trabalhado, realizou-se uma nova pesquisa nos periódicos disponíveis em versão *on-line*, presentes no site da Hemeroteca da BPSC, tendo em vista que a grande maioria dos jornais digitalizados não se encontra mais disponível no suporte físico. Em virtude de grande parte das coleções digitalizadas se constituírem de apenas um único exemplar, fez-se uma consulta em todos os jornais disponíveis publicados entre os anos de 1908 a 1912. Tal procedimento resultou na localização de dois anúncios, um no jornal *Gazeta de Joinville* e outro no jornal *A Revista* de São Francisco do Sul. Com base nessa busca, constatou-se certa escassez de

anúncios de materiais escolares, ainda que tenham sido localizados oito. Estes dados também foram apurados por Marília Gabriela Petry, enquanto bolsista de iniciação científica, no ano de 2011. Na mesma época foi realizada uma pesquisa nos jornais localizados na Biblioteca Pública de Santa Catarina. Segundo Petry: “Na Biblioteca do Estado pesquisamos [...] em jornais, nos quais procurávamos, sobretudo, anúncios de materiais escolares, entretanto foram raros os anúncios encontrados¹⁰” (ALCÂNTARA et al., 2011, p. 72).

No anseio por compreender as possíveis razões para essa pequena quantidade de anúncios e no desejo de entender se essa situação era a mesma nos anos posteriores, optou-se por avançar a pesquisa até 1920. Não teve nenhum acontecimento específico ou uma ação por parte do Estado em relação à escola para escolher esse ano, a definição do marco final do período se deu apenas por entender que o percurso das transformações que se desejava para a escola foi lento e gradativo, não sendo efetivado de um ano para outro e sim no decorrer de alguns anos. Dessa forma, retomou-se a pesquisa em jornais já observados como *O Estado*, de Florianópolis, e *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul. Tais jornais contemplam anos não analisados anteriormente, o que resultou na localização de um anúncio em cada periódico. Devido aos exemplares do jornal *Correio do Povo*, dos anos de 1920, 1921 e 1923, encontrarem-se organizados em um único volume, fez-se a leitura também nos exemplares dos anos de 1921. Surpreendentemente, na primeira edição desse ano foram localizados dois anúncios de materiais escolares em uma mesma página e seis anúncios em páginas posteriores, achados que não poderiam ser desconsiderados. Além dos jornais mencionados, foram

¹⁰ Trabalho associado ao Projeto de Pesquisa: *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)*, coordenado pela professora Rosa Fátima de Souza.

analisados: *O Albor* de Laguna, *Brasil* de Blumenau, *Folha do Comércio* de Florianópolis, *O Escudo* de Laguna e *O Mensageiro* de São Francisco do Sul. Nestes exemplares não foram localizados anúncios. Já nos jornais *O Catharinense* de São Bento do Sul, *A Comarca*, *O Commercio*, *Gazeta de Joinville* e *Gazeta do Commercio* de Joinville; *A Revista* de São Francisco do Sul, *O Correio do Povo* de Jaraguá do Sul, *O Pharol* de Itajaí, *A Época*, *O Estado*, *O Dia* e a *Republica* de Florianópolis foram encontrados cinquenta e três anúncios de objetos escolares.

Com o alargamento do período de 1912 para 1921, obteve-se um maior número de anúncios de objetos escolares nos periódicos catarinenses indicando um aumento de ofertas. Tais indícios ajudam na compreensão da formação de um comércio que se constituiu por meio das necessidades criadas pela e para a escola, estimulando um consumo de materiais escolares, que não funcionavam apenas como itens pedagógicos, mas também auxiliavam no processo de ensino-aprendizagem.

Ao inserir na escola práticas como

[...] obrigatoriedade escolar, método simultâneo de organização da aula, ensino graduado e intervenção do Estado no disciplinamento das rotinas escolares e dos saberes difundidos, a escola tornou-se uma poderosa instância de aquisição de materiais escolares produzidos em série; um atraente mercado para a indústria, especialmente porque respaldado por um comprador de lastro (o Estado) [...] (VIDAL; GASPAR DA SILVA. 2010, p. 30).

Embora o Estado realizasse a compra de materiais para a escola, as primeiras investigações nos periódicos catarinenses sinalizam que a compra dos objetos escolares era feita pela comunidade local, moradores e clientes da própria cidade onde o periódico era vendido, uma espécie de comércio para o

abastecimento de materiais escolares. Pressupõe-se que a aquisição dos materiais escolares, na maioria das vezes, acontecia por pessoas que tinham acesso aos periódicos: funcionários públicos, comerciantes e proprietários, ou seja, a camada letrada, a elite da região (PEDRO, 1998).

Nos anúncios de objetos escolares, entre os itens que abasteciam o “mercado escolar” (VIDAL; GASPAR DA SILVA, 2010), encontram-se borradores, papel de música, tinteiros, lápis, penas, livros escolares, mata-borrão, lousas, canetas, cadernos escolares, cadernos de caligrafia, penas, giz, livros, aparadores de lápis, tintas, entre outros. Diante destes dados é possível dizer que

[...] a adoção material para a rede pública de ensino foi muito heterogênea. Somente as escolas-modelo e alguns grupos escolares puderam contar com abundante e diversificado material de ensino em consonância com as inovações em circulação na transição do século XIX para o século XX. (SOUZA, 2013, p. 106 e107).

Rosa Fátima de Souza (2013) menciona que, no Estado de São Paulo, a distribuição dos objetos escolares nos diferentes modelos de escolas da rede pública de ensino não ocorreu de uma mesma forma. Situação essa que faz pensar e refletir acerca da realidade de Santa Catarina entre os anos de 1908 a 1921. Diante disso, buscou-se perceber se os materiais escolares foram inseridos nas salas de aulas, se as escolas tinham os mesmos objetos como exigia o Estado, se as crianças da escola pública primária catarinense tinham acesso ao material escolar que era ordenado e se a modernidade desejada atingiu a grande maioria da população ou apenas um pequeno grupo.

O período do final do século XIX e início do XX foi marcado por uma série de mudanças urbanas arquitetadas pelos

governantes republicanos, em prol de um Estado que procurava se estabelecer como moderno. Transformações que não foram apenas organizadas em nível local, mas também regional e nacional. Buscava-se formar uma identidade nacional e constituir uma nação civilizada e ordeira, rompendo com um passado ao qual se atribuía certo atraso.

Com o gradativo aumento da população fazia-se necessária uma reorganização no modo de vida catarinense, uma remodelação por maneiras mais instruídas, principalmente nos centros das cidades, locais de maior visibilidade, nos quais em geral fixavam-se as famílias mais abastadas. Dessa forma, foi implantado na capital o sistema telefônico, as linhas de bonde movidas por animais (1906-1910), o serviço de abastecimento público de água (1906) e também a iluminação elétrica (1909). Houve uma grande preocupação por parte dos governadores com o sistema de saneamento básico para deixar os centros urbanos mais salubres e higiênicos - entre as décadas de 1910 e 1920 -, o que, em Florianópolis, materializou-se com a construção das calçadas, das edificações públicas e particulares, erguidas com formas "modernas e arroçadas" (CUNHA, 2011, p. 13).

Com a "reinvenção do espaço urbano" (TEIVE, 2003, p. 227) e uma remodelação na organização social, os jornais vão ajudar a introduzir e a propagar novos princípios de polidez e progresso. É também por intermédio dos jornais que o governo republicano "faz ver" à população os melhoramentos e as iniciativas propostas. Diariamente eram publicados artigos sobre comportamento, normas e condutas, assim como notícias referentes ao desenvolvimento no Estado. Entre as notícias foi possível encontrar uma que trata da construção da estrada de São Paulo - Rio Grande do Sul, publicada na capa do jornal *Gazeta de Joinville* de 04 de abril de 1908. No mesmo periódico, em edição de 11 de dezembro de 1909, na sessão "Notícias Diversas", noticiava-se a assinatura e o contrato para instalação de luz e energia elétrica na capital. Um dos jornais

de Florianópolis, como o *Republica*, de 18 de dezembro de 1918, informa na primeira página com letras em destaque sobre "Os grandes melhoramentos do governo do Exmo. Sr. Dr. Hercilio Luz", referindo-se à eletricidade nas linhas dos bondes, ao saneamento, etc.

Os artigos publicados referentes ao Estado, principalmente nos periódicos que eram ligados ao partido republicano, reportavam-se às mudanças, na maioria das vezes, com uso do termo "moderno". "O Estado moderno" e "a construção de um moderno prédio para Superintendência" são exemplos do uso do termo para demonstrar progresso e civilização. Percebe-se que

A elite tecnocrática que tomou o poder no regime republicano em Santa Catarina encontrava-se em processo de afirmação de classe e de crença nos valores éticos e estéticos da racionalidade capitalista e, dessa forma, buscava definir novos significados culturais, os quais deveriam ser assimilados por toda a população [...]. (TEIVE, 2003, p. 225).

Projetos políticos como esses iam moldando a sociedade e o cenário catarinense com um perfil urbano e comercial, os quais demandavam sujeitos com novos padrões de condutas. Eram transformações com ideais burgueses nas quais as classes mais pobres não estavam inclusas. Isso significou retirar dos espaços urbanos centrais a população mais desfavorecida, deslocando-as para as freguesias mais afastadas da cidade, consideradas como rurais e com menos preocupações por parte dos governantes por serem locais pouco frequentados e visados.

Apesar da classe mais pobre ter sido marginalizada, era preciso instruir o povo: ensinar a ler e escrever para trabalhar num sistema mercantil que se constituía por uma nova concepção política, uma vez que não se trabalhava mais com

mão de obra escrava. Era necessária uma reorganização escolar que formasse cidadãos com comportamentos e condutas exemplares, contemplando não somente a elite, mas toda a população. De acordo com Rogério Luiz de Sousa (2003, p. 156),

[...] a educação popular não se apresentava fora dos anseios republicanos. Ela, pelo contrário, representava fórmula mais adequada para produzir uma memória "republicana" e para imprimir na criança os ideais civilizatórios, modernos e científicos que se queria para a Nação brasileira.

Por meio da escola os republicanos conseguiriam, de uma forma mais eficaz, o ideal de adulto que se desejava para viver em uma sociedade moderna, polida e ordeira, pois as crianças seriam disciplinadas desde muito pequenas. Segundo Rita de Cássia Gonçalves (2012), os instituidores da República percebiam a escola como redentora da sociedade, aquela que impulsionaria o regime da época e colaboraria para uma estabilidade social.

A relação pedagógica se autonomiza em relação às outras relações sociais, a escola torna-se um espaço específico de socialização vinculada a existência de saberes objetivados de socialização e o tempo escolar se constitui como nova regulação das condutas. A escola vincula-se de forma intrínseca à cultura escrita e à transmissão de saberes e conhecimentos a forma de exercício de poder. (SOUZA, 2013, p. 25-26)

Estes indicativos direcionam as atenções para um dos vieses que tem se ocupado da reflexão e análise da “escola como mercado”. Dissertações e teses têm ajudado na ampliação e no aprofundamento das discussões sobre o

assunto. Destacam-se a tese de Wiara Rosa Rios Alcântara (2014)¹¹ que busca investigar a emergência da escola como mercado consumidor, do Estado como comprador e da indústria de mobiliário escolar em São Paulo, e a dissertação de mestrado de Gustavo Rugoni de Sousa (2015)¹² cujo objetivo é compreender as relações existentes entre a fábrica de Móveis CIMO e o mercado escolar.

Além destas duas produções, a presente pesquisa está alicerçada a um levantamento bibliográfico realizado através de leituras prévias, efetuadas nas disciplinas do mestrado, e na procura por trabalhos¹³ que ajudassem nas discussões sobre os jornais como fontes para a escrita da história da educação e para pensar a escola primária como mercado consumidor de produtos comercializados nas páginas dos jornais. Através deste levantamento, não foi localizado nenhum trabalho que tratasse diretamente sobre a temática dos anúncios de objetos escolares em jornais, mas identificaram-se dois trabalhos que mobilizam anúncios referentes à educação.

No primeiro artigo localizado, "Educação na imprensa: elementos para escrita da história da escola primária do Maranhão no século XIX", Joseilma Lima Coelho e Ana Paula

¹¹ ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1974-1914). 2014 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

¹² SOUSA, Gustavo Rugoni de. *Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidades do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

¹³ Plataformas como Banco de Teses da Capes e de algumas universidades do Brasil – UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), entre outras. Periódicos e artigos - HISTEDBR, Revista Brasileira de História da Educação, da Sociedade Brasileira de História da Educação, entre outros. Foram utilizados como descritores de busca: jornal(is), impresso(s), periódico(s) e impressos.

Silva (2013) discutem o processo de institucionalização da escola primária e sua caracterização descritos em jornais no Maranhão, apresentando em seu texto um anúncio que divulgava a oferta de aulas particulares para meninas.

Já o segundo trabalho foi uma comunicação oral apresentada no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História em Educação, em Curitiba no ano de 2015, por Cláudia Engler Cury com o título “A casa *Genoud* no final do século XIX: um lugar de sociabilidade investida de modernidade pedagógica”. A autora mobiliza os jornais para mostrar a Casa *Genoud*¹⁴ como um lugar de modernidade pedagógica e apresenta alguns exemplos de anúncios que divulgam itens do que o estabelecimento oferecia para venda na cidade de Campinas, em São Paulo, como objetos em geral, incluindo materiais escolares. Este artigo reporta-se aos anúncios de artefatos escolares muito similares aos anúncios já localizados nos jornais de Santa Catarina, mobilizados na presente pesquisa.

O uso dos impressos tem se constituído em uma rica e importante fonte de estudos para as pesquisas educacionais, uma vez que guardam, registram e manifestam práticas e circulações de ideias próprias de uma sociedade em determinada época. Ao realizarem-se estudos históricos é preciso ter um olhar crítico sobre os documentos, entendê-los como fontes que possuem limites; o próprio contato com os testemunhos ali presentes possui intencionalidades, subjetividades, não sendo, por isso, um material imparcial.

Problematizar os jornais como fontes, uma vez que estão carregados de intenções, e entendê-los como fragmentos de uma época e não como verdades absolutas, é também essencial, pois “documento algum é neutro, sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”

¹⁴ A Casa Genoud era uma loja especializada em vendas de artigos em geral: papelaria, instrumentos musicais, jornais, livros, entre outros itens.

(BACELLAR, 2008, p. 63). Em vista disso, é necessário considerar os sujeitos envolvidos na produção e circulação dos impressos. Torna-se pertinente compreender se o periódico estava vinculado a algum partido político, se este era o dono do jornal e da tipografia, qual o propósito do jornal, quais eram as relações sociais que permeavam o meio e os leitores que se pretendia atingir.

Nesta perspectiva, e conforme já anunciado, intenta-se encontrar nos impressos dados que possam indicar quais objetos eram comercializados e circulavam por Santa Catarina, além de vestígios que ajudem a problematizar informações referentes às práticas escolares e ao provimento de materiais escolares. Para dar conta deste desafio, o texto final desta dissertação organiza-se em três capítulos. No primeiro Capítulo o objetivo é apresentar os jornais trabalhados, com ênfase nos periódicos em que foram localizados anúncios de objetos escolares. Além disso, almeja-se apresentar a constituição da imprensa catarinense, características das fontes, informes acerca dos impressos que ajudem a entender a sua constituição e a importância que os jornais tinham para uma época, uma vez que funcionavam como veículo de informações importantes e recentes, um difusor de ideias cuja finalidade era atingir uma comunidade composta pela elite e pelo povo.

Em seguida, o Capítulo II dedica-se à análise dos anúncios de objetos escolares identificados nos jornais pesquisados, separados por categorias: utensílios da escrita, livros e revistas escolares, materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, além de ornamentos. Tais categorias, conforme já anunciado, têm como base a organização apresentada no livro *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925), organizado por César Augusto Castro. Com os dados levantados, procurou-se discorrer acerca dos objetos escolares mais anunciados e utilizados por docentes e alunos nas rotinas escolares no processo de ensino e aprendizado. Agregaram-se outras informações contidas nos

impressos e em documentos que ajudaram a pensar a cultura material escolar.

O terceiro capítulo intenta apresentar e discorrer brevemente acerca dos estabelecimentos comerciais - tipografias, livrarias e armazéns/secos e molhados -, com base nos anúncios publicitários de materiais escolares localizados nos jornais de Florianópolis e na região Norte das seguintes cidades: Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Itajaí. A finalidade é compreender como esses espaços comercializavam itens escolares e de que modo se destinavam a abastecer a população local, assim como o Estado. Entre os estabelecimentos comerciais e os comerciantes identificados em jornais no município de Joinville, estava a família Boehm, que chamou a atenção devido à constante publicação de ofertas de objetos escolares à venda em sua livraria. A mesma família também disponibilizava serviços tipográficos tanto para a sociedade em geral como para o Estado. Neste capítulo, portanto, procurou-se discorrer acerca da família Boehm e dos imigrantes alemães que residiram em Joinville, pois eles tiveram grande importância para a cidade e para o Estado de Santa Catarina, no que concerne ao campo econômico.

1. IMPRESSOS CATARINENSES: VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE IDEIAS

1.1 JORNAIS COMO FONTES PARA LEITURA DO COMÉRCIO DOS MATERIAIS ESCOLARES

A imprensa catarinense começa a circular na antiga Desterro, atual Florianópolis, em 1831 com o jornal intitulado *O Catharinense*, tendo como subtítulo: *União e Liberdade, Independência ou Morte*. Era um impresso composto de “duas únicas páginas eivadas de pressupostos iluministas e sonhos de liberdade” (SCHAFFSCHEK, 2012, p. 27), num tamanho de 15,3 por 21,5 centímetros.

A iniciativa de criar esse jornal foi do precursor Jerônimo Francisco Coelho, natural de Laguna, que, após estudos no Rio de Janeiro, na Escola Militar da Corte, retorna ao Estado de Santa Catarina com fortes influências e opiniões políticas formadas. Segundo Fernandes (2009, p. 19), “Seu retorno à província natal foi por interferência dos maçons junto ao exército, pois estes buscavam criar em todo o país, polos de divulgação dos ideais republicanos”, sendo a criação do jornal um dos projetos políticos previamente elaborados. No Rio de Janeiro, Jerônimo Coelho aprendeu as técnicas tipográficas que utilizava no jornal *O Catharinense*, desde a editoração até a impressão, as quais eram realizadas em sua própria casa, em Florianópolis (PEREIRA, 1992), em um prelo¹⁵ trazido da capital do Império brasileiro para a província catarinense, financiado pela maçonaria.

Jerônimo Coelho foi deputado da Província em Desterro e Ministro da Marinha, com uma posição de grande influência política e ligações com os militares que se

¹⁵ De acordo com o dicionário Priberam, máquina tipográfica para imprimir, prensa. Informação disponível através do link: <http://dicionario.priberam.pt/>. Acesso em: 08 mar. 2016.

encontravam na Ilha de Santa Catarina. Relações como essas acabaram marcando e distinguindo o jornalismo catarinense com "um caráter eminentemente político-partidário" (SCHFASCHEK, 2012, p. 28).

Assim como na capital, a imprensa jornalística vai surgindo em outras cidades do Estado, como na colônia Dona Francisca (atual Joinville) em 1851, São Bento do Sul em 1885, Itajaí em 1884 e Jaraguá do Sul entre os anos de 1900 e 1901¹⁶. Nas cidades localizadas no Norte do Estado, cuja a colonização foi de imigrantes europeus, muitos dos impressos foram criados na língua pátria dos imigrantes com o papel de informar os direitos e interesses dos colonos, pois estes se encontravam em terras desconhecidas. Além disso, grande parte dos imigrantes não sabia a língua portuguesa, conhecendo apenas a língua de origem, a maioria deles o alemão e o italiano.

Antes das publicações de jornais editados e impressos em Santa Catarina, os jornais que circulavam em Desterro, por exemplo, eram oriundos de centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Ouro Preto (PEDRO, 1995).

Quando o jornal, veículo de informação da palavra escrita, começa a ser publicado e editado em Santa Catarina em 1831, uma camada muito pequena da população sabia ler. No âmbito escolar, no período de "1833, Santa Catarina contava com 419 crianças matriculadas; um ano depois eram mais de mil" (PERON; MAAR; NETTO, 2011, p. 120) e no que se refere ao público geral, no ano de 1836, o público de leitores da província de Desterro era praticamente composto por militares, funcionários públicos, padres e um pequeno número de comerciantes (PEDRO, 1995). Isso não significava que as informações contidas nos impressos não eram disseminadas

¹⁶ Informações desta natureza, as quais auxiliam na recomposição do cenário, foram extraídas dos jornais nos quais foram encontrados anúncios de materiais escolares, através dos quais a pesquisa foi construída e embasada.

para camadas não letradas. Nos locais públicos eram comentadas e debatidas as notícias, bem como os acontecimentos que eram publicados nas folhas dos jornais, uma vez que era um influente meio de comunicação em um tempo que não existia a televisão e o rádio, ganhando força como um veículo de ideias e informes.

É o jornal que difunde os novos ideais de progresso e civilidade, que dá emprego ao garoto jornaleiro analfabeto e abastece o repertório de conversas, discussões e sociabilidades. Nos cafés, na barbearia, no caminho de casa, gente comum discute as medidas dos governantes, tece suas opiniões próprias ou as toma emprestadas dos jornais. (MATOS, 2008, p. 29).

Os impressos jornalísticos passam a fazer parte do cotidiano dos catarinenses com a função social de levar as informações, de ordem pública e particular, ao povo, desde a camada mais abastada até a população em geral, não somente na capital do Estado, mas nas demais regiões. Assim, desde o surgimento do primeiro jornal em Santa Catarina até "quando os jornais diários com circulação em massa começaram a se desenvolver" (DARNTON¹⁷, 2010, p. 133), vários títulos de impressos circularam pelas ruas, casas e armazéns. No período de 1831 a 1907 publicou-se pelo Estado mais de 400¹⁸ títulos.

¹⁷ O uso que se está fazendo aqui das reflexões deste autor é no sentido de situar o impresso em sua história e funções já que Darnton não trata de Santa Catarina.

¹⁸ Dados baseados nas informações retiradas do *Catálogo dos Jornais Catarinenses 1831-2013* organizado por Roseléia Marcelino e Alzemi Machado, disponível na Biblioteca Pública de Santa Catarina, ou através do link:
http://www.fcc.sc.gov.br/bibliotecapublica/arquivosSGC/DOWN_182251Catalogo_BPSC.pdf

Já entre os anos de 1908-1921 foram lançados cerca de 511 títulos, conforme mostra a tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1: Circulação de impressos entre os anos de 1908 e 1921.

Ano	Quantidade de jornais	Ano	Quantidade de jornais
1908	24	1915	39
1909	30	1916	43
1910	22	1917	40
1911	31	1918	58
1912	29	1919	58
1913	20	1920	48
1914	22	1921	47

Fonte: “Catálogo de Jornais Catarinenses 1831-2013”. Dados organizados pela autora.

Esta tabela foi construída com base no *Catálogo de Jornais Catarinenses de 1831-2013*. Por não conter todos os jornais que circularam por Santa Catarina, compreende-se que alguns impressos podem ter ficado de fora, uma vez que o catálogo foi feito com base nos exemplares que estão disponíveis para consulta nas versões de suportes papel e/ou digital, na BPSC ou no *site* da mesma instituição.

Ao refletir sobre a quantidade de jornais publicados por ano, considerando os anos pesquisados, percebe-se uma variação constante na quantidade de impressos que circularam pelas regiões catarinenses. Observa-se que no ano escolhido para iniciar o recorte temporal da pesquisa, 1908, o número era de 24 jornais, no ano seguinte, em 1909, o número passa para 30 jornais, indicando o surgimento de 06 novos títulos, volume este que não teve uma grande alteração entre os anos de 1910 e 1914. Alguns jornais surgiram e outros pararam de circular.

Em 1915, a quantidade de exemplares passa para 39, demonstrando o aparecimento de 17 novos impressos. Avançando para os últimos anos, constata-se que, de 1917 para 1918, houve um significativo crescimento em número de jornais, passando de 40 impressos para 58, quantidade que se mantém em 1919. Já no ano de 1920, a quantidade de jornais cai para 47, mantendo-se praticamente a mesma em 1921.

Os periódicos catarinenses caracterizam-se por terem vida efêmera, alguns jornais “fecharam as portas” por não conseguirem se manter devido aos custos da editoração e impressão, pelo número de assinaturas e compras não serem suficientes e outros por conservarem vínculos com interesses particulares. Poucos duraram por muitos anos, como no caso do jornal *O Estado* de Florianópolis, que teve sua fundação em 1915 e seu fechamento em 2009; do periódico *Kolonie-Zeitung* de Joinville, que circulou pela cidade por oitenta anos; e do *O Correio do Povo* de Jaraguá do Sul, que existe até os dias atuais.

Por ser um Estado com uma grande diversidade de colonizadores - alemães, italianos, suíços, noruegueses, açorianos -, com diferentes culturas e idiomas, muitos dos impressos eram publicados na língua de origem dos imigrantes¹⁹, como é o caso dos jornais *Lokal Anzeiger* (1931), de Joinville, escrito em alemão, *L'Alpino* (1912) de Florianópolis, em italiano, entre outros. Vários exemplares estavam disponíveis em mais de um idioma. Um exemplo são os impressos *La Nuova Urussanga* (1912) de Urussanga, nas versões em português e italiano, e os jornais *Kiriri* (1920) de Blumenau, *Volks Zeitung* (1909-1938), ambos nas versões em português e alemão.

Observa-se nos jornais catarinenses que muitos levavam o mesmo nome, como os impressos *A Comarca* (1915) de Joinville e Palhoça, *O Imparcial* (1915) de Canoinhas e

¹⁹ Jornais em outros idiomas não foram analisados.

Florianópolis, *O Lápis* (1917) de Itajaí e de Tubarão; *A Voz do Povo* (1918) de Campo Alegre e Palhoça, entre outros.

Muitos desses exemplares eram sustentados e vinculados a partidos políticos e à alta sociedade, elite que se forma e consolida principalmente através do comércio e do transporte de mercadorias (PEDRO, 1998), em uma época em que pessoas à frente e ligadas à política veem nos jornais²⁰ "um instrumento de divulgação de seus projetos" (PEDRO, 1995, p. 26).

A imprensa torna-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor. Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz - veículo da palavra impressa - avaliaram as melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem. (EULETÉRIO, 2008, p. 83-84).

Apesar dos periódicos jornalísticos não tratarem especificamente sobre a escola, como fazem a imprensa periódica pedagógica, os manuais pedagógicos, as revistas pedagógicas e os livros escolares, editados por alunos, professores ou pelas próprias instituições - sujeitos envolvidos

²⁰ Alguns dos jornais ligados ao partido republicano: *Republica de Desterro*; *O Atalaia do Sul: orgam consagrado a defesa do Partido Republicano* de Araranguá; *O Conservador: órgão do Partido Republicado Catharinense* de Tijucas; e *Correio de Lages: orgam do Partido Republicano Catharinense* de Lages.

diretamente no fazer escolar -, a imprensa "contém e oferece muitos dados básicos para a compreensão da História da Educação e do Ensino" (CATANI; BASTOS, 2002, p. 05). Nos impressos investigados, vários informes referentes à educação catarinense foram divulgados: notas e dias de exames, nomeações de professores, inauguração de escolas, festas escolares, doações, etc. As autoras Magaldi e Xavier (2008) colocam que o fenômeno educacional não se limita à escola, mas encontra-se disseminado na sociedade, como nos impressos, dotados de um caráter educativo que, mesmo não se dirigindo ao público escolar específico, colaboraram para a modelação dos sujeitos na sociedade brasileira em meados do século XIX e no século XX.

Os jornais antigos são "um mapa para o que aconteceu ontem" (DARNTON, 2010, p. 140), em suas páginas estão registrados acontecimentos, debates e ações sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais de um determinado tempo. Podemos interpretá-los cruzando-os com outros documentos, possibilitando que sejam

[...] estudados como fontes, abrem vastas possibilidades de aprofundar nossa compreensão do passado. [...] São coleções de relatos, redigidos por profissionais dentro de convenções de seu ofício. Mas, se forem tomados como relatos - relatos jornalísticos, uma forma peculiar de narrativa -, transmitem a maneira com que seus contemporâneos interpretavam os acontecimentos e encontravam algum sentido na confusão ruidosa e estonteante do mundo que os cercava. (DARNTON, 2010, 140).

Com o olhar mais minucioso para os detalhes trazidos pelos jornais - nome, editores, proprietários, informações que vão além do "produto jornal", não apenas como pelo véis informativo - é possível perceber os "projetos coletivos"

(LUCA, 2006, p. 118), as parcerias, principalmente por parte dos políticos e de pessoas ditas importantes (comerciantes, elite, intelectuais, etc.), que viram os jornais como um instrumento privilegiado de sociabilidade para a difusão de ideais e princípios.

Com a publicação dos diversos anúncios de materiais escolares encontrados nos periódicos catarinenses, num total de 53 entre 13 jornais, é possível entender a formação e o fortalecimento do comércio de materiais escolares que acompanha a ampliação do ensino a partir da escola pública catarinense nos anos iniciais do século XX. Além disso, outras mudanças acontecem de forma articulada e, simultaneamente, influenciando a escola de um tempo.

Com base nos anúncios localizados nos jornais percebe-se um acanhado comércio dedicado à venda de materiais escolares. Acanhado por não se encontrar, nesse tempo, um local específico de venda de objetos escolares. Havia um comércio de varejo que comercializava várias mercadorias em pequenos estabelecimentos: roupas, bebidas, cigarros, etc. Ou seja, a oferta dos itens escolares acontecia com demais itens, em mais de um local, não se restringindo a uma única casa ou armazém. Os anúncios localizados informam sobre a venda dos mesmos itens escolares, mesmo quando se trata de anúncios de outros municípios; alguns estabelecimentos publicavam os anúncios regularmente durante todo o ano, outros apenas nos meses que antecediam o início do ano letivo e alguns, ainda, publicavam esporadicamente.

Com dados como esses, extraídos dos jornais, é possível criar um diálogo entre as prescrições do Estado, no tocante ao provimento material da escola, e o comércio local, buscando evidenciar se o que estava posto em lei fomentava ou não este comércio. Ao realizar este tipo de análise é preciso lembrar que "a imprensa escrita expressa o ponto de vista tendencioso daqueles que a produzem [...] pois não há uma disputa entre o certo e o errado, mas sim o desvelar das ideologias presentes e

a forma de persuasão utilizada para influir socialmente" (ZANLORENZI, 2010, p. 65).

Conforme já mencionado, vários dos jornais pesquisados mantiveram vínculos partidários, em alguns o proprietário do impresso era o dono da tipografia que imprimia o jornal e da papelaria que anunciava e vendia os objetos escolares. Alguns proprietários eram políticos, "homens influentes" na sociedade. Percebe-se uma relação entre o Estado, a escola e o comércio com interesses interligados. Os interesses eram "do Estado em tornar a escola elemento de peso na produção de práticas de governamentalidade da população" (VIDAL; GASPARD da SILVA, 2010, p. 32) e da escola em firmar um novo modelo: graduada e racionalizada, baseada em métodos de ensino que necessitavam de materiais escolares próprios, onde todos os alunos precisavam estar equipados com os mesmos itens para uma aprendizagem efetiva. Com isso, um ramo do comércio se desenvolve com base na escola, "o interesse capitalista que viu na disseminação da instituição escolar um novo nicho aberto à produção industrial" (VIDAL; GASPARD da SILVA, 2010, p. 32).

Desenvolve-se um comércio de vendas de materiais escolares para a população, cujo abastecimento ocorre em pequenas quantidades: lápis, caneta, mata-borrão, lousa, etc. São objetos que permanecem ao longo do desenvolvimento da escola, outros que caem em desuso e outros ainda que surgem, num jogo de ausências e permanências.

1.2 JORNAIS CATARINENSES: DAS ESCOLHAS ÀS SUAS CARACTERÍSTICAS

A coleta de dados e as análises contemplaram cinquenta e três jornais, sendo que em trinta e três²¹ impressos jornalísticos não foram localizados anúncios indicando o comércio de materiais escolares. Estes jornais estão disponíveis para consulta somente no suporte *on-line*, no site da BPSC²². São coleções pequenas e incompletas com reduzida quantidade de volumes²³, entre um a três jornais, de acordo com a quantidade e anos disponíveis, podem estar organizadas com jornais de mesmo título ou com outros.

Esses jornais caracterizam-se por conter, em média, quatro páginas. Alguns com um perfil literário, como o *Argo* (1910) de Florianópolis, outros com notícias políticas, culturais, sociais e ofertas de anúncios, como o *Escudo* (1908) de Laguna ou *A Thesoura* (1911) de Tubarão. Nos demais

²¹ A *Guilhada* de Tubarão, *O Alpha* de São Francisco do Sul, *O Alfabeto* de Itajaí, o *Argo* de Florianópolis, *O Argonauta* de Tubarão, *Azazul* de Florianópolis, *Bisturi* de Florianópolis, *O Canoinhas* de Canoinhas, *O Casaca* de Florianópolis, *Chaleira* de Florianópolis, *O Clarim* de Lages, *O Escolar* de Joinville, *O Escudo* de Lages, *O Escudo* de Laguna, *O Estoque* de Tubarão, *O Estudante* de São Francisco do Sul, *A Fé* de Florianópolis, *Gazeta Catharinense* de Brusque, *Gazeta de Itajahy* de Itajaí, *Gazeta de Joaquinense* de São Joaquim, *O Libertador* de Itajaí, *A Lyra* de São Francisco do Sul, *O Marujo* de Florianópolis, *A Notícia* de Lages, *O Oriente* de Florianópolis, *A Penna* de Tubarão, *A Tesoura* de Florianópolis, *Tesourão* de Florianópolis, *A Thesoura* de Tubarão, *O Trabalho* de Curitiba, *O Typographo* de Araranguá, *O Mensageiro* de São Francisco do Sul e *Xanxerê* de Xanxerê.

²² Acesso disponível através do link: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

²³ Aqui utilizo a palavra "volume" baseada no significado retirado do dicionário Priberam: "Unidade material que reúne, sob uma mesma capa, um certo número de folhas formando um todo ou fazendo parte de um conjunto, pode ser constituído por um ou mais tomos". Acesso disponível através do link: <http://dicionario.priberam.pt/volume>.

jornais trabalhados - *O Catharinense* (1911) de São Bento do Sul, *A Comarca* (1915), *Commercio de Joinville* (1909), *Gazeta de Joinville* (1915), *O Municipio de Joinville* (1919), *Gazeta do Commercio* (1916) de Joinville; *A Revista* (1908) de São Francisco do Sul, *O Correio do Povo* (1919) de Jaraguá do Sul, *O Pharol* (1904) de Itajaí e *A Época* (1910), *O Estado* (1892), *O Dia* (1910), *Republica* (1858) de Florianópolis – foram identificados anúncios de objetos escolares. Centrando os estudos nos impressos com ofertas de material escolar, o quadro 2 apresenta os jornais trabalhados, os municípios catarinenses nos quais os jornais eram editados e comercializados, os anos pesquisados, a quantidade de anúncios encontrados e alguns itens escolares comercializados.

Quadro 2: Dados referente aos jornais com ofertas de objetos escolares.

Jornal	Localização de circulação	Anos pesquisados	Oferta (s) de anúncio de objetos escolares	Alguns itens comercializados
O Catharinense	São Bento do Sul	1911 (mai)** (jul/dez)*** 1912 (mar)** 1914 (jan/ago)*** 1915 (dez)** 1918 (ago)**	02 anúncios	caderno escolar (com e sem preço)
A Comarca	Joinville	1915 (nov)** 1916 (dez)** 1917 (jan/dez)***	01 anúncio	penas
O Commercio de Joinville		1908 a 1910 (jan/dez)** ²⁴	03 anúncios	borradores, canetas e papel de

²⁴ O jornal do ano de 1911 não consta na BPSC e o do ano de 1912 está disponível em microfilme, mas não foi possível manuseá-lo, pois a máquina estava em reparo.

				música
Gazeta de Joinville	Joinville	1908 (jan/dez)*	01 anúncio	caderno escolar
Município de Joinville		1919 e 1920 (jan/dez)*	03 anúncios	lápiz, caneta, papel
Gazeta do Commercio		1914 a 1918 (jan/dez)*	10 anúncios	borracha, caderno escolar, livro escolar, lousa
A Revista	São Francisco do Sul	1908 (set)**	01 anúncio	livro escolar, tinteiros, tinta, lápis, penas
Correio do Povo	Jaraguá do Sul	1919 ²⁵ 1920 (fev)*** 1921 (jan/dez)***	09 anúncios	bolsa escolar, caderno de caligrafia, lápis, penas, mata-borrão, tinta
O Pharol	Itajaí	1908 a 1910 (jan/dez)*** ²⁶ 1912 (jan/dez)*** 1913 (jan/dez)*** 1915 (jan/dez)*** 1916 (jan/dez)*** 1918 a 1921 (jan/dez)***	19 anúncios	tinta, livro escolar, caderno escolar, pena, caneta, cartilha
A Época	Florianópolis	1914 a 1918 (jan/dez)**	01 anúncio	artigos escolares em geral

²⁵ O jornal do ano de 1919 estava interditado para digitalização.

²⁶ A BPSC não possui os volumes dos anos de 1911, 1914 e 1917.

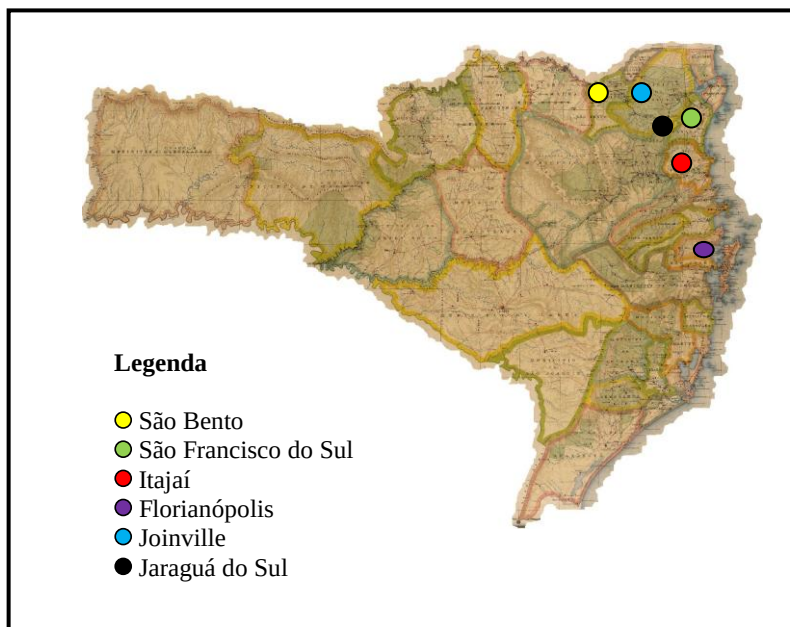
O Estado	Florianópolis	1915 (maio/jun)** * (ago/dez)** 1916 (fev/mar)** (jul/dez)*** 1917 a 1921 (jan/dez)**	01 anúncio	Lápis
O Dia		1908 a 1918 (jan/dez)*	01 anúncios	livro escolar, mapa
Republica		1918 a 1921 ²⁷ (jan/dez)*	01 anúncio	giz escola, papel
* Pesquisa realizada no suporte <i>on-line</i> , no <i>site</i> da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.				
**Pesquisa realizada no suporte <i>on-line</i> , no <i>site</i> da Biblioteca Pública de Santa Catarina.				
*** Pesquisa realizada no suporte papel.				

Fonte: Exemplos dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Município de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia* e *Republica*. Quadro organizado pela autora.

Ainda que as cidades indicadas na Tabela acima sejam bastante conhecidas optou-se pela inclusão de um mapa, de 1917, que permita a localização geográfica.

²⁷ Todos os anos foram pesquisados no suporte *on-line*, no *site* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acesso através do link: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca.digital/>.

Figura 1: Localização dos municípios cujos jornais possuem anúncios de materiais escolares²⁸.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Características comuns perpassam esses jornais, o número de páginas é uma delas, pois os periódicos normalmente apresentam quatro folhas, havendo variações em alguns exemplares, os quais chegam a ter entre seis e oito páginas. Essas alterações de número de páginas ocorrem em função do acréscimo de suplementos (informativos extras referentes a um tema específico: educação, guerra, festa, etc.). Em determinados volumes o mesmo jornal dispunha, em anexo, de uma edição extra escrito em outro idioma, ou continha um maior número de anúncios ou de notícias.

²⁸ Nos anexos encontra-se a versão original do mapa.

Outra peculiaridade é a impressão dos jornais ser realizada na cor preta e as informações nas folhas estarem organizadas por meio de colunas. Normalmente as primeiras páginas destinavam-se a notícias políticas, sociais, educacionais e culturais. Elas poderiam referir-se a questões regionais, estaduais ou internacionais, dependendo do impresso. Também estão presentes nessas folhas informações de destaque: acontecimentos importantes da época (guerras, aniversários de políticos, falecimentos), bem como o nome do periódico, o subtítulo, o mês, o ano e o número de publicação do exemplar. Fotos não eram recursos muito utilizados devido às condições de impressão e aos meios disponíveis. Além disso, eram disponibilizadas algumas informações como o valor de assinatura, pois o assinante poderia escolher entre anual, semestral, trimestral ou número avulso. Jornais como *O Dia* de Florianópolis davam a opção do envio pelo correio para cidades do interior do Estado, assim como o jornal *Município de Joinville* que oferecia a possibilidade de envio para o exterior. Outras informações presentes eram: valor das publicações dos anúncios, cobrados por linha e fonte específica, em média "100 rs", nome dos colaboradores, redatores, diretores, etc. As últimas páginas - em geral de número três e quatro - eram, em sua maioria, destinadas aos anúncios gerais, como prestação de serviços.

Ao longo dos anos alguns impressos modificaram suas fontes de impressão, mudaram o *layout* das páginas, alteraram o tamanho do jornal, o subtítulo (mudou ou desapareceu) e tiveram mudança de proprietários, assim como ocorreram trocas de redatores e de jornalistas.

Elementos como esses, trazidos durante as observações nos jornais trabalhados, junto com

[...] o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se

destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade de impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas no decorrer do tempo resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais. (LUCA, 2008, p. 118)

Trata-se de investigar e contextualizar a importância de compreender o jornal como um todo, problematizar e questionar as informações de conteúdo quanto aos padrões estéticos. Conhecimentos como estes revelam uma época e as intenções dos sujeitos, uma interlocução entre impressos jornalísticos, políticos, Estado, anúncios, notícias, tipografia, etc., ou seja, o processo civilizador por meio da palavra impressa. A respeito dessa questão, Luca (2008) coloca ainda que não se pode olhar para o jornal de "ontem" com a mesma a visão que temos para os jornais de hoje, é preciso entender que

[...] o processo de transformações políticas, econômicas, sociais e, especialmente, culturais que caracterizou o mundo ocidental na época teve no jornalismo uma força de ressonância ímpar, sendo impossível dissociar o modo de vida urbano triunfante e a propagação do periódico [...]. (CAMPOS, 2012, p. 6).

Ao observar as regiões pelas quais esses impressos jornalísticos circularam, verifica-se a ausência de jornais que contemplem os territórios do Sul, do Meio-Oeste e do Oeste. Essa inexistência não significa que os impressos não existiram ou não eram editados e impressos nestes territórios, mas uma

quantidade menor em relação aos números que circulavam nas regiões litorânea e Norte, onde havia uma grande circulação de jornais²⁹ nos anos de 1908 a 1921. Durante a seleção dos jornais que pudessem ajudar nas análises da pesquisa, muitos dos impressos jornalísticos dessas regiões não foram escolhidos, devido a vários deles terem apenas um único exemplar de jornal disponível para estudo, são eles: *O Escudo* (1908) de Laguna, *O Prelo* (1911) e *A Ordem* (1918) de Tubarão, *Xanxerê* (1911) de Xanxêre e *A Metralhadora* (1919) de Lages. Na situação dos jornais *O Trabalho* (1907) de Curitiba, *O Libertador* (1909) e *Vanguarda* de Campos Novos, *Vida Futura* (1912) de Urussanga, *O Planalto* (1917) de Lages e *A Tribuna* (1919) de Tubarão, existiam mais anos acessíveis, porém ainda o número de impressos continuava pequeno, entre um a três, para a construção de uma base de análise sólida.

Um dos supostos motivos pelo menor número de jornais transitando nas regiões Oeste, Centro-Oeste e Sul é a sua ampla extensão, principalmente do planalto com o litoral do Estado, onde está localizada a capital, dificultando a comunicação entre as regiões. Outro indício é a forma de ocupação e os colonizadores dessas terras, consideradas como provenientes de uma colonização recente. O Oeste e o Centro-Oeste foram povoados por paulistas que vieram desbravar, marcar território e criar uma estrada que ligasse São Paulo e Rio Grande do Sul para o comércio de gado. O primeiro povoado dessas localidades foi o de Lages³⁰, que surgiu em 1771 e somente em 1829 criou-se, de fato, uma ligação do litoral com o planalto,

²⁹ Utiliza-se como referência o *Catálogo de Jornais Catarinenses 1831-2013*.

³⁰ Nos anos seguintes outras vilas foram criadas como: São Joaquim, Campos Novos, Curitiba, para receber tropeiros que se mudaram para esses locais ou estavam apenas de passagem.

hoje a BR-282³¹. Já no Sul, consideradas "as remotas terras do Sul do Brasil permaneciam com baixo índice de ocupação" (BARBOSA, 2010, p.18), até serem colonizadas por imigrantes italianos em meados de 1870, estes fundaram os municípios de Urussanga, Criciúma, Tubarão e outros, numa zona carbonífera.

O relevo movimentado, a densa vegetação e as características climáticas combinadas ao processo lento e disperso com que se deu a ocupação do território favoreceu a um desenvolvimento regionalizado e uma imersão tardia no circuito econômico nacional. (BARBOSA, 2010, p.7).

Essa colocação é válida praticamente para todas as regiões de Santa Catarina, cada município acabou evoluindo e se expandido de maneira quase que independente, com base nas leis regidas a partir de Florianópolis, criando e trazendo consigo, como no caso de imigrantes europeus, suas culturas e crenças, desenvolvendo o seu modo de viver. Tais circunstâncias perpassaram o âmbito da educação. Segundo Klug (2003), no período da chegada dos imigrantes ao Estado o governo não conseguia atender as condições educacionais, ficando a cargo de responsabilidade dos próprios colonos, situação essa que não era algo isolado de Santa Catarina, pois acontecia em todo o Brasil.

No Sul do Estado catarinense muitos dos jornais foram redigidos em italiano, em virtude ao tipo de população que residia nessas terras. O primeiro impresso dessa região teve sua origem em Laguna no ano de 1864 com o nome de *Pyrilampo*,

³¹ PERON, André; MAAR, Alexandre; NETTO, Fernando Del Prá. *Santa Catarina: história, espaço geográfico e meio ambiente*. Florianópolis: Insular, 2. ed, 2011. p. 95.

seu proprietário era José Joaquim Lopes. A impressão deste jornal era feita na capital, na gráfica O Despertador³².

Em razão da importância política de Laguna durante o período imperial, sua imprensa apresentava forte posicionamento político, assim como os jornais de Desterro. Jornalistas lagunenses foram responsáveis também pelo surgimento de jornais em outras localidades daquela região. (FERNANDES, 2009, p. 115)

Em relação à imprensa jornalística do Oeste e do Meio-Oeste de Santa Catarina, no planalto serrano, este inicia-se na cidade de Lages em 1880. O título do impresso era *Lageano*, um empreendimento idealizado pelo professor-jornalista João Cruz e Silva. Sem vínculos partidários, "tinha como principais colaboradores o advogado Genuíno Fermino Vidal Capistrano, florianista exalto que lançou a proposta da troca do nome de Desterro para Florianópolis, e João José Theodoro da Costa" (FERNANDES, 2009, p. 155).

No Oeste catarinense, o primeiro jornal leva o nome de *Xapecó* em 1892, criado pelo militar e capitão do Estado Maior, José Bernardino Bormann, no município de Chapecó, época em que as terras eram de domínio do Estado do Paraná³³. De acordo com Fernandes (2009, p. 211), "o desenvolvimento da imprensa na região oeste foi lento em razão de suas precárias condições de infra-estrutura, sócio-econômicas e principalmente por ser um território em litígio entre Paraná e Santa Catarina".

³² Informações contidas nesse parágrafo foram retiradas do livro: *Origens da imprensa em Municípios Catarinenses*, organizado por Mario Luiz Fernandes de 2009, página 95 e 97.

³³ As informações contidas neste parágrafo foram retiradas do livro *Origens da imprensa em Municípios Catarinenses*, organizado por Mario Luiz Fernandes de 2009, página 95 e 97.

No intento de favorecer a compreensão do material aqui utilizado como fonte, optou-se por apresentar algumas características peculiares de cada jornal. O jornal *O Catharinense* de São Bento do Sul circulou pela cidade entre os anos de 1911 a 1918, semanalmente. Na sua primeira edição, no dia 01 de maio, anuncia aos seus leitores sua vinculação ao partido republicano e que era essencialmente político, servindo, segundo o redator, às causas do povo.

Na cidade de Joinville foi publicado o impresso *A Comarca: folha independente*, que circulou entre os anos de 1915 e 1917, que afirmava ser um jornal independente e sem vínculos com partidos políticos, envolvido com causas ligadas ao comércio, indústria e lavoura. Outro jornal que prometia imparcialidade era o *Gazeta de Joinville*, terceiro impresso da cidade criado com esse nome, munido de informações semanais aos joinvilenses a respeito do comércio, da lavoura e da vida escolar, entre os anos de 1905 e 1912. *O Commercio de Joinville*, que esteve vinculado à política e aos interesses particulares de pessoas envolvidas com o jornal (proprietário, redatores, jornalistas), também era publicado semanalmente entre os anos de 1900 e 1912. Outro impresso de Joinville é a *Gazeta do Commercio*, que circulou nos anos de 1914 a 1918, de quatro em quatro dias. Este último periódico surge com o propósito de substituir os jornais *Gazeta de Joinville* e *O Commercio de Joinville*; apresenta-se como partidário da democracia republicana e que luta em prol do comércio e da indústria, informação contida já na primeira página do seu primeiro volume.

Na cidade de Itajaí foi publicado o jornal *O Pharol: comercial, noticioso e humorístico*, que inicia suas atividades em 1914 e as encerra em 1936. Seus exemplares eram publicados a cada duas semanas nas sextas-feiras. No livro sobre a Imprensa Catarinense, de autoria de José Boiteux, de 1911, o autor relata que a cidade de Itajaí, na época, estava em constante desenvolvimento, com um dos mais prósperos

empórios comerciais do Norte do Estado e, para ele, *O Pharol* era o melhor jornal de Santa Catarina. Os dados mencionados no quadro 1 demonstram esse indicativo apontado por José Boiteux, pois foi no impresso supracitado que se localizou o maior número de anúncios de materiais escolares: 19 anúncios no total, divulgando itens como tinta, livro escolar, caderno escolar, pena, caneta, cartilha, entre outros.

Entre outros jornais trabalhados, *A Revista: Órgão dos Interesses locais, imparcial, noticioso e instructivo*, de São Francisco do Sul, teve vida efêmera, sendo publicado apenas no ano de 1908. Não foi possível saber a periodicidade do impresso, uma vez que a BPSC possui um único exemplar, o de número 04 de 01 de setembro de 1908. Ao contrário do jornal *A Revista*, o impresso *O Correio do Povo: Órgão Independente e Noticioso*, de Jaraguá do Sul, fundado em 1919, contava com uma tiragem semanal e mantém suas atividades até os dias atuais. O jornal nasce com o propósito e o comprometimento de proteger os interesses do povo local.

Os impressos acima mencionados são de municípios da região Norte do Estado, colonizados por imigrantes europeus: alemães, noruegueses, italianos e suíços.

Esses imigrantes traziam consigo uma grande vontade de trabalhar e uma cultura de base industrial e capitalista. [...] traziam uma nova mentalidade, muito diversa da mentalidade escravista brasileira e mesmo da açoriana. (MAAR; PERON; NETTO, 2011, p. 109)

Trata-se de um estilo de vida que influenciou a forma de organizar os jornais, tanto no que concerne às notícias quanto no modo de comercializar os materiais escolares. Dos 13 jornais com anúncios de objetos escolares, 09 são da região Norte com 49 anúncios e os outros 04 jornais circularam na capital, com 04 anúncios. Vários dos impressos eram publicados na "língua de origem" de seus "colonizadores", o

alemão. Outros apresentavam uma mistura dos idiomas nas notícias e anúncios, por vezes traziam suplementos, em algumas edições, em alemão e também havia a opção do leitor escolher o jornal na versão português ou alemão.

Na capital do Estado circulou o jornal *O Estado*, o impresso com a maior circulação de Santa Catarina, entre os anos de 1892 até 1902, com uma pausa na sua impressão, retornando em 1915 e encerrando definitivamente suas atividades em 2009. Era partidário ao governo republicano e tinha como subtítulo nos anos de 1892 "Orgam do partido Republicano Federalista". Outro jornal de Florianópolis foi *A Época: Orgam da Federação das Associações Católicas*, fundado em 1910, encerrando suas atividades em 1921. O impresso *O Dia: órgão do Partido Republicado Catharinense* esteve entre os impressos da capital nos anos de 1901 a 1918, era publicado semanalmente. Em 1910 o jornal passa a ser o diário oficial do Estado, vinculado ao partido republicado, uma vez que Santa Catarina não possuía um jornal próprio para as publicações oficiais, sendo este último criado apenas em 1934. Outro impresso foi o *Republica: orgam official-Estado republicano de Santa Catarina*, que surgiu em 1889 e circulou até 1903, retomando em 1918 até 1937. Este periódico manteve uma trajetória no período conhecido como a "Primeira República", de 1889 a 1937.

Quadro 3: Capas dos jornais nos quais foram localizados anúncios de materiais escolares.

Capas dos jornais	
 Fonte: O Catharinense, n. 7, 11 jun. 1911. Tamanho: 45cm (l) x 31cm (c)	 Fonte: A Comara, n. 1, 28 nov. 1915. Tamanho do jornal: 33cm (l) x 45,5cm (c)
 Fonte: Comercio de Joinville, n. 266 4 jun. 1910. Tamanho do jornal: 32,5cm (l) x 46,5cm (c)	 Fonte: Gazeta do Commercio, n. 1, 01 jan. 1914. Tamanho do jornal: 47,5cm (l) x 33cm (c)



Fonte: O Município de Joinville, n. 4, 28 maio 1918. Tamanho do jornal*
jornal*



Fonte: Gazeta de Joinville, n. 4, 3 fev. 1906. Tamanho do jornal: 30,5cm (l) x 40cm (c)



Fonte: A Revista, n. 4, 01 set. 1908
Tamanho do jornal*



Fonte: O Correio do Povo, n. 37, 15 jan, 1921. Tamanho do jornal: 37cm (l) x 53 cm (c)



Fonte: O Pharol, nº 234, 8 jan. 1909.
Tamanho do jornal: 27,5cm (l) x 46,5 cm (c)



Fonte: A Época, n. 47, 22 ago 1914. Tamnho do jornal: 36,5 cm (l) x 50cm (c)



Fonte: O Dia, n. 2054, 1 jan. 1909
Tamanho do jornal: 37cm (l) x 49cm (c)



Fonte: Republica, n. 1, 29 set. 1918. Tamanho do jornal: 37 cm x 53, 5 cm (c)



Fonte: O Estado, n. 6, 10 nov. 1892

Tamanho do jornal: 43cm (l) x 59,5 cm (c)

*Os dados referentes ao tamanho desses periódicos não puderam ser localizados.

Fonte: Exemplares dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Município de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia e Republica*. Quadro organizado pela autora.

É possível, no entanto, verificar algumas relações e cruzamentos incomuns entre os jornais apresentados acima. Os impressos *O Catharinense*, *O Estado* e *O Dia e a Republica* estavam vinculados ao partido republicano daquele período. *A Comarca: folha independente*, *A Gazeta de Joinville*, a *Gazeta do Commercio*, *A Revista: Órgão dos Interesses locais, imparcial, noticioso e instructivo* e *O Correio do Povo: Órgão Independente e Noticioso* diziam-se não ter nenhum tipo de vínculo político, sendo jornais imparciais. Em relação aos impressos jornalísticos *Gazeta do Commercio* e *A Comarca: folha independente*, ambos tinham como ideias a luta pelo comércio e pela indústria e o último também englobava os interesses pela lavoura.

Entre uma publicação e outra essas configurações ficam mais nítidas, através do conjunto de elementos trazidos nas páginas dos jornais: os colaboradores que escreviam as notícias, a forma como eram redigidas, os embates travados e as respostas dadas nas edições que sucediam às provocações, o que se publicava, entre outras informações. Um jogo de interesses e ligações moldavam as formas de constituição dos impressos.

1.3 INDÍCIOS JORNALÍSTICOS: A FORMAÇÃO DE UM COMÉRCIO ESCOLAR COM A EXPANSÃO DA ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA CATARINENSE

Diversas iniciativas para melhorias no ensino da população, no final do século XIX e início do século XX, estavam sendo traçadas e planejadas, não somente no cenário catarinense como também em todo o Brasil. Uma educação que estivesse articulada entre todos os estados brasileiros, moderna, civilizadora e que acabasse com elevados índices de analfabetismo de uma população que crescia e para a qual não se oferecia escolas públicas em número suficiente.

A partir da emergência do processo de industrialização no país, verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e da expansão do sistema educacional vigente [...]. (XAVIER, 1990, p. 59).

Era preciso uma mudança no ensino primário, na educação de base, pois as reformas que vinham acontecendo a nível nacional - reforma Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia no governo de Marechal Hermes da Fonseca, reforma Carlos Maximiliano e a reforma Rocha Vaz - "não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplacadas,

representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se uma política nacional de educação" (ROMANELLI, 1997, p. 43). A educação encontrava-se sob a intervenção de cada governo regional, através da Constituição de 1981. De acordo com Romanelli (1997), o documento descentralizava o ensino, uma vez que a União era responsável pela educação superior e pelo ensino secundário nos Estados, delegando para os Estados a responsabilidade em relação à educação primária e profissional.

Porém, nem todos os estados brasileiros tinham condições financeiras para realizar uma reforma no sistema educacional, como era o caso daqueles localizados nas regiões Norte e Nordeste, com menos recursos financeiros. A concentração do poder aquisitivo nos estados no centro do Brasil - Distrito Federal e Sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais -, puderam aparelhar o sistema de educação, uma vez que "comandavam a política e a economia da Nação" (ROMANELLI, 1997, p. 43).

Santa Catarina foi um dos estados que, com base nas reformas empreendidas em São Paulo, reorganiza a sua educação para a difusão da escola primária, conforme coloca o Governador Vidal José de Oliveira Ramos: "a reforma foi moldada na organização do ensino paulista, com as modificações indispensáveis às condições do meio e os aperfeiçoamentos aconselhados pela experiência"³⁴. Esses conselhos foram sugeridos pelo professor Orestes Guimarães, contratado pelo Estado de Santa Catarina para auxiliar na reforma da educação. Estudos realizados por Antonio Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000, p. 9) tentam

³⁴ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos (Gab. Typ. d"O Dia - Florianópolis, 1912).

[...] compreender de que forma o modelo escolar se desenvolveu com relativa homogeneidade no plano mundial desde finais do século XIX, identificando, ao mesmo, tempo, as especificidades dos modos de apropriação e de realocização deste modelo nos diferentes contextos nacionais.

As reformas ocorridas no Brasil tiveram como referência modelos de educação dos Estados Unidos e da Europa, ditos e vistos como os mais avançados e modernos. Adaptações e modificações foram necessárias para as diversas condições, entre elas as financeiras de acordo com cada região, como ocorreu em Santa Catarina.

Em 1908, Santa Catarina possuía, distribuídas entre os seus 30 municípios³⁵, 155 escolas primárias com 6.707 alunos matriculados. No ano seguinte, 1909, o quadro de escolas aumentou para 178, com 7.792 alunos³⁶. Mesmo com o aumento do número de escolas primárias em 23 unidades, a quantidade não atendia a demanda.

Em 1911, pelo Decreto de número 585, de 19 de abril, o Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos sanciona a Reorganização da Instrução Pública em Santa Catarina. Nos cinco artigos contidos na lei está escrito que o ensino público será administrado pelo Estado através das escolas ambulantes, escolas isoladas, grupos escolares e escola normal. Também consta que o ensino seria reorganizado com base nos modernos processos pedagógicos, através da contratação de professores

³⁵ Segundo Alexandre Maar, André Peron e Fernando Del P. Neto, no ano de 1907 o Estado de Santa Catarina possuía 30 municípios, número que é alterado somente em 1917 para 32 municípios. Informações retiradas do livro *Santa Catarina: história, espaço geográficos e meio ambiente*, página 13.

³⁶ Dados retirados do documento: Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado na 3ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 16 de agosto de 1909 (Typ. BOEHM - JOINVILLE)

para atuar nos grupos escolares que seriam construídos, na organização de uma nova Escola Normal, no fechamento de escolas públicas, na construção de escolas na Capital e em outros centros, de grupos escolares instalados em prédios adequados, entre outras determinações.

Cria-se um modelo de escola graduada e seriada, de responsabilidade do Estado, com um caráter inovador e moderno, no qual se separariam os alunos por idade e pelos conteúdos a serem ensinados. A forma como os conteúdos eram passados não poderia ser a mesma, com isso, implementa-se o método intuitivo ou as lições de coisas, nos quais o aluno aprende por meio do toque, do contato com o que é concreto e parte, depois, para o abstrato. As escolas não poderiam mais ter como sede locais improvisados: casas, salões. Neste novo modelo, as escolas deveriam ter um espaço específico para o ensino, assim como materiais adequados para ensinar e professores preparados.

Os catarinenses têm o seu primeiro grupo escolar inaugurado em 1911 na cidade de Joinville, Grupo Escolar Conselheiro Mafra, uma adaptação do Colégio Municipal de Joinville³⁷.

No ano seguinte, em 1912, são criados mais dois novos grupos em Santa Catarina, um em Florianópolis - Grupo Escolar Lauro Muller – e outro em Laguna - Grupo Escolar Jerônimo Coelho. Segundo as palavras do Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos, "O mobiliário completo para estes grupos escolares (Lauro Muller e Jerônimo Coelho) foi

³⁷ Em relação aos outros estados brasileiros, o primeiro grupo escolar em São Paulo havia sido criado em 1894, no Estado de Minas Gerais no ano de 1906, no Paraná em 1903, no Rio de Janeiro em 1897. No Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso 1910, em Sergipe 1916, em Goiás 1918 e no Piauí em 1922.

adquirido na América do Norte e em São Paulo e pertence ao tipo, considerado mais perfeito pelos competentes"³⁸.

Os grupos escolares foram criados para os centros urbanos, locais que apresentavam maior densidade populacional. Para a educação primária nas vilas, nas zonas rurais - perímetros mais afastados -, o ensino era provido pelas escolas isoladas³⁹. Essa atuação não foi diferente nos demais estados onde foram implantados os grupos escolares, como pode-se perceber em estudos realizados por Faria Filho (2014) e Souza (1998).

No ano de 1913 o Estado criou 18 escolas isoladas pelos diversos municípios catarinenses⁴⁰. No mesmo ano foram criados mais quatro grupos escolares: Grupo Escolar Vidal Ramos em Lages, Grupo Escolar Silveira de Souza em Florianópolis, Grupo Escolar Victor Meirelles em Itajaí e o Grupo Escolar Luiz Delfino em Blumenau⁴¹.

A discussão sobre quem eram os destinatários da política de expansão do ensino primário é significativa, considerando o pressuposto básico da educação popular e os interesses de vários grupos sociais em torno da escola pública. A caracterização dos alunos mediante a idade, condições econômicas e nacionalidade oferece o quadro de referência para se discutir a questão [...] (SOUZA, 1998, p. 22).

³⁸ Palavras do Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos, na página 43, no documento: Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912, em 1911, Florianópolis (Gab. Typografia d'O Dia).

³⁹ Neide Fiori (1991, p. 86 e 87).

⁴⁰ Palavras do Governador Vidal de Oliveira Ramos, página 28, no documento: Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913, Florianópolis (Gab. Typografia d'O Dia).

⁴¹ Neide Fiori (1991, p. 87).

Com a implantação dos grupos escolares, uma nova forma escolar se estrutura e se organiza. Faria Filho (2014) afirma que esse modelo de escola trouxe importantes mudanças na "tecnologia pedagógica", principalmente na "relação entre as práticas culturais e o mundo da política ou da economia" (p. 46). À medida que as escolas vão sendo criadas, aumentam as necessidades das salas de aulas e dos alunos, pois estes precisavam portar objetos escolares para que o ensino fosse realizado de forma adequada. Cria-se uma "oportunidade" de conexão entre o Estado, a escola e a formação de um comércio escolar a partir das novas necessidades e práticas escolares. Torna-se vínculo dessa comercialização não somente o material escolar - cadernos, lápis, lousas, borracha, livros, régua, entre outros -, mas todo um aparato de itens que abasteceriam as escolas: mobiliário, uniforme, etc. Estimula-se um comércio por conta das demandas apresentadas pela escola, uma vez que os materiais não eram fornecidos pelo Estado. Assim, os responsáveis pelos alunos deveriam adquiri-los, ou ainda, os objetos poderiam ser doados para a população que não tinha condições de comprar⁴².

Os dados abaixo foram organizados com base em anúncios de ofertas de materiais escolares, localizados em jornais catarinenses no período de 1908 a 1921, evidenciando a formação de um comércio escolar no Estado de Santa Catarina.

⁴² Sélia Ana Zonin está desenvolvendo trabalho de pesquisa a ser concluído como dissertação de mestrado (PPGE / UDESC), tendo por foco a caixa escolar em Santa Catarina, uma associação auxiliar do ensino que deveria suprir demandas desta ordem.

Tabela 2: Anos, quantidade e itens encontrados nos jornais entre 1908-1921.

Anos em que foram localizados anúncios	A quantidade de anúncios	Itens comercializados
1908	05	Borradores, papel de música, tinteiros, lápis, penas, livros escolares, mapas, etc.
1909	02	Cadernos escolares, tinta, lápis, mata-borrão, lousas, etc.
1910	07	Canetas, tintas, cadernos escolares, penas, lápis, tintas, tinteiros, etc.
1911	-	-
1912	05	Livros escolares, cadernos, cadernos de caligrafia, mata-borrão, caneta, giz, etc.
1913	04	Cadernos
1914	04	Cadernos escolares
1915	03	Aparadores de lápis, livros, etc.
1916	02	Borracha e livros escolares
1917	02	Penas
1918	07	Borracha, caneta, pena, lápis, cartilha, mata-borrão, etc.
1919	04	Giz escolas, lápis, tinta, papel, etc.
1920	01	Livros escolares,
1921	08	Livros escolares, bolsas escolares, tintas, etc.

Fonte: Exemplares dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Municipio de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia e Republica*. Dados organizado pela autora.

Os anúncios informam sobre materiais que estavam sendo comercializados para abastecer o “mercado escolar”: borradores, tinteiros, lápis, penas, livros escolares, mapas, cadernos escolares, mata-borrão, lousas, cadernos de caligrafia, aparadores de lápis, entre outros. As ofertas dos produtos eram feitas por vários estabelecimentos. Na região Norte do Estado⁴³ os objetos escolares eram comercializados pelos seguintes estabelecimentos: Papelaria Oscar Eberhardt, Typografia Pharol, Casa da Boa Esperança, C. W. Boehm, Casa Menezes, Typografia e Papelaria Correio do Povo, Sol Nasce para Todos, Eduardo Schwartz, Papelaria Brazil e Typographia Catharinense. Para a região mais próxima ao litoral⁴⁴, os artefatos eram anunciados por Octávio Lobo da Silveira, Germano Boesken e Livraria Moderna.

Como uma primeira proposta de análise da pesquisa, optou-se pela seleção dos anos de 1908 a 1912, com a hipótese de que com a Reforma da Instrução Pública de 1911, haveria uma expansão nos materiais escolares.

Nos anos de 1908 a 1910 foram localizados itens como: borradores, papel de música, tinteiros, lápis, penas, livros escolares, mapas, cadernos escolares, mata-borrão, lousas e canetas. Alguns dos materiais escolares - como lousa, mapas, tinteiros -, exigidos pelo Decreto de nº 371, estavam sendo comercializados e ofertados em vários estabelecimentos nos municípios catarinenses. Referente ao período entre os anos de 1912 e 1921, anos que sucedem à Reforma da Instrução Pública Primária em Santa Catarina, realizada em 1911, foram localizados praticamente os mesmos materiais escolares, com exceção dos seguintes itens: giz, aparadores de lápis, borracha

⁴³ Onde circulavam os jornais: *A Revista* (Joinville), *A Comarca* (Joinville), *Commercio de Joinville* (Joinville), *Correio do Povo* (Jaraguá do Sul), *Gazeta de Joinville* (Joinville), *O Catharinense* (São Bento do Sul).

⁴⁴ Onde circulavam os jornais: *A Época* (Florianópolis), *O Dia* (Florianópolis) e *O Pharol* (Itajaí).

e cartilha. O único ano no qual não se localizou qualquer anúncio foi o de 1911.

A escola permanece com as características gerais de uma instituição de massa, que requer artefatos produzidos em série e em largas quantidades. Quando mais se expande horizontal e verticalmente o sistema, ampliando o acesso e aumentando os anos de escolarização obrigatória, mais a intuição se oferece como um significado mercado consumidor, sustentado pelo Estado ou pela máquina estatal. A conexão estabelecida desde o século XIX entre inovação pedagógica e inovação material aprofunda-se, criando uma quase identidade entre qualidade de ensino e aquisição de artefatos escolares, particularmente na retórica que domina o campo. (CASTRO et al., 2013, p. 275).

Em 1916 foi inaugurada, no município de São Bento do Sul, uma Escola Reunida⁴⁵. No mesmo ano funcionavam no Estado 678 escolas, sendo 253 estaduais e 152 municipais. O governo gastou com material escolar o valor de 5:830\$000⁴⁶, sendo que não foi localizada a especificação do material no qual o valor foi gasto. No ano de 1919 não foram criadas escolas isoladas em Santa Catarina, mas haviam 10 grupos

⁴⁵ As Escolas Reunidas surgem em 1915, por meio da Lei nº 1.044 de 14 de setembro de 1915, no governo de Fellipe Schmidt. Segundo Neide Fiori (1991, p. 87), as Escolas Reunidas expressam "uma fase do processo de evolução de uma Escola Isolada em Grupo Escolar". Essas escolas seguiram as normas por lei das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares.

⁴⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 8 de setembro de 1918, pelo Sr. General Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.

escolares com 3.811 alunos, 4 escolas reunidas com 561 alunos, e 382 escolas isoladas com 16.069⁴⁷ alunos.

Com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a forma como os colonos alemães viviam em Santa Catarina foi alterada e tais modificações atravessaram os muros da escola. Políticos catarinense, receosos com o grande número de escolas particulares regidas e financiadas por imigrantes alemães, tomam medidas para nacionalizar o ensino, ação que se dá com a ajuda do professor Orestes Guimarães. Escolas particulares foram fechadas e, no lugar delas, foram criadas escolas públicas, o ensino poderia ser ministrado por professores alemães desde que ministrado na língua vernácula e por docentes⁴⁸.

Nos impressos referentes ao período de 1915-1920 muitas notícias a respeito da nacionalização do ensino foram veiculadas. Noticiava-se o fechamento de escolas particulares que não fossem autorizadas pelo Estado e informava-se acerca da importância da fiscalização pelos inspetores.

Em 1920, passado nove anos da Reforma do Ensino em 1911, com um plano educacional para difundir o ensino primário pelo Estado catarinense, apesar do número de escolas ter aumentado, ainda não era suficiente para atender as crianças. De qualquer forma, a instrução pública continuava sendo ponto importante para os republicanos, mas os recursos disponíveis pelo Estado não eram suficientes para cumprir com as demandas educacionais. Na mensagem lida para o congresso

⁴⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz - Vice Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina.

⁴⁸ As informações deste parágrafo foram retiradas do livro de FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

representativo, o governador do Estado Hercílio Pedro da Luz menciona:

Assim, ano anno passado, conforme vos relatei, procurei distribuir equitativamente as escolas pelos varios municipios, creando-as na base approximada de uma para cada mil habitantes.

Satisfeitos, por esse modo, com justiça, os pedidos que me tinham sido endereçados de varios pontos do Estado, tenho procurado prover as escolas existentes, evitando, porém, crear novas, porque, apesar do meu intenso desejo de vêr uma escola em cada povoado, não posso só com a instrucção absover todos os recursos do Estado.

Pedidos ha, entretanto, que sempre têm sido satisfeitos: são aquelles que vêm acompanhados da declaração de que os moradores do povoado já construíram casa e já a mobiliaram á espera da escola publica [...] (SANTA CATARINA, 1921, p. 19-20).

É recorrente os textos apresentados pelos governadores mostrarem estatísticas e valores/gastos com as escolas públicas. Este tipo de recurso utilizado para demonstrar o aumento do número de escolas, dos alunos matriculados, da frequência, isto é, demonstrar que a expansão do ensino estava acontecendo, contudo os investimentos não foram suficientes para levar a cabo a modernização pretendida.

No ano de 1921 Santa Catarina tinha 11 grupos escolares, 06 escolas reunidas e 455 escolas isoladas. Segundo Rosa Fátima de Souza (2013), neste mesmo ano ocorria, no Rio de Janeiro, a Conferência Interestadual do Ensino Primário, em que foram realizadas discussões a respeito da educação brasileira, impondo a ajuda da União aos estados para combater o analfabetismo, difundir a escola primária, diminuir a disparidade em relação à educação dos estados e mostrar as péssimas condições do ensino. A autora ainda traz índices

apurados por Orestes Guimarães e J. B. Mello e Souza referentes às crianças sem escola no Brasil; tais dados apontavam que o Estado de Santa Catarina contava com 44% das crianças sem acesso à escola.

2. OBJETOS DA ESCOLA EM ANÚNCIOS

Este capítulo tem como objetivo mostrar o material escolar anunciado nos jornais catarinenses trabalhados e, "de modo mais específico, a análise incide sobre os suportes materiais de ensino, ou seja, os objetos utilizados por professores e alunos nas escolas em situações de ensino e aprendizagem" (SOUZA, 2013, p. 105). Serão apresentados alguns dos anúncios encontrados, agrupados por categorias, com base na divisão elaborada no livro *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, organizado por César Augusto Castro⁴⁹. Das categorias que compõem o estudo citado serão trabalhadas quatro; que englobam os seguintes materiais: a) utensílios da escrita: lápis, papel, caneta, pena, giz, tinteiro, caneta de latão, tinta, esponja, caderno, lousa, quadro negro, régua; b) livros e revistas escolares: contos infantis, manuais de civilidade, livros didáticos; c) materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino: mapas, globos, cartazes, quadros parietais, museus, gabinetes, discos, toca discos, instrumentos da banda, material dourado, ábaco, piano; d) ornamentos: bandeira, crucifixo, vaso, quadros de retratos, flâmulas.

2.1 MATERIALIDADE ESCOLAR

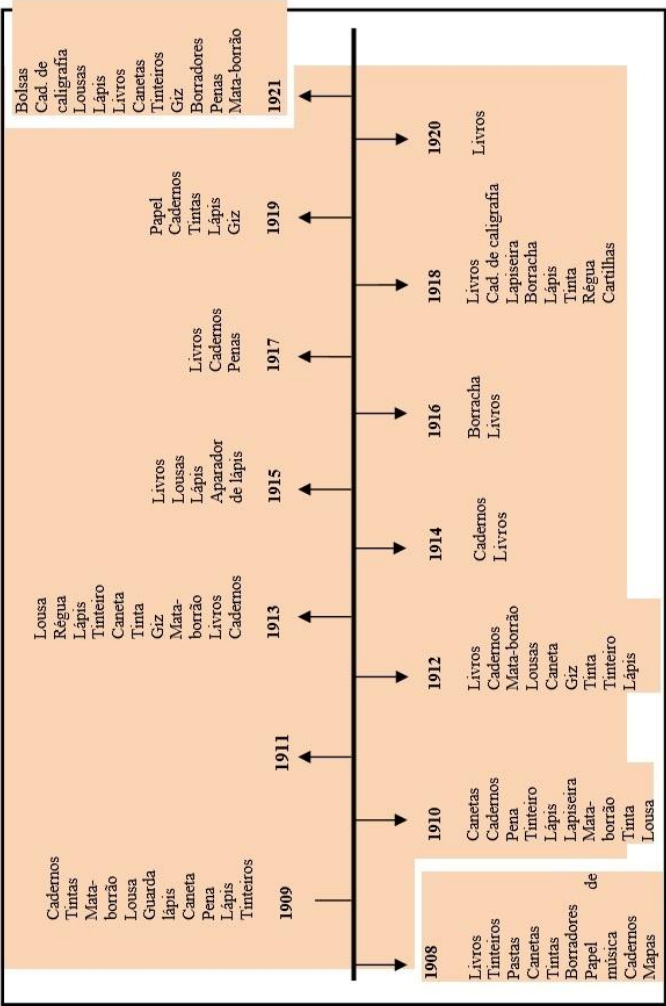
Com a intervenção do Estado nas práticas escolares e com medidas como o aprendizado pelo método intuitivo, o ensino simultâneo, além da ampliação do número de escolas,

⁴⁹ O agrupamento dos objetos escolares, por essas e outras categorias apresentadas no livro, se deram com dados apresentados por meio das pesquisas realizadas entre os anos de 1870 e 1925 nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Maranhão. As fontes utilizadas foram: cartas de professores ou da escola, expedientes administrativos como lista de materiais, lista de almoxarifado, inventários, relatórios de jornais e legislação.

um conjunto de inovações foram efetivadas. Desse modo, a obtenção de materiais escolares torna-se imprescindível para aquisição do conhecimento, conforme os discursos dos políticos e intelectuais no final do século XIX e início do século XX.

A escola se renova e passa a ocupar um espaço de diversos interesses e investimentos, coletivos e particulares, tornando-se “uma nova relação de negócios, [...] uma vez que empresas comerciais viram a escolarização como um lugar de publicidade e de obtenção de novos clientes” (LAWN, 2013, p. 225).

Quadro 4: Alguns objetos escolares anunciados em jornais catarinenses entre os anos de 1908 a 1921.



Fonte: Exemplares dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Municipio de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia e Republica*. Quadro organizado pela autora.

Cadernos, penas, tinteiros, lápis, papel, lousas, borrachas e livros escolares eram alguns dos mais variados itens anunciados em jornais catarinenses no período de 1908 a 1921, conforme indica o quadro acima.

De acordo com Martin Lawn (2013), os objetos não são meros artefatos separados e desconectados, possuem valor social e são dinâmicos nos seus efeitos. Compreende-se, desse modo, que a inserção de determinados materiais escolares expressa a intenção dos professores de ensinarem de uma dada forma, além de normatizar e civilizar a criança de acordo com a cultura material própria da escola primária. Os modos de uso abrem "a possibilidade de pensarmos a intencionalidade embutida na legislação oficial para a educação, isto é, nos convida a indagar sobre o propósito dos agentes educacionais da época" (ABREU JUNIOR, p. 175, 2004). Qual o motivo da inserção de determinados objetos: lousas, cadernos, livros? Porque ocorria a substituição de uns e o descarte de outros?

Ao verificar os objetos escolares que compõem o quadro 4, nota-se a presença constante de cadernos e livros escolares, lápis e tinteiros ao longo dos anos. Itens como caderno de caligrafia, borracha e giz aparecem mais esporadicamente. Estas são evidências que revelam permanências de alguns materiais ao longo dos anos e de outros que deixaram de ser utilizados.

Com mudanças no espaço escolar, sendo criado e reinventado social e historicamente à medida que atribuições - como a função social de educar - eram delegadas para a escola, assim como ler e escrever, os materiais, tanto de mobília como os de utensílios, foram sendo modificados e reinventados. É preciso "estranhar" e "desnaturalizar" o espaço educativo pois este é alterado conforme mudanças realizadas na educação a partir de interesses e do poder de um determinado grupo.

Antes de a Reforma do Ensino de 1911 ser efetivada, havia uma série de preocupações com a educação no Estado. A falta de um espaço próprio para o ensino era uma delas, pois a

escolarização era feita em espaços improvisados. Ao tratar de um cenário ampliado, Vidal e Faria Filho (2005) afirmam que as escolas funcionavam em salões paroquiais, casas de professores, locais particulares ou públicos e eram chamadas de escolas particulares ou domésticas. Algumas dessas escolas recebiam recursos do Estado para a compra de mobília ou materiais escolares, mas não existia um controle efetivo na forma de educar, ou seja, não se levava em conta os conteúdos ministrados, a carga horária, nem mesmo a qualidade dos professores.

Além da carência de um espaço próprio, a falta de higiene e a ordenação da mobília também prejudicavam o aprendizado das crianças. Locais sem ventilação, com luz e móveis inapropriados ajudavam a agravar ainda mais a situação do ensino. Alguns assuntos debatidos, recorrentes nas mensagens dos governadores do Estado e em documentos de autoridades de Santa Catarina, enfatizavam a necessidade de uma reforma no ensino popular que renovasse e modernizasse as formas de aprendizagem.

No Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1908, Decreto de nº. 348, o Governador Gustavo Richard inicia o documento falando sobre a necessidade de uma reestruturação e de melhorias necessárias ao ensino. Nas páginas que compõem o regulamento percebem-se as primeiras iniciativas do que viria a ser a Reforma da Instrução Pública do Estado em 1911: uma remodelação que estabelece marcos na educação catarinense presentes até os dias atuais. Nesse documento, fica declarado que todas as escolas públicas deveriam estar equipadas com os mesmos materiais, conforme exigiam as leis, para que todos os alunos aprendessem os mesmos conteúdos simultaneamente e igualmente. Os materiais e a mobília, que antes ficavam a critério da organização de cada escola, agora deveriam seguir um padrão.

Quadro 5: Materiais que as escolas deveriam conter.

Materiais	
• Uma mesa de 1,20cm x 0,70 cm com gaveta, estrado de 2,00cm x 1,70cm x 0,20cm e cadeira de braços, para o professor	• Uma bandeira nacional;
• Bancos-mesas inclinados	• Um dicionário de português;
• Um quadro preto de 1,75cm x 1,75cm	• Um relógio de parede;
• Um tinteiro, uma campainha e uma régua	• Quatro cadeiras para visitantes
• Um mapa do Brasil	• Uma talha para água

Fonte: Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina (1914). Localizado no APSC.

Com a Lei de nº 846 de 1910, o Governador Vidal José de Oliveira Ramos autoriza a implementação de uma das principais reformas no ensino público catarinense. Baseada no modelo paulista, considerado como um dos mais avançados e modernos, insere normas no processo de escolarização. Tal reforma visava um novo tipo de escola, que inovasse tanto os moldes pedagógicos como o modelo administrativo. No decorrer das páginas do Regulamento da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1911, percebe-se "a tentativa de implantação de uma forma escolar, presa a dispositivos legais que garantiriam ao ensino o estabelecimento de regras impessoais" (GASPAR DA SILVA, 2000, p. 03).

Neste mesmo regulamento estava registrado que o ensino público seria organizado da seguinte forma: Escola Normal, Grupo Escolar, Escola Isolada e Escola Complementar. Entre esses modelos de escolas foram construídos edifícios específicos para os Grupos Escolares, ou seja, estabelecimentos próprios para a educação. Apesar do debate em nível nacional ser feito desde do século XIX acerca da importância e da necessidade de espaços exclusivos para a aprendizagem, conforme já informado, somente em 1911 é que

se concretiza, no Estado de Santa Catarina, a construção dos grupos escolares. Embora o regulamento de 1911 não traga especificado qual mobiliário as escolas deveriam conter, pressupõem-se que deveriam possuir os mesmos itens referidos no Regulamento da Instrução Pública de Santa Catarina de 1908.

Com a reforma de 1911,

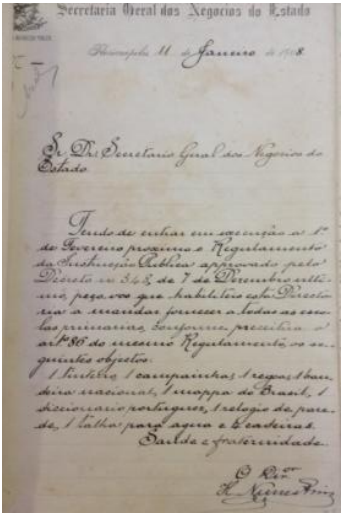
No novo tipo de escola estariam presentes a mudança característica dos projetos que buscam conceber uma nova forma escolar, aliada ao desejo de consolidar em terras catarinenses uma escola competente, afirmada em espaço próprio, com uma qualidade que as iniciativas governamentais anteriores, na visão de muitos políticos e em particular de Vidal Ramos, não tinham conseguido implementar. (GASPAR DA SILVA, 2000, p. 03).

Havia, assim, a necessidade de uma forma escolar que extrapolasse o próprio espaço, pois seus ambientes necessitavam estar equipados com mobiliário e materiais escolares modernos, itens importantes para essa nova configuração escolar pública catarinense. Além disso, a parte pedagógica precisava de uma reorganização a fim de vincular o mobiliário e o material escolar como elementos essenciais na sistematização do ensino seriado, graduado e homogêneo (FIORI, 1991).

Gaspar da Silva (2000, p. 06) reflete sobre o regulamento de 1911 e esclarece que "este regulamento garantiria o caráter de impessoalidade que deveria marcar a atuação escolar. As regras, a ordem, estariam dadas não pelo mestre ou outros profissionais do ensino, mas pela lei" (p. 06). São condutas que também podem ser encontradas nos Regulamentos Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina dos anos de 1908 e 1913. Em ofício de 11 de janeiro de 1908, o Secretário Geral dos Negócios do Estado (Figura 1)

"manda" fornecer a mobília escolar às escolas públicas de responsabilidade do Estado conforme estava prescrito no regulamento de 1908 - mencionado anteriormente - firmando essa regra e ordem, imposta por lei, reportada por Gaspar da Silva.

Figura 2: Ofício que manda fornecer a mobília escolar para as escolas públicas.

Ofício	Transcrição do documento
 Secretaria Geral dos Negocios do Estado 11 de Janeiro de 1908 Sr. Dr. Secretario Geral dos Negocios do Estado Tendo de entrar em execução a 1º de Fevereiro proximo o Regulamento da Instrucção Publica approved pelo Decreto n. 348, de 1 de Dezembro ultimo, peço - vos que habiliteis esta Directoria a mandar fornecer a todas as escolas primarias, conforme preceita o art. 86 do mesmo Regulamento, os seguintes objectos: 1 tinteiro, 1 campainha, 1 regua, 1 bandeira nacional, 1 mappa do Brasil, 1 diccionario portuguez, 1 relógio de parede, 1 talha para agua e 4 cadeiras. Saudade e fraternidade H. Nunes Amim	Sr. Dr. Secretario Geral dos Negocios do Estado Tendo de entrar em execução a 1º de Fevereiro proximo o Regulamento da Instrucção Publica approved pelo Decreto n. 348, de 1 de Dezembro ultimo, peço - vos que habiliteis esta Directoria a mandar fornecer a todas as escolas primarias, conforme preceita o art. 86 do mesmo Regulamento, os seguintes objectos: 1 tinteiro, 1 campainha, 1 regua, 1 bandeira nacional, 1 mappa do Brasil, 1 diccionario portuguez, 1 relógio de parede, 1 talha para agua e 4 cadeiras. Saudade e fraternidade H. Nunes Amim

Fonte: Livro de Ofícios Expedidos 1908/09. Localizado: APSC.

Esse material era de responsabilidade do Estado e deveria ser fornecido por ele. Todas as escolas, por lei, deveriam ter em suas salas de aula os mesmos materiais, pois "a orientação geral do ensino visava obter uniformidade da instrução ministrada" (FIORI, 1991, p. 95). Desta maneira, o conteúdo que estava sendo ensinado e a maneira como estava

sendo aplicado deveriam ser idênticos em uma escola de Florianópolis e em uma de Joinville, por exemplo.

Com o objetivo de ajudar e auxiliar na organização do ensino, o governador convida Orestes Guimarães que, preocupado com a didática dos professores⁵⁰, "oficializou o programa de ensino do ano de 1914, para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas. Era um programa por disciplina, seriado, apresentando conteúdo programático e sugestões de atividades para o professor" (FIORI, 1991, p. 87-95). Seguindo esse padrão de programa, em 1916⁵¹ é criado o Regulamento das Escolas Reunidas pelo Decreto nº. 929, através do Capítulo II "Do Programma", no qual encontram-se as disciplinas e o modo como o professor deveria conduzir a aprendizagem. Em 1919 o Regulamento e Programa das Escolas Complementares é instituído através do Decreto de nº 1.204, sendo que no ano anterior, 1918, havia sido aprovado o Programa das Escolas Complementares, Decreto de nº 697 de 1910. Chama-se a atenção para o tempo que as medidas demoravam para entrarem efetivamente em vigor, embora o modelo estivesse vigente desde 1911.

Com a criação dos programas para as escolas, definem-se as disciplinas e os conteúdos a serem ensinados, obedecendo a uma sequência gradativa, em que a didática aplicada para a instrução das matérias deveria ser baseada "no princípio

⁵⁰ De acordo com a Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 23 de julho de 1911, pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos, Orestes Guimarães inicia seus trabalhos em Santa Catarina, reorganizando a Escola Normal: criou disciplinas como Pedagogia e Psicologia, aumentou o número de horas de estudos e aulas de caráter prático, criando um regulamento próprio da escola, entre outras melhorias.

⁵¹ "As Escolas Reunidas só surgiram no ano de 1915, sob o Governo Fellippe Schmidt" (FIORI, 1991, p. 95).

pedagógico que o ensino deve ser lento e progressivo"⁵². Esse modo de aprendizagem permitiu um "fluxo dos alunos entre os vários tipos de estabelecimento de ensino: Escola Isolada, Grupo Escolar, Escola Complementar e Escola Normal. Tal fato não ocorria sequer no Estado de São Paulo" (FIORI, 1991, p. 95).

Quanto à aquisição dos materiais para prover as salas de aula, identificaram-se, nos livros "Termo de Tesouro"⁵³, entre os anos de 1908-1921, as empresas contratadas pelo Estado para fornecer itens escolares, objetos de expediente e artigos de escritório para as repartições públicas, conforme demonstra a tabela (Tabela 6) abaixo.

⁵² Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912, pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos, página 36.

⁵³ Documento salvaguardado no Arquivo Público de Santa Catarina. Encontra-se organizados em cadernos pelos anos: 1907 - 1911; 1911 - 1914; 1914 - 1919; 1919 - 1920 e 19120 - 1922.

Quadro 6: Empresas que realizavam o abastecimento de objetos de escritório e expediente para o Estado de Santa Catarina.

Ano	Empresa	Alguns objetos fornecidos
1908	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Canetas, lápis, caixa de giz, frascos de tintas Sardinhas, ardósias, folhas de papel cartão, etc.
1909	Octávio Lobo da Silveira (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, timbrado, diploma, para envelope), pena Mallat, lápis preto Faber, canetas, tintas Sardinhas, etc.
	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1910	Octávio Lobo da Silveira (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, timbrado, diplomas, mata-borrão, envelopes) lápis Faber, bandeira nacional, tintas Sardinhas, tinteiro de vidro, régua, etc.
	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 255 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1911	Max Schrappe (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, timbrado, etc.).
	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, timbrado, etc.), envelopes, lápis Faber, canetas, grampos, tinta Sardinha, giz escolar, etc.
1912	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, ofício, timbrado, envelopes, giz escolar, tinta Sardinha, canetas finas, lápis Faber, berço para mata-borrão, mata-borrão, etc.
	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1913	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almaço, ofício, timbrado, envelopes, giz escolar, tinta Sardinha, canetas finas, lápis Faber, berço para mata-borrão, mata-borrão, etc.
	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1914	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública com 250 folhas.
1915	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.

1916	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de livros.
1917	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1918	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55x0,36.
1919	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado, etc.), envelope, penas Mallat, Perry, canetas, lápis Faber, tinteiro, tintas Sardinhas, berço mata-borrão, etc.).
1920	Otto Boehm (Joinville)	Diversos tipos de livros.
1921	Otto Boehm (Joinville)	Diversos tipos de livros.

Fonte: Documento "Termo de contrato de Tesouro", localizado no APSC.
Dados organizados pela autora.

Considerando os indicativos acima, o provimento do material nos anos de 1908 a 1921, foi realizado por cinco empresas: Otto Boehm e C. W. Boehm de Joinville, Paschoal, Simone & Filhos, Octávio Lobo da Silveira e Max Schrappe de Florianópolis. De 1908 a 1913 duas dessas companhias faziam o abastecimento. Percebe-se que, nesse período, duas delas cuidavam do provimento de livros em geral (de despesa, do tesouro, receitas, exportação, recibo, etc.), a Otto Boehm, Max Scharappe e a C. W. Boehm; já a Paschoal Simone & Filhos e a Octávio Lobo da Silveira tratavam do fornecimento dos objetos de expediente e de escritório. Nos demais anos, até 1921, apenas três prestavam o serviço, seja dos livros ou dos itens de expediente e de escritório: C. W. Boehm, Paschoal Simone & Filho e Otto Boehm. Dentre os itens fornecidos estavam: livro de Instrução Pública no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm, canetas, lápis da marca Faber, caixa de giz, frascos de tintas da marca Sardinhas, ardósias, folhas de papéis, papéis (almoço, timbrado, diploma, cartão, etc.), envelopes, mata-borrão, bandeira nacional, tinteiros, grampos, berço para o mata-borrão, entre outros.

O contrato com o empresário Otto Boehm, também proprietário de uma tipografia que levava o seu nome, foi

fixado entre os anos de 1908 e 1910, retornando em 1920 e 1921. Segundo informações retiradas do jornal *O Dia*, Otto Boehm estava vinculado ao Partido Republicano da cidade de Joinville, além de ser diretor de um dos mais renomados e reconhecidos jornais da época, o *Kolonie Zeitung*, na mesma cidade.

No comunicado feito no jornal *O Dia*, de 17 de dezembro de 1909, o Governo do Estado autoriza, por parte do "Thesouro", o pagamento da quantia de 1.116\$500 ao cidadão Otto Boehm pela impressão de 500 exemplares do Relatório apresentado pelo Secretário ao governador do Estado. Em outro comunicado no periódico *O Dia*, de 09 de junho de 1911, ordenou-se o pagamento da quantia de 557\$300 referentes à impressão da Coleção de Leis de 1910. Informações como essas indicam que Otto Boehm dispunha de uma tipografia e que apenas realizava trabalhos de impressão para o Estado, uma vez que a tabela 6 fornece o dado de que ele era provedor de "diversos tipos de livros".

O acordo firmado entre o Estado e a C. W. Boehm estabeleceu-se nos anos de 1912 a 1915. Embora o contrato seja oficialmente, desses anos, em 1908, na publicação do jornal *O Dia*, encontrou-se, na sessão "Parte Oficial"⁵⁴, a informação "Mandado pagar a C.W Boehm a quantia de 2.102\$000 de fornecimento de livros para a escripturação d'aquelle Thesouro e respectivas Estações Fiscaes"⁵⁵, o que indica que a empresa supracitada prestava serviços para o Estado antes de ser oficialmente contratada. As empresas C.W. Boehm e Otto Boehm pertenciam à mesma família, C. W. Boehm era pai de Otto Boehm, que assume os negócios da família após a morte do pai.

Em relação às demais empresas, a Paschoal Simone & Filhos foi responsável pelo abastecimento nos anos de 1908,

⁵⁴ Essa sessão do jornal era destinada a comunicados e informes do Estado.

⁵⁵ Jornal *O Dia*, de 29 de março de 1908, página 02, número 4.492.

1911 a 1913 e 1916 até 1919, a Octávio Lobo da Silveira pelos anos de 1909 e 1910 e a Max Schrappe em 1911.

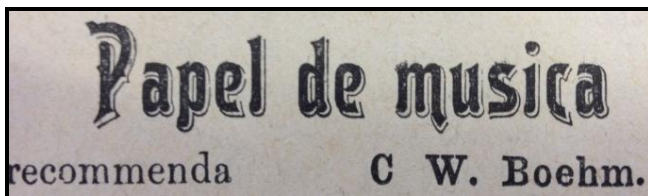
Quanto ao processo de escolha do Estado para selecionar a empresa que seria responsável pelo fornecimento dos materiais, identificou-se que no ano de 1912, no livro "Termo de Tesouro de 1911-1914", há a nomeação feita por meio de edital, o qual foi publicado no jornal *O Dia*, impresso que fazia o papel de Diário Oficial do Estado, conforme já informado. Embora não tenha identificado como se deu o processo de seleção dos demais anos, subentende-se que o procedimento de escolha das empresas firmadas era realizado da mesma forma, ou seja, através de licitações.

Regularmente, no jornal *O Dia*, sessão "Parte Oficial", eram publicadas notas como: "Ao mesmo-Mandado pagar a Octavio Lobo da Silveira, a quantia de 58\$920, pelos objectos de expediente fornecido á Escola Normal durante Agosto findo"⁵⁶, referentes ao pagamento do Estado aos contratados, relativos à aquisição de objetos de expediente para repartições públicas, trabalhos de impressão, entre outros serviços e compras prestados para o Estado de Santa Catarina.

Algumas das empresas que faziam esse abastecimento para o Estado foram também identificadas nos impressos catarinenses através dos anúncios de ofertas. Uma das empresas foi a C. W. Boehm, que aparece em jornais de Joinville: *A Comarca* ofertando penas e artigos de escritório e o *Commercio de Joinville* anunciando borradores e papel de música.

⁵⁶ Jornal *O Dia*, de 28 de fevereiro de 1910, página 03, número 4.470.

Figura 3: Anúncio de oferta da Casa "C.W. Boehm".



Fonte: Jornal Commercio de Joinville, 31 de jan. 1908, p. 04, n. 140.

Outra companhia que se encontra nos jornais catarinenses vendendo materiais escolares e de escritório é a Paschoal Simone & Filhos. No periódico *O Dia* consta o registro da empresa anunciando papel de jornal. Octávio Lobo da Silveira também fez propaganda no mesmo impresso, ofertando bandeiras.

Empresas como C. W. Boehm de Joinville, Paschoal Simone & Filhos e Octávio Lobo da Silveira de Florianópolis realizavam o abastecimento de itens tanto para o Estado como para a população em geral. Questões como essas, da distribuição da mobília escolar, assim como de alguns itens escolares de responsabilidade do Estado para equipar as salas de aula e locais como a secretaria com objetos de expediente, permitem pensar e questionar se todas as escolas possuíam esse aparelhamento adequado e exigido por lei. Muitos dos mobiliários foram importados dos Estado Unidos e de São Paulo para munir as escolas públicas catarinenses, sendo priorizados os grupos escolares. Estes serviam como modelo do ensino primário renovado. As escolas isoladas eram vistas como menos importantes, de acordo com a fala do Governador Vidal José de Oliveira Ramos em documentos oficiais.

Verifica-se, pois, empenho inicial do Estado em prover as escolas, especialmente as instituições renovadas de ensino público, dos mais modernos materiais escolares em circulação na época. Todavia, essa distribuição seletiva, com

o privilegiamento de algumas escolas localizadas na capital, denota, por outro lado, o sentido de uma política impressionista pautada na exibição da ação do Estado. (SOUZA, 1998, p. 227).

Muitas escolas catarinenses não recebiam parte ou todo o material necessário para a aprendizagem e era necessário o uso de outros meios por parte dos professores e demais funcionários (diretores, secretária) a fim de darem conta para que a aquisição do conhecimento das crianças não fosse prejudicada. Parte das táticas utilizadas era a transferência da aquisição dos itens escolares ficar a cargo de professores e pais dos alunos.

Na busca de pistas acerca do material escolar prescrito para os alunos, vários documentos foram mobilizados. Entre eles está o Regulamento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina de 1911. Não há nenhuma especificação relacionada ao mobiliário ou aos materiais escolares que deveriam ser adquiridos, tanto pela escola quanto pelos alunos. Há apenas a informação de que a mobília escolar deveria seguir a indicação do Inspetor Geral, com modelos que facilitassem a inspeção e satisfizessem os preceitos higiênicos; os livros e objetos deveriam ser aprovados pelo Secretário Geral com a mediação e a proposta do Inspetor Geral e deveriam, ainda, ser inventariados anualmente.

Outro documento ao qual se recorreu foi o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914. Neste material localizou-se, na página oito no Capítulo II, "Do Material Escolar", artigos com informações acerca do material escolar como: objetos destinados à transmissão do ensino de qualidade e ao provimento da quantidade, um inventário da relação dos materiais e outros informes referentes à mobília escolar. Mais adiante, no mesmo documento, na página de número quarenta e seis, no Capítulo V, "Da disciplina no uso do material", inicia-se a referência ao uso do material: o aluno não poderia levar

para casa os objetos fornecidos pelo Estado, somente mediante a autorização do diretor; cada aluno deveria ter o seu próprio material, não sendo permitido o empréstimo de outros alunos ou parentes; os professores deveriam fiscalizar se cada aluno estava provido de:

Quadro 7: Lista de material que cada aluno deveria portar nos Grupos Escolares 1914.

Materiais dos alunos	
• um livro de leitura	• um caderno para contas (3º e 4º anos)
• um lápis de pedra	• um caderno para cartografia (3º e 4º anos)
• um lápis de pau	• uma lousa
• um caderno de caligrafia	• uma caneta e penas
• um caderno de desenho	• material para trabalhos manuais
• um caderno de linguagem	• folhas avulsas de papel, quando se faça necessário

Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914.

No mesmo capítulo é indicado o uso dos livros de leitura (Tabela 08), além da listagem que esclarece sobre usos e procedimentos de cada livro.

Quadro 8: Livros de leitura do Grupos Escolares.

Livros de leitura	
• Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto	• Terceiro Livro de F. Viana
• Leitura Preparatória de F. Vianna	• Minha Pátria (3º ano) de Pinto e Silva

• Primeiro Livro de F. Viana	• Contos Patrios de Olavo Bilac e Coelho Netto
• Segundo Livro de F. Viana	• Cadernos de caligrafia vertical de F. Viana

Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914.

A aquisição desses materiais, exigida e solicitada pela escola, era atribuição dos responsáveis pelos alunos. Havia uma grande variedade de materiais que todas as crianças deveriam portar para o processo de escolarização homogêneo, compreendendo a materialidade escolar não como um simples utensílio, mas como um dispositivo disciplinador (RABELO, 2008).

Desejando alcançar um modelo de escola moderna com novos pressupostos de educação, a escola primária catarinense torna-se uma escola com altos custos para os cofres públicos. Diversas dificuldades foram enfrentadas no cotidiano das escolas, não sendo algo isolado do Estado catarinense, mas ocorrido em grande parte dos estados brasileiros. Em estudos realizados por Faria Filho (2014), referente aos grupos escolares de Minas Gerais, ficam expostos

Os problemas identificados como empecilhos à concretização das ideias propostas iam desde o elevado número de alunos(as) nas salas, passando pela falta de materiais didáticos adequados e em número suficiente para ele(as), até a inadequação do material existente aos procedimentos metodológicos propugnados (p.195).

Esses empecilhos relatados com a escola mineira, a escola catarinense também enfrentava: a falta de professores capacitados, mobiliários e materiais escolares. Conforme mencionado no ofício, sem número, de 08 de janeiro de 1909, o chefe escolar de Campos Novos para a Secretaria Geral dos Negócios, reclama-se da falta, para a escola do sexo masculino,

dos seguintes objetos: cadeiras de braços, cadeiras simples, estrados, quadro negro, mastro para bandeira, mesas, armários, entre outros. Neste ofício o chefe escolar coloca ao lado de cada objeto o valor de quanto seria necessário para a compra de cada objeto⁵⁷. Em outro ofício, também enviado para a Secretaria dos Negócios do Estado, esse expedido pelo delegado escolar da Trindade, freguesia localizada em Florianópolis, apresenta-se a falta de uma mesa e de um quadro negro, também informando o valor de orçamento ao lado de cada item. Neste mesmo documento é relatada a carência do fornecimento de objetos de expediente para a escola no decorrer do ano, materiais solicitados no ano anterior e que estavam sendo requisitados pelos professores⁵⁸.

Problemas como esses, da deficiência de material didático e do aparelhamento da sala de aula, também eram enfrentados pelas escolas normais e isoladas catarinenses, muitas delas ainda não possuíam locais próprios para o ensino, outro transtorno a ser encarado.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo estado de Santa Catarina frente a um orçamento que não era suficiente para dar conta de todos os gastos e que, além disso, precisava manter e criar novas escolas públicas primárias, foram criadas, ao longo dos anos, taxas, fundos e ações assistencialistas com a finalidade de auxiliar nas despesas das escolas e com alunos pobres que não tinham condições de comprar materiais, uniformes e merenda. Em 1916, no Governo de Felipe Schmidt, pensava-se na constituição de uma "taxa escolar" destinada à instrução pública. O governador justifica que

Essa contribuição pedida ao povo para o proprio povo, estou certo, será bem recebida

⁵⁷ Ofício localizado no Arquivo Público de Santa Catarina, do dia 08 de janeiro de 1909.

⁵⁸ Ofício localizado no Arquivo Público de Santa Catarina, do dia 09 de fevereiro de 1911.

pelo patriotismo dos nossos cidadãos, porque, além do mais, com o aumento das escolas publicas gratuitas, desaparecerão em grande parte escolas particulares onde o ensino é pago.⁵⁹

Nesse mesmo período criam-se as caixas escolares junto aos grupos escolares, pela Lei de nº 1130, de 28 de setembro, através Decreto de nº. 925 de 22 de agosto. Segundo a lei, cada grupo escolar deveria criar uma sociedade civil com a nomenclatura de caixa escolar, estas auxiliariam os alunos “indigentes” na assistência de diversos recursos e itens escolares, incluindo: livros, papel, pena, tinta, entre outros. O provimento viria de sócios, quermesses e festas. O modelo de caixa escolar, determinada para os grupos escolares, também poderia ser estabelecido para as escolas isoladas⁶⁰.

Em um estudo realizado pela professora Maria Teresa Santos Cunha (2007), ao analisar o caderno de uma professora, encontram-se registrados os relatos de suas atividades e planejamentos entre os anos de 1957 e 1959, quando era docente da primeira série do Curso Primário do Grupo Escolar Manuel da Silva Pacheco, em Camaquã no Rio Grande do Sul. Entre as páginas do caderno encontra-se anotado o movimento da Caixa Escolar da turma. Conforme a anotação, foram comprados com os recursos da caixa escolar cadernos, lápis e borrachas a 8 alunos, sendo um total de 31 alunos na classe. Tais informações indicam que a criação da Caixa Escolar não foi uma medida exclusiva de Santa Catarina e de um determinado período. Assim como no Estado catarinense, no Rio Grande do Sul a medida tinha a função de ajudar os alunos

⁵⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 24 de Novembro de 1916, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.

⁶⁰ Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1916 (Florianópolis, Offic. a Elec. da Empreza d'“O DIA”) do Estado de Santa Catarina. Documento localizado no Arquivo Público de Santa Catarina.

necessitados na compra de materiais escolares ou na aquisição de outros itens escolares, como: uniforme, alimentação, etc.

Nos anos seguintes, no governo de Hercílio Pedro da Luz, outras iniciativas foram elaboradas para auxiliarem a educação primária. Em 1918, pela Lei nº 1207, de 21 de outubro, estabelece-se a taxa de diversões destinada a auxiliar na difusão da Instrução Pública Primária do Estado. No ano de 1921, institui-se o Fundo Escolar para auxiliar, com os seus rendimentos, as despesas com a instrução pública nas zonas rurais, conforme a Lei nº 1380, de 21 de setembro. Neste mesmo ano cria-se uma caixa especial para fundos escolares, pelo Decreto de nº 1495 de 14 de outubro⁶¹.

Leis anteriores a essas também foram elaboradas com o intuito de ajudarem os alunos carentes a adquirirem os itens escolares. Em 1888 é aprovada a Lei de 1.144, através do Ato de 17 de agosto. Neste documento destinava-se um capítulo específico para os auxílios escolares, em que se descrevia a organização de uma listagem com os itens que os alunos necessitavam, entre eles estavam: "livros, papel, pennas, tinta, e outro utensílios de escripta e de uso commum e imprescindivel" (p.231). No Regulamento de 1907, um ano antes do recorte definido para esta pesquisa, também se faz menção a auxílios a alunos mais pobres. Segundo Gaspar da Silva e Valle (2013, p.?), "tal auxílio compreendia, aqui, o fornecimento de um conjunto de objetos ou parte deles, entre os quais livros, papel, penas, tinta e outros utensílios da escrita, de uso comum imprescindível". Percebe-se que os mesmos materiais escolares eram indicados tanto em 1888 quanto em 1907, utilizando-se a mesma a forma de redação nos documentos, o que sugere um padrão.

⁶¹ As informações referentes às leis e aos decretos, sobre as criações de taxas e fundos para a instrução pública de Santa Catarina, foram retiradas do documento: Ementário da Legislação do Estado de Santa Catarina (1835-19179), de Olívia Maia Mazzolli - Florianópolis - SC - Fevereiro de 1908, localizado no Arquivo Público de Santa Catarina.

Os artefatos escolares indicados, nesses e em outros documentos apresentados no decorrer do trabalho, como itens imprescindíveis eram: livros, papel, cadernos, canetas, penas e tintas. Tal dado "vai compondo um desenho em relação ao aparato material necessário para que o aluno frequente a escola" (GASPAR DA SILVA; VALLE, 2013, p. 316), sendo os materiais acima citados os mais anunciados em jornais catarinenses. Cria-se uma demanda de materiais escolares tornando-os essenciais no cotidiano escolar, ocorrendo, assim, "uma proliferação vertiginosa de objetos industrializados para o uso da escola" (SOUZA, 2013, p. 106), atrelando a modernização do ensino com a renovação dos materiais escolares.

2.2 UTENSÍLIOS DA ESCRITA

Com a mudança no sistema de trabalho - escravo e agrícola para urbano e industrial - apenas saber ler não era mais suficiente, a escrita era necessária também para os registros e as diversas funções que o novo mercado exigia. Uma das formas de se propagar e de ensinar o processo da escrita era inseri-la no processo de ensino e aprendizado da escola primária.

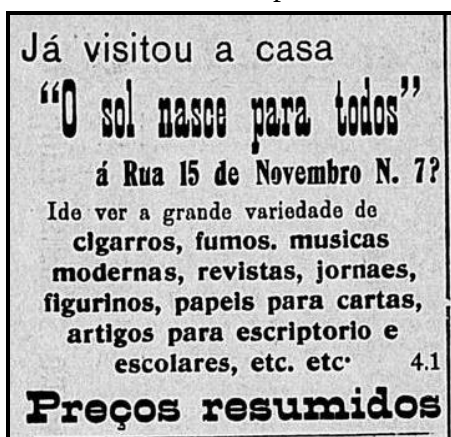
A escolarização da leitura conjugada ao incremento às práticas de escrita, desde os inícios do século XX, foram um dos sustentáculos da escola republicana e constituíam os dois pólos principais em torno dos quais se estruturava o programa educativo dos grupos escolares desde as primeiras décadas do século XX (SOUZA, 1998, p. X).

Diante da prática de aprendizagem da escrita e da leitura, simultaneamente, materiais escolares começam a surgir para dar suporte a esse novo modo de ensinar: canetas, lápis, penas, papel, giz, tinteiro, cadernos, lousas, quadro negro. Da mesma forma, utensílios mobiliários como banco, mesas,

carteiras e mesas serviam para dar suporte à escrita, pois a manutenção da saúde e da higiene, em conjunto com a racionalização do tempo, eram fundamentais na educação republicana para a "realização, no âmbito educacional, da forma capitalista de organização do trabalho" (CARVALHO, 2014, p.11).

Como mencionado anteriormente, muito desses objetos escolares deveriam ser adquiridos pelos alunos e outros deveriam ser fornecidos pelo Estado. Como este não tinha receita orçamentária para atender a todas as escolas públicas, muitos dos docentes obtinham o seu próprio material para conduzir a aprendizagem dos alunos. Muitos dos itens, exigidos pela escola, eram vendidos em armazéns e papelarias nas cidades, em alguns desses lugares dividiam espaço com roupas, comidas, bebidas, como é o caso da oferta realizada pela Casa O Sol Nasce Para Todos de Joinville. A casa comercializava cigarros, fumos, revistas, itens ligados à música, figurinos, informando ao público, através de seus anúncios, que os preços eram resumidos, assim como os valores dos artigos de escritórios e escolares, entre outros objetos.

Figura 4: Anúncio da "O sol nasce para todos".



Fonte: Jornal Gazeta do Commercio, 23 mar. 1918, p. 03, n. 24.

Diferente do anúncio apresentado anteriormente, a oferta realizada pela Livraria do "O Correio do Povo", de Jaraguá do Sul, é exclusiva de materiais escolares: cadernos de caligrafia, louças, lápis, livros escolares e esponja, sendo quatro destes utensílios de escrita e um deles da categoria - livros e revistas escolares.

Figura 5: Anúncio do "O Correio do Povo".



Fonte: Jornal O Correio do Povo, 08 de jan. 1921, p. 03, n. 36.

Com este mesmo perfil, porém com mais informações e com outros objetos escolares, consta a propaganda do jornal *O Pharol* de Itajaí, assim como o jornal *O Correio do Povo*, que possuíam sua própria livraria e tipografia, levando, ambas, o nome do impresso. No início do anúncio, com letras em destaque, indica-se o público, "Ao Povo", em seguida informa-se os serviços de papelaria e tipografia, depois apresenta-se a venda dos seguintes artigos: cadernos, diversos tipos de papéis, livros em branco, lápis, canetas, tinteiros etc. Após reforçam-se os tipos de trabalhos executados na tipografia, indicando o valor e o endereço do estabelecimento. Ao analisar mais detalhadamente o anúncio em relação ao chamado "AO POVO" e à comercialização de livros de talões com as armas da República, deduz-se que havia uma ligação e/ou um apoio ao partido republicano. Os republicanos aspiravam a uma educação popular para todos, principalmente nos locais mais populosos e urbanos onde deveriam ser os exemplos para as demais localidades. No entanto, almejavam, principalmente, ensinar na escola as regras de viver em ordem e em sociedade. Publicar anúncios de materiais escolares, além de anúncios referentes à educação, reforça e afirma essa idealização de uma escola para todos, uma vez que os jornais promoviam debates e

discussões acerca do tema, com estratégias que causavam uma falsa sensação de o aceso à escola e ao material escolar ser efetivamente para todos.

Figura 6: Anúncio do "O Pharol".

O PHAROL.

AO POVO!

Papelaria e Typographia d' O PHAROL

N'esta Papelaria encontrarão o publico desta cidade todo e qualquer artigo concernente a todo ramo de negocio, tais como:

Livros em bruto, calcos em branco, papel para livros, folhageto, papel assazinado, papel d'almofa, comercial, xadrez, diplomata, á plantaria, canetas, penas, lapis, canetas volumetricas, grampos para papel, passalva para prender papel, eloscos para canetas, pastas de agenda, tinteiros de porcelana, de vidro, muito elegantes para presentear, cartões de visita, e outros artigos que vendemos e que aqui não podemos mencionar por tornarem-se demasiadamente longo esta annuncia.

Na typographia d'este jornal aprompta-se qualquer trabalho por preço tão resumido que a todos causa admiração.

Cartões a phantasia, programmas, envelopes com firma impressa, rotulas, guias, recibos de aluguel de casa, boletins, letreiros, notas de consignação, annuncios etc. Enfim, todo o serviço concernente a arte typographica.

Trabalhos a corés (com nitidez elegancia e perfeição.

30\$000

ATTENÇÃO !! Todo freguez que quiser fazer qualquer serviço typographico, superior a 50\$000, ao acto do pagamento, receberá gratuitamente a quantia de 30\$000 em objectos e creditos da Papelaria e assim successivamente cada encaminhado de 50\$000.

Salvo de Papel quicquidquid no encaminhado

Livros de tabelas, formata grande com as armas da Republica, em papel assazinado, nitidamente impresso e bem encadernado.

RUA DR. LAURO MULLER -- ITAJAHY.

Fonte: Jornal O Pharol, 12 de mar. 1909, p. 03, n. 36.

Os utensílios de escrita tinham métodos específicos para serem utilizados dentro de sala de aula. Nos programas de ensino das escolas, a forma e o modo do professor ensinar era minuciosamente explicado, separado por disciplina e ano. No programa de caligrafia constava:

Programa - O alumno deve começar a escrever desde o 1º dia de aula. Os seis primeiros mezes de aula do primeiro anno, copiará na lousa. Depois com lapis de pau, e finalmente com

pena, quando no 2º ano. No 2º e 3º ano uso de cadernos apropriados⁶².

A descrição acima demonstra como deveria ser a educação nos moldes republicanos: lento e gradativo, indicando quais eram os materiais utilizados nesse processo - lousa, lápis de pau, pena e o caderno - e a forma do aprendizado. A lousa escolar, utensílio pequeno no formato retangular e de uso individual, era utilizada diariamente em sala de aula para a prática de exercícios dados pelo professor, seja os da escrita, seja os de números. Escrevia-se na lousa com o lápis de pedra. Por ser aquela em formato pequeno, a criança grafava o que era solicitado, mas não conseguia revisar pois era preciso apagar o que havia feito para realizar outra atividade.

Com a invenção do caderno - considerada uma modernidade para a escola, uma vez que se podia fazer o registro sem precisar apagá-lo - havia, agora, a possibilidade de revisão e memorização quando a criança precisasse ou quisesse. Mesmo com a inserção do caderno nas rotinas escolares, a professora Gianni Rabelo (2008) explica que o caderno, a incorporação do papel no espaço escolar, não substituiu de imediato a lousa, também chamada de ardósia, pois o papel tinha elevados custos, reduzidos somente anos mais tarde, sendo assim, os primeiros cadernos dividiram as salas de aulas com as lousas durante um tempo. Na exposição acima mencionada por Rabelo (2008), é possível perceber, no relato referente ao material escolar do aluno Januário Raimundo Serpa, estudante de uma escola isolada no município de Canelinha em 1939, que

⁶² Programa de ensino para as Escolas Isoladas de 1911. Está no documento *Programma dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina*, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911 (Gab. Typ. D' < O Dia > Florianópolis, 1911. Programa localizado no Arquivo Público de Santa Catarina.

Usávamos a lousa - tinha em torno de vinte por trinta - com a moldura de madeira ao redor. E tinha o lápis pedra, como a gente chamava, como esse lápis escrevia na lousa. E apagava o que escrevia, com pano úmido, ou até com a saliva mesmo, cuspiam em cima da lousa, passava a mão e apagava a lousa. A professora não gostava, considerava falta de higiene apagar com saliva. Eu sempre fui reciclável no material. Isso vinha suprir uma dificuldade material, porque caderno era uma coisa praticamente inacessível para gente, para o poder aquisitivo da gente. Os cadernos para escrever na sala de aula eram de papel de embrulho de venda. A agente passava ferro, costurava, e aí então, a gente escrevia. Sem pauta, se riscava a pauta com uma régua e se escrevia ali. Cadernos como os de hoje seriam um luxo. Quase que inconcebível, não se pensava, não existia (p. 34 - 35).⁶³

A inserção de novos objetos no espaço escolar demonstra que "as novas tecnologias eram vistas como um sinal de progresso social e nas escolas como um sinal de progresso educacional. As escolas estavam a começar a atuar como novos espaços de consumo de tecnologias mais sofisticadas" (LAWN; GROSVENOR, 2013, p. 4). Esses materiais passam a ser vendidos pelos comerciantes locais e adquiridos pela comunidade com um poder aquisitivo mais alto, pois nem todos tinham acesso a esses itens escolares. Vários foram os anúncios encontrados no tocante à a propaganda da lousa e do caderno, ora sozinhos, conforme

⁶³ Fragmento extraído de uma entrevista, retirado do livro *Memória Docente: Histórias de Professoras Catarinenses (1890-1950)*, organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva e Dilce Schüeroff. O livro é a compilação de algumas entrevistas que estão salvas guardadas no Museu da Escola Catarinense, realizada com professoras catarinenses.

parados, olhando o que fazem os outros alumnos, mas que devem apagar tudo e começarem de novo até preencherem completamente o tempo consignado no horário⁶⁴.

A respeito da cópia de conteúdos passados no quadro negro ou ditados pelo professor, eram transcritos para a lousa ou no caderno, por meio de alguns utensílios de escrita: lápis, pena, caneta e tinteiro. Estes são materiais escolares que tinham uma função didático-pedagógica de assessorar na aprendizagem dos alunos e nas rotinas escolares. Eram itens fundamentais e pessoais de cada aluno para as aulas. Atrelado ao uso do material estava o cuidado e o zelo com os objetos escolares, assim, o aluno não poderia colocar o material na boca, não deveria segurá-lo com força, entre outras cautelas concernentes à boa postura, ao controle dos alunos sobre o seu corpo, conforme as prescrições higiênicas para melhor rendimento e ensino.

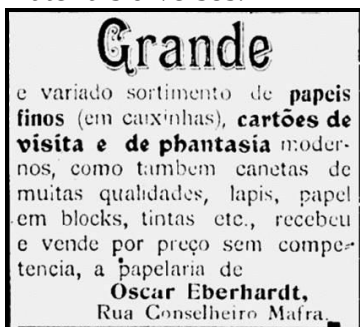
Desde a primeira phase exija boa posição - corpo direito, mão esquerda firmando o caderno, modo de segurar o lapis e a caneta. Aconselhar que o caderno não deve ser dobrado, afim da capa servir de forro, etc. A princípio os exercicios devem ser feitos a lapis de pedra (por pouco tempo) depois a lapis de pau e finalmente a penna, conforme aproveitamento. Encaminhe o ensino da leitura, da linguagem oral e da escripta, de maneira a se completarem⁶⁵.

⁶⁴ O trecho citado foi retirado do Programa dos Grupos Escolares, inserido dentro do documento Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto nº 796 de 02 de maio de 1914. Refere-se ao programa do ensino da leitura, descrevendo o modo como deveria ser aplicado pelo professor.

⁶⁵ Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2

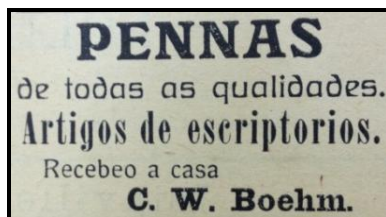
Outros objetos escolares funcionavam como auxiliares para alguns materiais: a régua para atividades de traçados com os lápis, penas e canetas; a tinta para os tinteiros; assim como a esponja para apagar a lousa. Itens que também eram comercializados frequentemente nos jornais catarinenses.

Figura 9: Anúncio de materiais diversos.



Fonte: Jornal A Comarca, 06 maio, 1917, p. 02, n. 76.

Figura 10: Anúncio de penas.



Fonte: Jornal A Comarca, 06 maio, 1917, p. 02, n. 76.

Os artigos escolares, "embora tomados quase sempre como um pressuposto natural [...] vinculam concepções pedagógicas, sabres, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar" (SOUZA, 2007, 165). A forma da disposição da sala, a carteira escolar uma atrás da outra, a forma de ensinar pelo método intuitivo, ensinar os alunos ao mesmo tempo e não isoladamente e a racionalização do tempo demonstram a constituição de uma "cultura escolar" nos moldes republicanos.

de maio de 1914. O trecho retirado a cima refere-se ao Programa dos Grupos Escolares, do 1º ano, da sessão da Linguagem Escrita.

2.2.1 Livros e revistas escolares⁶⁶

Assim como os utensílios de escrita, os livros e as revistas escolares fazem parte da cultura material escolar. Os livros escolares serviam como condutores no processo de aprendizagem de conteúdos como: caligrafia, linguagem e leitura⁶⁷. Articulado com os utensílios de escrita, havia, nos programas de ensino das escolas, os "dizeres e fazeres" (CUNHA, 2007, p. 85), ou seja, a forma correta como deveriam ser utilizados os livros escolares no cotidiano escolar: "Copiar letras, palavras, algarismo e pequenas sentenças do livro de leitura ou escriptas no quadro-negro"⁶⁸, ou ainda "Uma só secção, período de 5 a 8 dias. Palestras, com os alumnos, relativamente aos assumptos das primeiras paginas da Cartilha Analytica"⁶⁹.

Entre os livros de leitura prescritos para escola pública catarinense, conforme mencionado neste capítulo, encontrava-se: - Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto, - Leitura Preparatória de F. Vianna, - Primeiro Livro de F. Viana, - Segundo Livro de F. Viana, - Terceiro Livro de F. Viana, - Minha Pátria (3º ano) de Pinto e Silva, - Contos Patrios de Olavo Bilac e Coelho Netto, - Cadernos de caligrafia vertical de F. Viana. Para cada ano e semestre havia um livro específico a

⁶⁶ A respeito dessa categoria, será recorrido apenas a parte sobre os livros leitura.

⁶⁷ Informações retiradas Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911; e Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de maio de 1914.

⁶⁸ Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911, página 02.

⁶⁹ Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911, página 10.

ser utilizado nas aulas, como mencionado no Programa de Ensino para as Escolas Isoladas, na matéria de Leitura, no primeiro semestre - Cartilha de Arnaldo Barreto - e no segundo semestre - Leitura Preparatória de Francisco Vianna.

Entre os anúncios de materiais escolares localizados, vários indicavam os livros escolares especificados nos programas de ensino das escolas públicas, outros apenas sinalizavam de forma direta a venda de livros escolares e os demais anunciavam junto com os livros escolares a oferta de livros comerciais.

Figura 11: Anúncio de livros escolares da Papelaria Eduardo Schwartz.



Fonte: Jornal Gazeta do Commercio, 02 fev., 1918, p. 03, n. 11.

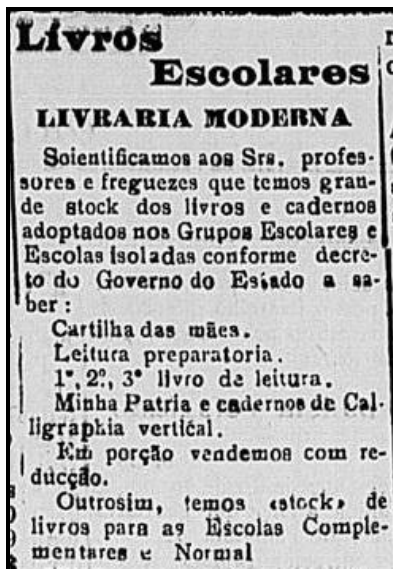
Como o ensino era ministrado de forma simultânea e seriada, com o professor explicando na frente para os alunos, com o auxílio ou não do quadro negro, todos os alunos deveriam portar o livro escolar para que aprendessem juntos e na mesma condição. Somente o professor preparado pela Escola Normal poderia ensinar os alunos, com isso, certos

materiais, como o livro escolar, deveriam ficar na escola: "As Cartilhas ficam nas classes, afim de evitar a confusão que deveria si os paes em casa, para auxiliar, ensinassem por outro methodo".⁷⁰

Em outro anúncio encontrado, além de estarem indicados os tipos de livros, a oferta também indicava a venda de cadernos e destacava que estes materiais eram os adotados pelos Grupos Escolares e pelas Escolas Isoladas, conforme exigido por lei, pelo decreto do Governo do Estado. No final do anúncio consta a informação de que o estabelecimento possuía grande "stock" de livros para a Escola Complementar e Normal. Essa oferta foi localizada no jornal *O Dia*, o qual estava vinculado ao partido republicano e cumpria a função de diário oficial do Estado. Por isso, o grande destaque para os modelos a serem adotados nas escolas, uma vez que o Estado era responsável em ditar qual o material deveria estar dentro de sala de aula para que os conteúdos fossem aprendidos de fato, assim como a importância dada ao caderno.

⁷⁰ Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de maio de 1914.

Figura 12: Livros escolares.



Fonte: Jornal O Dia, 27 fev., 1912, p. 03, n.5.052.

Faria Filho (2007) chama a atenção para "com as práticas de prescrição de práticas, ou seja, em boa parte estamos lidando mais com culturas prescritivas do que com culturas escolares praticadas no interior das escolas" (p. 207). Essas práticas, ditadas por meio das leis, regimentos, regulamentos, programas de ensino e que deveriam ser seguidas pelos professores nas rotinas escolares, fazem pensar se tais especificações ensinavam realmente o aluno e se, de fato, os professores conseguiam seguir o que era prescrito. Um dos pontos referentes às práticas é em relação a falta de material escolar. Souza (2013, p. 107) menciona que "Passado o entusiasmo inicial pela pedagogia moderna, consagrou-se nas escolas primárias o uso sistemático das cartilhas e livros de leituras e as lições rotineiras empregando o quadro negro e giz, cadernos e lápis". O governo passa a reduzir o número de objetos dentro de sala de aula, tentando diminuir as despesas,

uma vez que o modelo de escola desejado não era compatível com os recursos disponíveis pelo Estado.

2.3 MATERIAIS VISUAIS, SONOROS E TÁTEIS PARA O ENSINO

O ensino para todas as matérias deveria se dar por meio do método intuitivo. Este partia do princípio que a aprendizagem ocorria do concreto, sendo mostrado e exemplificado para o aluno, depois passando para a instrução do conteúdo abstrato. Desta maneira, vários materiais visuais, sonoros e táteis - mapas, globos, cartazes, quadros, museus, gabinetes, tabuleiro de areia, entre outros objetos - deveriam fazer parte das rotinas escolares. No ensino da geografia, por exemplo, era imprescindível o uso do mapa e do globo para ensinar a forma e o movimento da Terra, assim como as principais linhas, zonas e pontos cardeais⁷¹. Além dos mapas, as próprias carteiras dos alunos poderiam servir como apoio para as atividades, ensinando as direções e os sentidos - frente, atrás, direita, esquerda -, isto também poderia se dar em toda a sala de aula⁷².

Entre esses materiais visuais, sonoros e táteis para a educação localizou-se, nos jornais catarinenses, a oferta de mapas para as escolas. No anúncio, o comerciante Germano Boesken não especifica de quais regiões ou Estado eram os mapas, apenas anuncia o material. No Programa de Ensino dos Grupos Escolares de 1911, na matéria de Geografia para o quarto ano, menciona-se que o estudo da cartografia por intermédio dos mapas de Santa Catarina, do Brasil e da

⁷¹ Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911, página 08.

⁷² Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911, página 02.

América do Sul serviam igualmente para os mapas dos demais estados do Brasil. Tendo em vista o que estava escrito no programa, entende-se que a venda do mapa não se restringia ao Estado de Santa Catarina, mas alcançava todos o Brasil e outros países.

Figura 13: Mapas para escolas.



Fonte: Jornal Commercio de Joinville, 05 jan., 1908, p. 04, n. 139.

Segundo os discursos de políticos da época, os recursos destinados à educação catarinense não foram suficientes para atender a demanda quanto à construção de espaços destinados à institucionalização das crianças, assim como para equipá-los com materiais didáticos: quadro-negro, carteiras ou até mesmo objetos de expediente. Com as estratégias para a redução de custos vários objetos deixam de fazer parte das listas de materiais, permanecendo o considerado essencial: lápis, caneta, mobiliário, caderno, livro, cartilha, considerados suprimentos fundamentais para a aprendizagem dos alunos. Esta situação também se dá em outros estados, a exemplo de São Paulo, onde, além desses utensílios,

Na maioria das escolas, os objetos de ensino mais comumente encontrados continuaram a ser os mapas e cartazes. A partir dos anos vinte do século XX, o discurso pedagógico deixaria de enfatizar a relevância de se colocar as crianças

em contato com os objetos representativos do avanço científico e industrial visando a educação dos sentidos [...] (SOUZA, 2013, p. 108).

Percebem-se, portanto, mudanças na organização interna da escola em relação ao aparato escolar, modificando o funcionamento interno, tanto por parte dos professores e dos inspetores, quanto no aprendizado dos alunos.

[...] os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, o preço, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participam ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares. (VEIGA, 2000, p. 04)

É possível notar, diante de tais dados, que o provimento material gerou tensões com a expansão da escola primária, diante de uma economia e de uma administração despreparada, que não conseguia dar conta de um projeto de civilizar, modernizar e escolarizar toda uma população, idealizada pelos republicanos.

2.4 ORNAMENTOS

Na educação republicana, existia todo um patriotismo idealizado, exaltando a nacionalidade brasileira e o espírito cívico. Entre as disciplinas lecionadas estava a de "Instrução Cívica e Moral", cujos conteúdos incidiam sobre a pátria, como indica a prescrição: "Patria. - A bandeira como symbolo da Patria. Descrição da bandeira nacional. Deveres para com a

Patria. Exemplos de amor á Patria. Datas nacionaes"⁷³, governos, exercícios, entre outros.

Figura 14: Anúncio de bandeiras.



Fonte: Jornal O Dia, 04 ago., 1908, p. 04, n. 4024.

Ao inserir determinados objetos na organização de sala de aula - mapa do Brasil, bandeira nacional, dicionário de português, um relógio de parede, uma campainha - o Estado deixa definidos os materiais e os sentidos que iriam instrumentalizar a prática de ensino. De acordo com Gizele de Souza (2007, p. 46), "verifica-se todo um conjunto de materiais, de modo que as crianças fossem educadas em ambiente previsto para formar hábitos estéticos e afetivos seletos".

Há uma configuração do espaço e do tempo escolar, uma cultura própria da escola que dita o modelo de criança a quem se desejava alfabetizar e formar, "torna-se explicito o papel da escola como espaço de formação moral, da ginástica educativa compondo a formação do dever do que se esperava do cidadão republicano" (SOUZA, 2007, p. 48). Ou seja, a

⁷³ Programa dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina, aprovado e mandando observar pelo Decreto n. 587 de 22 de Abril de 1911 (Gab. Typ. D' < O Dia >). O documento encontra-se no Arquivo Público de Santa Catarina.

criança deveria ser: ordeira, civilizada, nacionalista, membro de uma nação nos moldes modernos. A intencionalidade aparece na distribuição dos bancos inclinados, ordenados um atrás do outro para acomodar até 45 crianças dentro da sala de aula, dispostos todos para a frente com a visão para o quadro negro fixado atrás da mesa do professor, centralizando, assim, a figura do docente como mestre, uma organização que deveria dar conta do ensino simultâneo e homogêneo. Tais aspectos eram fiscalizados pelos inspetores a fim de supervisionarem não somente a parte pedagógica da escola, mas também a administrativa.

3. COMÉRCIO DE MATERIAIS ESCOLARES

Este capítulo é dedicado à apresentação de dados sobre estabelecimentos comerciais como – tipografias, livrarias e armazéns - vinculados a circulação de materiais escolares. Conforme os dados revelam, há um conjunto de casas comerciais localizadas na capital do Estado, as quais serão apresentadas brevemente, mas uma delas, chamou especial atenção pela presença do estabelecimento e seus donos nas páginas dos jornais. Trata-se da Casa Boehm, localizada no município de Joinville.

3.1 CASAS COMERCIAIS: A MATERIALIDADE ESCOLAR NO COMÉRCIO CATARINENSE

Entre as décadas de 1910 e 1920 Florianópolis sofreu uma série de transformações urbanas inspiradas na cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de deixar o centro da capital mais moderno, substituindo o casario colonial por sobrados e edificações mais ornamentais; o calçamento das ruas, iluminadas não mais pelos lampiões com azeite de baleia, mas pela energia elétrica, intentava lembrar Paris. O centro urbano se desenvolvia no entorno da Praça XV de Novembro, onde situavam-se a Catedral - Igreja Matriz (1753) - e os principais órgãos públicos: o Palácio do Governo (1765) e a Câmara Municipal (1771), centralizando também a vida econômica - o comércio em geral e o Mercado Público (1849)⁷⁴. As

⁷⁴ Foi durante o período colonial, época em que a capital do estado se chamava Desterro (1673), que esses espaços foram construídos. Com a mudança de regime para a República (1889) o nome da cidade passou a ser chamada de Florianópolis, sugestão do "desembargador Genuíno Firmino Vidal Capistrano, em homenagem ao marechal Floriano Peixoto, 'Consolidador da República'" (CORRÊA, 2005, p. 272), desejo esse muito antigo, tanto por parte dos moradores quanto de políticos.

modificações realizadas nesse período não alteraram somente as formas arquitetônicas, mas também as relações sociais, culturais, políticas e educacionais de toda a população catarinense.

A cidade de Florianópolis ganha maior destaque no que concerne às melhorias urbanas, por ser a capital do Estado e por ter maior circulação de pessoas - políticos, intelectuais e representantes da elite local. Desse modo, era necessário que se tornasse um ambiente agradável esteticamente aos olhos de quem a frequentava.

Localizavam-se no centro urbano da capital as "funções de comércio e de prestação de serviços" (VEIGA, 1993, p. 152), fazendo circular as atividades econômicas nestes espaços. De acordo com Correa (2005), no ano de 1914 estas atividades eram realizadas em cerca de 606 casas comerciais, com maior concentração nas ruas Conselheiro Mafra (antiga Altino Correa) e Republica. Pelas ruas e sobrados estavam distribuídos estabelecimentos como: o Hotel Macedo, na Rua Conselheiro Mafra⁷⁵; brinquedos de todos os tipos eram vendidos "No paraizo infantil", na Rua João Pinto n. 18⁷⁶; a Clinica Electro-Dentaria do cirurgião dentista J. Batista Rosa localizava-se na Rua Republica 16⁷⁷; o Atelier Photographico de Fritz Jorge encontrava-se na Rua Deodoro n. 16⁷⁸; o Restaurante Biéca, no Mercado n. 11⁷⁹; o Banco do Commercio de Porto Alegre com filial na Praça 15 de Novembro, n. 2⁸⁰; os mais variados tipos de bebidas como vinhos e conhaques eram comercializados na Casa Eduardo Horn, Rua João Pinto⁸¹; a Livraria Moderna de Paschoal

⁷⁵ Jornal *O Estado*, 13 de maio de 1915, p. 03 nº 1.

⁷⁶ Jornal *O Estado*, 13 de maio de 1915, p. 03 nº 1.

⁷⁷ Jornal *O Estado* de 10 de junho de 1915, p. 03, nº 24.

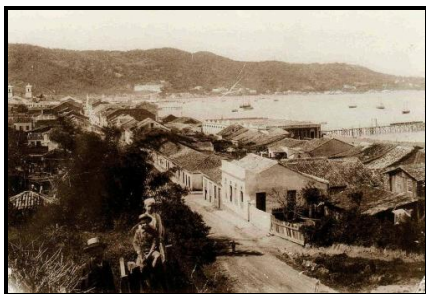
⁷⁸ Jornal *O Estado* de 10 de junho de 1915, p. 03, nº 24.

⁷⁹ Jornal *O Estado* de 10 de junho de 1915, p. 03, nº 24.

⁸⁰ Jornal *O Dia* 04 de janeiro de 1914, p. 4, nº 7.406.

⁸¹ Jornal *O Dia* 06 de janeiro de 1914, p. 4, nº 7.407.

Figura 16: Rua Conselheiro Mafra – início do século XX.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 17: Praça XV de Novembro – final do séc. XIX.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Entre as casas comerciais que se destinavam ao abastecimento de materiais escolares estava a Livraria Moderna, do proprietário italiano Paschoal Simone & Filhos, localizada na Rua Conselheiro Mafra nº. 9. A livraria teve grande destaque no início do século XX por ser o único local que editava e publicava livros (CORREA, 2005, p. 301) e "possuía uma das mais modernas oficinas tipográficas da cidade" (MATOS, 2008, p. 74). Matos (2008, p. 77) menciona que "a partir de 1914, suas publicações passaram a ser impressas numa prensa tipográfica mais moderna, a eletricidade". A livraria também vendia livros de diversos autores e gêneros, além de itens como: livros em branco, diversos tipos de papéis, giz escolar, tintas, aparadores de lápis entre outros artigos para escolas, escritórios, repartições públicas e tipografias.

A Livraria Moderna era típica livraria florianopolitana do início do século, ou seja, uma casa não apenas destinada à venda de livros, como também a tudo concernente à cultura escrita. Nesse estabelecimento encontrava-se, além de sortimentos de livros escolares e de literatura, "papéis de todas as qualidades, livros em branco para o comércio e repartições, objetos para o escritório e de fantasia", calendários, partituras musicais "dos

melhores autores e muitos artigos concernentes a este ramo", selos, envelopes, álbuns, cadernos e "vários objetos filatélicos"⁸⁴ "artigos para pintura a óleo e photo-miniatura" (*Terra Livre*, 5/12/1918), bem como um "moderníssimo sortimento de papel Crepon e Fantasia para adornos", revistas como *Eu Sei Tudo*, *Revista da Semana*, *Para Todos* e *ABC* (*Terra Livre*, 16/01/1919), guardanapos de papel, giz escolar em caixas e em carteiras, "tintas tipográficas de todas as cores", para jornais e obras, etc., tudo a "preços muito vantajosos!" (*República*, 22/05/1919)

A Casa Germano Boesken, situada na Rua Republica, levava o nome do proprietário e professor do Ginásio Santa Catarina (1907)⁸⁵ e comercializava artigos escolares como: bolsas, penas, lápis de pedra e de pau, régua, canetas, borrachas, mapas, folhas para música, livros de caligrafia e desenho, assim como produtos para desenho, pintura, fotografia, escritório (diversos papéis, carimbo de borracha), objetos ligados à religião (rosário, crucifixos, pias para água benta), jornais, almanaques (nas versões em português, italiano, alemão e polonês, como das famílias católicas brasileiras), rótulos de bebidas, carteiras de cigarros, entre outros itens⁸⁶. Nos anúncios do ano de 1910 verifica-se a mudança de endereço do estabelecimento para a Rua Conselheiro Mafra, passando este a oferecer também trabalhos tipográficos com a Typografia Brazil. Por ser um local que vendia diversos produtos, ora os anúncios eram divulgados como da "Casa Germano Boesken", ora como da "Livraria

⁸⁴ *Anuário de Santa Catarina para 1900*. Florianópolis: Typografia do Gabinete Sul-Americano, 1899, p. 63.

⁸⁵ Informação retirada do jornal *O Dia* de 22 de maio de 1907, página 02, nº 1870.

⁸⁶ As informações acerca da Casa Germano Boesken foram retiradas do jornal *O Dia*, entre os anos de 1907 a 1918.

Germano Boesken", dependendo do que estava sendo oferecido.

O comerciante Octavio Lobo da Silveira⁸⁷, que era também funcionário da repartição de Saneamento de Florianópolis⁸⁸, tinha o seu comércio na Rua Altino Correia, nº 13. Diferente das outras casas apresentadas anteriormente, identificaram-se apenas os itens bandeira nacional e do Estado, objetos não detectados nos demais anúncios de materiais escolares na capital⁸⁹. Embora a oferta nos jornais não fosse algo recorrente do comerciante, um indicativo nos demais jornais trabalhados, no documento "Termo de contrato de Thesouro" consta que a empresa realizou o abastecimento de objetos de escritório e expediente para o Estado de Santa Catarina nos anos de 1909 e 1910, oferecendo, entre os materiais: diversos tipos de papéis (almoço, timbrado, diploma, para envelopes), pena, lápis preto, canetas, tintas, entre outros⁹⁰. Isso comprova que o mercador Octavio Lobo da Silveira não vendia somente bandeiras, mas uma grande variedade de objetos que se pode classificar como escolares ainda que com fins de escrituração em ambientes como escritórios, por exemplo.

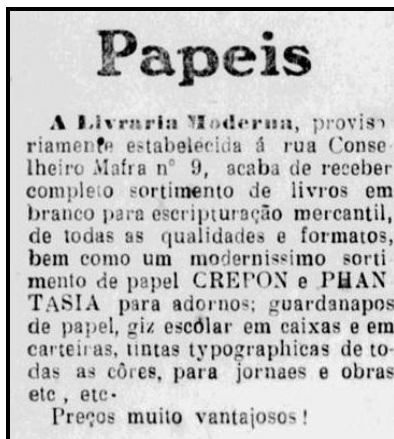
⁸⁷ As informações são baseadas nos anúncios de materiais escolares encontrados nos jornais pesquisados, conforme apresentados nos capítulos anteriores.

⁸⁸ Informação retirada do jornal *Republica* de 5 de fevereiro de 1921, na página 03, nº 695.

⁸⁹ Cabe lembrar aqui, que estas bandeiras tanto poderiam ser objetos de escolas quanto de repartições públicas ou de outras instituições.

⁹⁰ Essa informação consta no capítulo 2, no quadro 6, página 64.

Figura 18: Anúncio da "Livraria Moderna".



Fonte: Jornal *Republica*, 18 maio 1919, p. 4, n. 185.

Figura 19: Anúncio da Casa "Germano Boesken".



Fonte: Jornal *O Dia*, 01 jun. 1908, p. 4, n. 3097.

Outro nome de comerciante da capital identificado no jornal *O Dia*⁹¹ foi o de Carlos Meyer. Este nome consta em uma nota com o título "Ao Commercio" escrita por Octavio Lobo da Silveira, informando acerca da mudança de endereço e que continuava com os trabalhos de tipografia, papelaria e artigos para escritório. Pressupõe-se que havia mais comerciantes locais, os quais negociavam não apenas itens escolares, mas também artigos de papelaria e de escritório que alimentavam a burocracia em ascensão, como a Casa Gabinete Sul-Americano, a Livraria Cysne e a Livraria Central⁹². Estes estabelecimentos não contavam com propagandas nos impressos ou não foram localizados nos jornais pesquisados.

⁹¹ Jornal do dia 21 de fevereiro de 1911, página 03, nº 4.761.

⁹² MATOS, Felipe. *Uma ilha de leitura: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Assim como na capital do Estado, a modernização, aos poucos, foi chegando nas demais regiões, bem como a constituição e o fortalecimento do comércio de maneira geral, além daquele que oferecia entre seus itens objetos escolares. No Norte do Estado, região em que se identificou um maior número de anúncios de materiais escolares - um total de 49 anúncios -, as seguintes lojas comerciais realizavam a venda de itens escolares:

Tabela 3⁹³: Parte do comércio e comerciantes da região Norte de Santa Catarina.

Cidade	Local de comércio	Itens
Itajaí	Papelaria, tipografia, livraria O Pharol	Livros em branco, cadernos escolares, tintas, lápis, mata-borrão, lousas, caderno de caligrafia, etc.
	Casa Reis	Vendia fazendas (algodão, brins, sarjas, etc.), armarinhos (blusas, gravatas, cintos, etc.), calçados, perfumarias, bijuterias, artigos de viagens, escritório e escolares (livros, pena, borracha, lápis, caneta, cadernos, etc.). (Continua)
São Francisco do Sul	Casa Boa Esperança de Nezinho Costa - Armazém de Secos e Molhados	Sortimento de bebidas, livros comerciais e escolares, tinteiros, pastas, canetas, tintas, lápis, penas, etc.
São Bento do Sul	Tipografia O Catharinense	Cadernos escolares, nos tamanhos grande e pequeno
Jaraguá do Sul	Livraria e tipografia O Correio do Povo	Bolsas escolares, cadernos de caligrafia, lousas, lápis, livros escolares, sacos de papel, brinquedos, tintas, envelopes, etc.

⁹³ A tabela retrata uma parte das lojas comerciais que realizavam a venda dos objetos escolares, pois nem todas as lojas e proprietários faziam propagandas em jornais, assim como a pesquisa não abarca todos os jornais publicados.

Joinville	Casa de Novidades: o Sol nasce para todos de Alfredo Herkehoff	Papelaria, livraria, cigarraria e armarinhos; jornais, revistas, artigos escolares e de escritório e cigarros.
	C. W. Boehm	Borradores, papel de música, etc.
	Casa Menezes	Objetos de escritório (pastas, papéis, tinta), álbuns de fotografia, timpanos, etc.
	Eduardo Schwartz	Cadernos escolares, borrachas, livros escolares e comerciais, cartões, sacos de papel, lousas, etc. Tipografia, encadernação, pautaço.
	Papelaria Brazil	Artigos escolares (bandeiras nacionais e estrangeiras), escritório (carimbo de borracha, papéis, etc), tinta, óleos, vernizes, pintura, hortaliças e realizava operações bancárias
	Oscar Eberhardt	Papéis, cartões de visitas, canetas, lápis, tintas, envelopes, papéis, cadernos escolares, etc. Tipografia, papelaria, oficina de pautaço.

Fonte: Exemplares dos jornais: *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Município de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *O Correio do Povo* e *O Pharol*. Quadro organizado pela autora.

Na cidade de Itajaí foram localizados dois estabelecimentos que realizavam o comércio de materiais escolares: a Casa Reis, na Rua Dr. Hercílio Luz, que vendia desde fazendas (algodão, brins, sarjas, etc.), armarinhos (blusas, gravatas, cintos, etc.), calçados, perfumarias, bijuterias até artigos de escritório e escolares (livros, caneta, cadernos, etc.); e a papelaria, tipografia e livraria O Pharol, na Rua Dr. Lauro Müller. Neste estabelecimento eram oferecidos os serviços de tipografia e a venda de artigos de papelaria e livraria: livros em branco, cadernos escolares, tintas, lápis,

mata-borrão, lousas, cadernos de caligrafia entre outros. Em São Francisco do Sul, a Casa Boa Esperança de Nezinho Costa - Armazém de secos e molhados -, localizada na Rua Ypiranga nº 4, fornecia artigos escolares: livros, tinteiros, pastas, canetas, tintas, lápis, penas e outros itens que dividiam espaço com sortimento de bebidas (vinhos, conhaque, etc). No município de São Bento do Sul, a tipografia O Catharinense ofertava objetos escolares (cadernos escolares nos tamanhos grande e pequeno) na Rua Scharamm. Já em Jaraguá do Sul, a livraria e tipografia O Correio do Povo comercializava bolsas escolares, cadernos de caligrafia, lousas, lápis, livros escolares, sacos de papel, brinquedos, tintas, envelopes entre outros materiais.

Os jornais *O Pharol*, do diretor J. Miranda, *O Catharinense*, do diretor-proprietário Luiz de Vasconcellos, e *O Correio do Povo*, do diretor-gerente Arthur Müller, tinham anexos às suas redações e oficinas os serviços de tipografia, livraria e papelaria, os quais recebiam os nomes dos respectivos jornais. Nos anúncios encontrados, as ofertas das mercadorias eram divulgadas ora como papelaria, ora como tipografia, ora como livraria, variando de propaganda para propaganda, não sendo possível estabelecer um padrão.

Em relação ao município de Joinville, seis foram os locais encontrados que comercializavam objetos escolares. Na Rua do Príncipe, nº 48 em 1918 que, a partir de 1921 passa a atuar na Rua 15 de novembro, estava a Casa de Novidade. O Sol Nasce Para Todos, de Alfredo Herkehoff, negociava produtos escolares e comerciais, assim como objetos de papelaria, livraria, cigarraria (cigarros, fumos), jornais, revistas, etc. A Casa Carl Wilhelm Boehm - publicada nos anúncios como C. W. Boehm - portava o nome do comerciante e dono, vendendo artigos de escritório, penas, borradores, papel de música, como outros artigos. Situada na Rua Conselheiro Mafra, encontrava-se a Casa Menezes que oferecia à população os mais variados itens, desde objetos de escritório (pastas, papéis, tintas, etc.) até álbuns de fotografia, tímpanos para

hotéis e teatro, como sortimentos de secos e molhados, doces, conservas, chapéus, botões e dicionários⁹⁴. Eduardo Schwartz, proprietário⁹⁵ do jornal *Gazeta de Joinville* e *Gazeta do Commercio*, vice-presidente da Associação Commercial de Varejista de Joinville (fundada no ano de 1921)⁹⁶ e lojista na Rua 3 de maio, nº 12, vendia impressos, cadernos escolares, borrachas, livros escolares e comerciais, cartões, saco de papel, lousas, borradores, bem como serviços de tipografia, encadernação e pautaçaõ. Outro lugar que mercantilizava variados artigos era a Papelaria Brazil - a princípio na Rua 7 de Setembro nº 11, mudando de endereço em 1918 quando estabeleceu-se na Rua Sete de Setembro, nº II -, a começar por bandeiras, carimbos de borracha, papéis e também tintas, óleos, vernizes, hortaliças, oferecia os serviços de operações bancárias em bancos nacionais e internacionais, seguros em geral⁹⁷, transportes, mensageiros e despachos⁹⁸. Por fim, localizado na Rua Conselheiro Mafra, nº 29 - 2ª porta, o tipógrafo e proprietário da tipografia de São Bento do Sul, que editorava o jornal *O Catharinense*⁹⁹, Oscar Eberhardt comercializava papéis, cartões de visitas, canetas, lápis, tintas, envelopes, papéis, cadernos escolares, bem como serviços de tipografia e oficina de pautaçaõ.

⁹⁴ Jornal *Gazeta de Joinville*, 8 de dezembro de 1906, página 03, nº 88.

⁹⁵ Informação retirada da capa do jornal *Gazeta de Joinville* e *Gazeta do Commercio*.

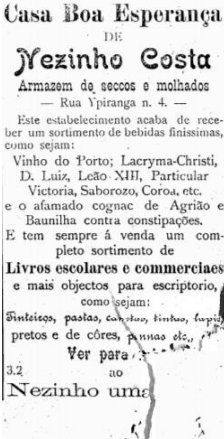
⁹⁶ Jornal *República* 04 de março de 1921, página 03, nº 718.

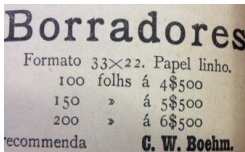
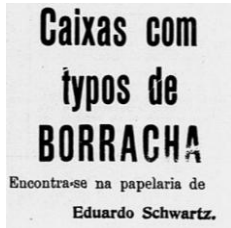
⁹⁷ Jornal *O Município de Joinville* 07 de junho de 1919, página 03, nº 7.

⁹⁸ Jornal *O Município de Joinville* 03 de janeiro de 1920, página 06, nº 05

⁹⁹ Informação retirada do jornal *Gazeta do Commercio* de 10 de fevereiro de 1917, página 02, nº 7.

Quadro 9: Anúncios de materiais escolares ofertados por casas comerciais em Santa Catarina.

Papeleria, tipografia e livraria O Pharol	Casa Reis
 Ver para Crer Fonte: Jornal <i>O Pharol</i>, 16 dez. 1910, p. 4, n. 335.	 Fonte: Jornal <i>O Pharol</i>, 02 maio 1913, p. 6, n. 459
Casa Boa Esperança	Tipografia O Catharinense
 Ver para Crer Fonte: Jornal <i>A Revista</i>, 01 set. 1908, p. 4, n. 4.	 Fonte: Jornal <i>O Catharinense</i>, 14 fev. 1914, p. 2, n. 159.

Livraria e Tipografia O Correio do Povo	O Sol Nasce para Todos	
		
Fonte: Jornal <i>O Correio do Povo</i> , 27, ago. 1921, p. 4, n. 17.	Fonte: Jornal <i>O Correio do Povo</i> , 8 jan. 1921, p. 3, n. 36.	
C. W. Boehm	Casa Menezes	Eduardo Schwartz
		
Fonte: Jornal <i>Commercio de Joinville</i> , 5 jan. 1908, p. 4, n. 140.	Fonte: Jornal <i>Commercio de Joinville</i> , 9 jun. 1910, p. 3, n. 266.	Fonte: Jornal <i>Gazeta do Commercio</i> , 19 ago. 1916, p. 3, n. 46.

Fonte: Exemplares dos jornais: *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Municipio de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *O Correio do Povo* e *O Pharol*. Quadro organizado pela autora.

As casas comerciais daquela época, e por muitos anos afora, representavam uma espécie de "supermercado mirim", onde se vendiam, de um lado da loja, os artigos como: tecidos, louças, brinquedos, papéis, tintas e penas de escrever, lápis de lousa, e de outro lado, os de consumo diário, como: petróleo, fósforo, velas, sabão, graxa, tabaco, além de todas as espécies de comestíveis...e da indefectível pinga para os pingueiros (HERKENHOFF, 1998, p. 35-36).

Mesmo que alguns lugares, dentre aqueles que comercializavam a materialidade escolar, tivessem um perfil de "supermercado mirim" ou armazém, onde inúmeros produtos dividiam e disputavam espaço - bebida, comida, roupas, cigarros, etc. -, nas funções que desempenham percebe-se, nestes locais, um outro formato: papelaria, livraria, escritório, tipografia (impressão de jornais, itens personalizados, etc.) e a prestação de serviços considerados do mesmo ramo. Os estabelecimentos comerciais que mantinham o perfil de livraria, papelaria e serviços tipográficos eram: a Livraria Moderna, do comerciante Octávio Lobo da Silveira, a Papelaria O Pharol, a Tipografia O Catarinense, a Livraria O Correio do Povo e os tipógrafos Carl W. Boehm e Eduardo Schawartz. Em relação ao formato de armazéns tem-se: Casa Germano Boesken, Casa Reis, Casa Boa Esperança, Casa O Sol Nasce Para Todos e Casa Menezes.

A Livraria Moderna, de Paschoal Simone & Filhos, e os comerciantes Octávio Lobo da Silveira e Carl Boehm também realizavam o provimento de materiais de escritório e de expediente para o Estado, conforme apresentado no capítulo 2, quadro 06. Tais elementos comprovam que o fornecimento de objetos escolares, realizado pelas casas comerciais distribuídas pelo Estado, não se restringia ao atendimento do público local ou ao comércio de varejo em pequenas quantidades, mas destinava-se também ao provimento do Estado e em grandes

quantidades, servindo ao abastecimento de escolas e repartições públicas.

[...] a escola movimenta o mercado e suas necessidades fazem com que ele se adapte para atender a demanda. Novos serviços se organizam e lucram tendo o Estado como comprador privilegiado. De outro lado, o mercado cria objetos de desejos para a escola. O Estado dele depende para produção, em grande quantidade e em curto tempo, de um mobiliário padronizado que corrobore para a expansão do ensino. (ALCÂNTARA, 2014, p. 81)

A escola cria a necessidade não somente de um "mobiliário padronizado", mas também de objetos escolares essenciais nas rotinas escolares na institucionalização da criança. Conforme informado no Regulamento da Instrução Pública de 1910¹⁰⁰, as escolas de responsabilidade do Estado deveriam funcionar nos meses de fevereiro a novembro. Ao analisar dados sobre os meses de publicação dos anúncios localizados, 53 no total, consta que: 23 anúncios foram publicados entre os meses de janeiro e março, o que caracterizaria o início do ano letivo; 20 anúncios foram encontrados entre os meses de abril e julho, o que poderia ser compreendido como o período relacionado ao meio do ano letivo; e de agosto a dezembro, com 09 anúncios divulgados, correspondendo ao final do ano letivo. Em todos os meses do ano houve a oferta de materiais escolares, ainda que fosse de apenas um anúncio, mesmo não sendo itens de consumo diário (HERKENHOFF, 1998). Os materiais que faziam parte do cotidiano escolar, começam a ganhar visibilidade no dia a dia, compartilhando espaço com bebidas, comidas e roupas, nos

¹⁰⁰ Essa informação consta na "Secção XI - Do exercício das aulas e exames annuaes", no artigo 111, na página 28.

armazéns ou nas livrarias e tipografias, evidenciando a formação e a constituição de um comércio que vê a "escola como mercado" (VIDAL; GAPAR DA SILVA, 2011). Desse modo,

[...] necessariamente a homogeneidade da base material do ensino, o que abria um amplo leque à intromissão da indústria no universo escolar, não apenas como fornecedora de cadernos, livros, mapas, quadros parietais, lápis, dentre muitos outros artefatos utilizados pela escola, como móveis, uniformes, materiais de limpeza etc., respondendo a uma demanda constituída no âmbito escolar, mas também como produtora de novas necessidades impulsionando o comércio escolar [...] (CASTRO et al., 2013, p. 275).

Com a remodelação no sistema de ensino primário - seriado e simultâneo - e com a renovação pedagógica - lições de coisas - (SOUZA, 2013), os artefatos escolares foram considerados fundamentais para que o ensino fosse efetivado. Com isso, padronizaram-se os materiais escolares e todos os alunos deveriam portá-los dentro da sala de aula. Os objetos não poderiam ser emprestados, eram de uso individual, por uma questão de higiene e melhor aproveitamento e rendimento escolar do aluno¹⁰¹. Cria-se assim uma demanda por determinados objetos: lápis, cadernos, lousas, penas, tinteiros, entre outros. Desse modo, os jornais anunciavam basicamente os mesmos itens escolares, não diferenciando de um comércio para outro, o que, segundo Wiara Rosa Rios Alcântara (2014, p. 163), fez da escola um consumidor importante para a expansão econômica.

¹⁰¹ Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914, Capítulo V - Da disciplina no uso do material.

3.2 TIPOGRAFIA, LIVRARIA E ARTIGOS EM GERAL: O COMÉRCIO BOEHM

Durante a pesquisa foram identificadas, nos livros “Termo de Tesouro” salvaguardados no Arquivo Público de Santa Catarina, três casas comerciais, entre elas: Livraria Moderna do proprietário Paschoal Simone & Filho e as casas comerciais de Octávio Lobo da Silveira e Carl W. Boehm, que realizavam o comércio de materiais escolares, tanto para a população (varejo) quanto para o Estado (atacado). Uma vez que a principal abordagem aqui é a comercialização de utensílios escolares, no que se refere aos anúncios em jornais catarinenses, optou-se por aprofundar as relações comerciais sobre a família Boehm, pois foram identificados diversos anúncios de materiais escolares fazendo referência à casa comercial da família citada e que habitava a região Norte. Enfim, a escolha do comerciante, cuja atividade apresenta-se contextualizada a seguir, se deu por seu nome aparecer em grande número nas ofertas dos itens pesquisados.

3.3 FAMÍLIA BOEHM: NEGÓCIOS DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO

Entre os comerciantes da região Norte do Estado encontrava-se o alemão Carl Wilhelm Bohem, fixado na cidade de Joinville. Trata-se de uma região colonizada por imigrantes¹⁰² alemães – trabalhadores braçais, lavradores,

¹⁰² Santa Catarina é um Estado que viveu forte processo de colonização por imigrantes europeus: alemães, italianos, poloneses, árabes, etc. Aqui se firmaram trazendo uma cultura própria e fundando cidades como: Blumenau (1850), Joinville (antiga Dona Francisca - 1845), Teresópolis (1860), Urussanga (1877), Nova Trento (1875), entre outras. PERON, André; MAAR, Alexandre; NETTO, Fernando Del Prá. *Santa Catarina: história, espaço geográfico e meio ambiente*. Florianópolis: Insular, 2. ed, 2011. 288p.

intelectuais, universitários e políticos¹⁰³ – que vieram para o Brasil com a proposta de uma nova vida e de se estabelecerem nas diversas terras que estavam sendo fundadas. A maior parte dos

[...] colonos apresentavam um nível de vida superior ao das populações brasileiras e entre a maioria de agricultores aparece grande quantidade de pessoas de origem urbana, de classe média ou de formação artesanal, operária, comercial e intelectual [...] (JAMUNDÁ, 1981, p. 5).

O colono Carl Wilhelm Boehm nasceu na cidade prussiana de Gross-Glogau, na Alemanha (atual região da Baixa Silésia, Polônia) em 1826, local em que aprendeu os ofícios de feitor de tipografia na editora Westermann, em Braunschweig. Atracou no Brasil em 1857 após ter sido convidado e contratado por Ottokar Doerffel, como tipógrafo para trabalhar na operação das máquinas do primeiro jornal de Joinville: o então manuscrito *Kolonie-Zeitug* (1862). Esta parceria vinha desde a Alemanha, pois foi Ottokar quem contratou Carl para trabalhar na Westermann, em Braunschweig. Mas a empreitada de lançar o jornal não foi nada fácil, pois a primeira tentativa de trazer uma prensa tipográfica da Alemanha foi frustrada, uma vez que esta nunca chegou ao seu destino. Num segundo esforço, o navio que trazia a prensa afundou após ficar encalhado num banco de areia. Em 1862 o jornal é lançado e, nesse meio tempo, Carl trabalhou como agricultor até que voltasse a exercer o seu ofício de tipógrafo¹⁰⁴.

¹⁰³ Informações retirada do livro *História da Imprensa de Joinville*, de Elly Herkenhoff, 1998, página 10.

¹⁰⁴ Informações referentes a esse parágrafo foram retiradas do livro *História da Imprensa de Joinville*, de Elly Herkenhoff, 1998, p. 57.

No ano de 1873, Carl Wilhelm Boehm assume o jornal *Kolonie-Zeitung*, comprando todo o equipamento tipográfico, "fixando a oficina tipográfica na casa da Família Boehm" (Figura 20), no Centro de Joinville (BERRI; SOSSAI, 2015, p. 16), isso após Ottokar passar um longo período doente e desejar retornar à Alemanha. De acordo com Maria Cristina Dias (2013), o imóvel estava localizado na Rua Pedro Lobo com um prolongamento até a Rua Visconde de Taunay e mantinha, ainda, um padrão de grande porte, pois o local pertencia às camadas mais ricas da população. A casa constituiu-se em três partes, construída em diferentes tempos, a parte central é a mais antiga sem data certa da construção, uma segunda parte, que está voltada para esquina, é de 1912 e a terceira construção é da época de 1880 e 1890¹⁰⁵, servindo tanto para moradia quanto como local comercial¹⁰⁶. De acordo com Herkenhoff, os estabelecimentos comerciais da época constituem-se por pequenas fábricas e lojas familiares, atendendo à população com os mais diversificados serviços, entre eles papelaria e tipografia. No mesmo local em que a família Boehm residia também realizava os seus negócios com a venda de itens de escritório e materiais escolares, bem como de trabalhos tipográficos.

¹⁰⁵ As informações foram retiradas de uma reportagem, localizada no Arquivo Histórico de Joinville, no qual não estão identificados o autor e o jornal.

¹⁰⁶ Artigo: Falando de alemães no Brasil, de Theobaldo Costa Jamundá, página 09, de 1981. Retirado da revista *Boi de Mamão*: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo - Fundação Catarinense de Cultura, nº 6.

Figura 20: Casa da Família Boehm.



Fonte: Jornal Notícia do Dia¹⁰⁷.

Conforme Dias (2013), com a morte de Carl W. Boehm, em 1889, quem assume a casa comercial e a tipografia são o filho Carlos Bernardo Otto Boehm, com 21 anos na época, e sua esposa Thereza Alwine Obst Boehm, dando continuidade aos negócios da família. Seguindo as análises da autora, Otto além de administrador foi também o redator e, com o decorrer dos anos, trouxe novas máquinas, diversificando e ampliando os negócios.

Ao longo de sua vida, Otto Boehm esteve ligado a atividades políticas. Em 1896 foi Secretário do Conselho Municipal de Joinville e Deputado Estadual de 1917 até 1920, a frente também da administração do jornal *Kolonie-Zeitung*, periódico utilizado para manifestar seus projetos políticos e suas opiniões¹⁰⁸. Em nota publicada no jornal *Gazeta do*

¹⁰⁷ Na matéria do Jornal *Notícia do Dia* de 2014 não há referências mais detalhadas de onde foi retirada a foto, nem quem tirou a foto e nem quando.

¹⁰⁸ Informações retiradas do artigo *Design e tipografia: modos de fazer, modos de pensar a cidade*, de André Luis Berri e Fernando Cesar Sossai. (2015, página 16).

Commercio, de 1917 - de número 46 e com data de 10 de novembro -, na página 03 informa-se a suspensão das publicações do *Kolonie Zeitung*, sendo este substituído pelo jornal *Actualidade*, o qual continua sob a direção de Otto Boehm. Esteve envolvido em diversos projetos como tesoureiro de uma sociedade de construção de prédios em Joinville (1914)¹⁰⁹. Boehm fazia parte também da "Associação Commercial de Joinville" (1920)¹¹⁰ e atuava em outras atividades.

Na busca por materiais que pudessem ajudar a compreender esse comércio familiar, localizou-se uma foto que, com o cruzamento de outros dados levantados, indica ser a moradia e também uma extensão da livraria e papelaria, com o nome de Otto Boehm na esquina da rua Pedro Lobo, não sendo longe da rua Visconde de Taunay, constituindo-se esta como uma região comercial e residencial. Apesar de ter o que seria uma filial da papelaria, os trabalhos concentravam-se na casa localizada na rua Visconde de Taunay, onde eram feitos os serviços de tipografia, carimbos, litografias, entre outros.

Figura 21: Casa comercial (esquina) de Otto Boehm.



Fonte: Página no Facebook - Joinville de Ontem.

¹⁰⁹ Jornal *Gazeta do Commercio*, 04 de março de 1914, página 03, nº 18.

¹¹⁰ Jornal *O Municipio de Joinville*, 01 de maio de 1920, página, 02, nº 75.

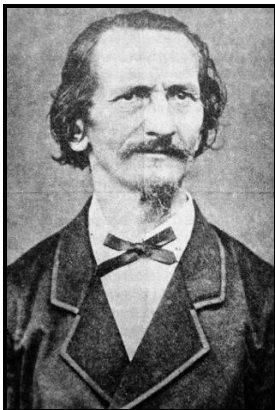
Com a morte de Otto Boehm, quem assume o comércio são os filhos Max e Carlos Willy Boehm durante a década de 1920, com a razão social de "C. W. Boehm"¹¹¹, sendo a terceira geração a cuidar dos negócios da família. Willy era responsável pela parte do jornal, da impressão, dos anúncios ao comércio e dos impressos. Seu irmão, Max, cuidava da livraria e da administração de toda a imprensa. Os irmãos, ao longo de suas vidas, foram sendo instruídos para assumirem os negócios da família, tanto Max quanto Willy foram para a Alemanha a fim de aprenderem o ofício de tipógrafo. Max desde da sua adolescência, aos 14 anos, esteve envolvido com a papelaria e a tipografia. Os irmãos Boehm trabalharam sempre juntos, assim como outros membros da família também faziam parte do quadro de funcionários, como uma das filhas de Max, Mary, que cuidava da contabilidade da empresa.

Os últimos a encarregarem-se do comércio da família foram Mary e o marido, a pedido Max Boehm, por este não conseguir mais tocar o comércio após tempos difíceis devido a Primeira Guerra Mundial. A empresa funcionou até o final dos anos 1970, apenas com o serviço de papelaria, não trabalhando mais com os serviços tipográficos.

¹¹¹ Tipografia e papelaria Boehm de autoria de Raquel S. Thiago. Artigo localizado no Arquivo Histórico de Joinville.

Gerações Boehm

Figura 22: Primeira Geração - Carl Wilhelm Boehm



Fonte: Jornal Notícia do Dia

Figura 23: Segunda Geração - Otto Boehm



Fonte: Jornal Notícia do Dia

Figura 24: Terceira Geração - Carlos Willy Boehm.



Fonte: Jornal Notícia do Dia.

Figura 25: Terceira Geração - Max Boehm e a esposa Olga.



Fonte: Jornal Notícia do Dia.

As fotos acima reproduzidas foram localizadas em matéria do Jornal *Notícia do Dia*, edição de 2014. Contudo, não há referências mais detalhadas sobre a origem, nem tampouco sobre quem as tirou ou quando.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA BOEHM PARA A ECONOMIA DE SANTA CATARINA¹¹²

Praticamente desde da fundação da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, a família Boehm esteve presente na vida econômica da região Norte do Estado e de Santa Catarina, iniciando os negócios no ano de 1862. Apesar de Carl W. Boehm assumir o jornal *Kolonie-Zeitung* em 1873 e todo o seu equipamento tipográfico, somente em 1881 é fundada realmente a tipografia, uma vez que os trabalhos realizados se limitavam à confecção de dois jornais: *Kolonie-Zeitung* e *A Gazeta de Jonville*, ampliando os trabalhos para edição e publicação¹¹³.

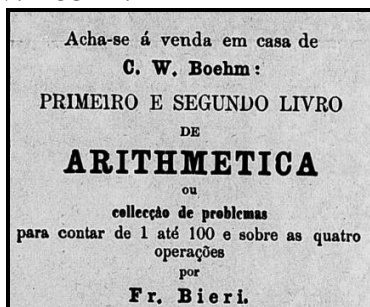
Durante o período em que Carl W. Boehm esteve à frente dos negócios, pode-se observar, na busca por informações referentes à família Boehm nos jornais pesquisados, uma grande variedade e regularidade nos anúncios de propaganda referentes à casa comercial. Dependendo do dia, eram publicados até dois anúncios numa mesma edição e página. Diferente do que se pensava, até o momento da pesquisa, com base nos anúncios encontrados nos anos de 1908 a 1921, a Casa C. W. Boehm não era um

¹¹² Limitou-se, para essa parte do trabalho, falar apenas da parte da família que manteve ligações com o comércio da tipografia e de outros trabalhos envolvendo esse comércio. Pois, no decorrer do trabalho, percebeu-se que outras gerações Boehm estavam ligadas também ao ramo do comércio: como padaria, produções editoriais.

¹¹³ As informações foram retiradas de uma reportagem, localizada no Arquivo Histórico de Joinville, no qual não estão identificados o autor e o jornal.

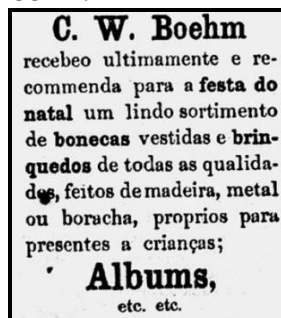
estabelecimento "especializado" somente em artigos de escritório, material escolar e trabalhos tipográficos, mas era também um armazém que vendia de tudo um pouco e ainda oferecia serviços de tipografia. Vendiam-se livros em branco, brinquedos, álbuns, ameixas, figos, sardinhas enlatadas, conservas, frutos, azeites, biscoitos, retratos fotográficos, pastas, óculos, borradores, penas, papel de música, chocolate, etc.

Figura 26: Anúncio 1 - Casa C. W. Boehm.



Fonte: Jornal Folha Livre, 24 de abril 1887, p. 4, n. 14.

Figura 27: Anúncio 2 - Casa C. W. Boehm.



Fonte: Jornal Gazeta de Joinville, 18 dez. 1877, p.04, n. 1.

Em relação aos trabalhos tipográficos prestados, realizava-se a impressão dos jornais *Folha Livre* no ano de 1887, o qual registra em sua última página: "Typ. de C. W. Boehm. Joinville"¹¹⁴; do jornal *Gazeta de Joinville* em 1877; do jornal *O Globo* de 1884; entre outros¹¹⁵. As informações encontradas dão conta que os jornais citados eram impressos na Tipografia Boehm nos períodos referenciados, mas não há

¹¹⁴ Como no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontra-se disponível para consulta apenas o ano de 1887, não foi possível saber se a tipografia realizava a impressão do jornal em outros anos.

¹¹⁵ *História da Imprensa de Joinville*, de Elly Herkenhoff, 1998, p. 60.

informações de quanto tempo tal Tipografia ficou responsável pelas impressões.

Com a modernização trazida pelo filho Otto Boehm com o novo maquinário, além dos serviços tipográficos, a casa comercial prestava trabalhos na área de litografia (1909), pautação, encadernação e fabricação de carimbos de borracha (1910), conforme informava o público em anúncio:

Fabrica de carimbos de borracha vulcanizados de C. W. Boehm - Joinville. Neste estabelecimento fabrica-se toda e qualquer especie de carimbos de borracha. Estes carimbos são indiscutivel utilidade para carimbar cartas, cartões, sobre-cartas, circulares, recibos, talões, caixas, pacotes, etc. etc,¹¹⁶

Conforme o professor historiador Walter de Queiroz Guerreiro (s/d), a partir de 1906 os trabalhos realizados pela tipografia não se limitam aos serviços litográficos, pois as atividades eram as mais diversas: "etiquetas, rótulos de produtos alimentícios, farmacêuticos, de higiene pessoal, utilitários, fumo, tecelagem e bebidas". A tipografia tinha grandes negócios e muitos clientes como, por exemplo: a Cervejaria Catharinense (Figura 29), para quem produzia os rótulos; a Buschle & Irmão de São Bento do Sul; a torrefação de café de Alberto Colin em Joinville; a impressão do folheto (Figura 28) referente à programação das festividades do imperador alemão Wilhelm II, da associação alemã de Joinville contendo textos nacionalistas, horários de comércio, concertos e o hino alemão¹¹⁷ de 1912. Assim como outras empresas de Joinville e região, conforme o anúncio mencionado acima

¹¹⁶ Jornal *Republica* 26 de maio de 1894, página 03, nº 28.

¹¹⁷ Informações preenchidas no formulário de tradução da coleção famílias, que se encontra na pasta "Otto Boehm", no Arquivo Histórico de Joinville.

sobre os carimbos de borracha, os quais foram ofertados em um jornal da capital.

Figura 28: Serviços tipográficos realizados pela empresa Boehm.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 29: Rótulo confeccionado pela empresa Boehm.

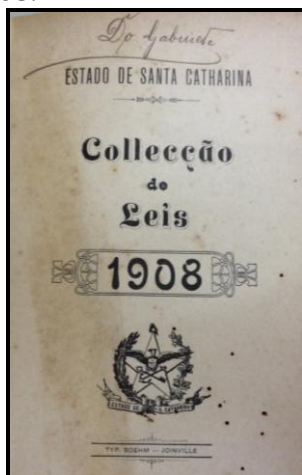


Fonte: Artigo no jornal Notícias do Dia de autoria de Maria Cristina Dias.

Além desses clientes, a empresa Boehm tinha como comprador de materiais escolares o Estado de Santa Catarina. No tempo da administração de Otto Boehm, a empresa foi responsável pelo abastecimento de objetos de escritório e expediente para o Estado nos anos de 1908 a 1910 e em 1912, sob o nome "Otto Boehm". De 1913 a 1915 e entre 1920 e 1921, a casa comercial era chamada de "C. W. Boehm". A empresa fornecia basicamente livros, mas, em diferentes formatos: livro para Instrução Pública, no tamanho de 0,55cm x 0,36cm, com 260 folhas; livros para receitas e despesas de 40

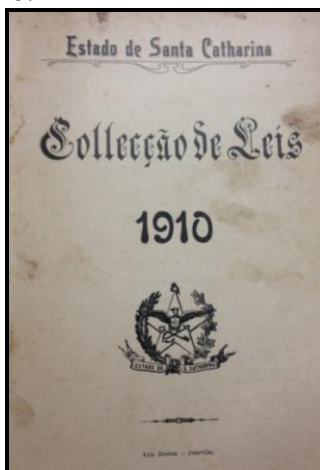
folhas no tamanho de 0,55cm x 0,36 cm; livro para Caixa Geral de 200 folhas no tamanho de 0,55cm x 0,40cm, etc. Os trabalhos de impressão eram solicitados pelo Estado, como a impressão de Leis. Entre os exemplos estão o caso do documento "Collecção de Leis - 1908 do Estado de Santa Catarina", da "Collecção de Leis - 1910 do Estado de Santa Catarina.

Figura 30: Coleção de Leis – 1908.



Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina.

Figura 31: Coleção de Leis – 1910.



Fonte: Arquivo Público de Santa Catarina.

Muitos desses materiais escolares, logo no início da Reforma da Instrução Pública de 1911 e da expansão da escola primária catarinense, - objetos e mobiliários - foram importados dos Estados Unidos e da Europa, vistos como os mais modernos e ideais para as escolas. Com os números das instituições escolares crescendo, a necessidade de manutenção e reparos e com os elevados custos dos equipamentos adquiridos fora do Brasil, cria-se uma demanda de um mercado regional, de comerciantes locais que produzissem o mesmo aparato escolar por custos reduzidos. Assim,

[...] o aumento de artefatos comercializados para atender as novas demandas da escola ganhou força, principalmente a partir da massificação da escola, da obrigatoriedade de ensino e da promoção política na compra de artefatos higiênicos e ergonômicos. Os objetos e mobílias, nesse contexto, passam a ser tomados como elementos fundamentais [...] (SOUSA, 2015, p. 42 - 43).

As escolas públicas, por meio dos programas e conteúdos pré-selecionados, moldam o modo como os professores deveriam educar seus alunos e, nesse processo de escolarização, com "tarefas mecanizadas" (LAWN, 2013, p. 222), os materiais escolares ganham grande relevância para aquisição da melhor forma do ensino-aprendizagem das crianças. Assim, "os objetos não eram escolhidos aleatoriamente, mas intimamente ligados a um conjunto de instruções e rotinas, usados dentro de um período de tempo fixado, e abertos a rigorosa inspeção" (LAWN, 2013, p. 225), desejando um modelo de escola ideal para a difusão de uma escola de massa.

Segundo Éolo Castanheira, bisneto de Otto Boehm, tudo que a escola precisava a Casa Boehm possuía¹¹⁸. Além de comprarem produtos industrializados para a venda, os Boehm também imprimiam em sua tipografia "cadernos e folhas pautadas que eram comercializadas na papelaria" (DIAS, 2013, p. 14-15). Era, portanto, um comércio renomado e bem-conceituado no mercado pelos joinvilenses, pois era

[...] na livraria, que os estudantes adquiriam os cadernos que usariam durante o ano escolar e todo material de papelaria que precisavam. E do setor de litografia da empresa saía dezenas de

¹¹⁸ Trecho retirado da entrevista realizada por Maria Cristina Dias, publicada com o título *Tipografia Boehm: no dia a dia do joinvilense*. In: *Jornal Notícias do Dia, SESSÃO Memória*. 2013, p. 13 - 15.

tipos diferentes de rótulos para os mais variados produtos da região [...] (DIAS, 2013, p. 13).

O comércio da família Boehm era diversificado e englobava diversos setores da economia do Estado, desde da escola "à produção e comercialização de materiais do ensino" (CASTRO et al., 2013, p. 275) até o ramo de bebidas.

Vários dos produtos escolares comercializados na papelaria eram anunciados nos jornais. Foram identificados três anúncios: um no jornal *A Comarca*, divulgando o item "pennas" e "artigos de escriptorios"; e dois no jornal *Commercio de Joinville*, ofertando borradores em um e, no outro, papel de música. Os anúncios normalmente eram pequenos e podem ser encontrados nos cantos das folhas, ofereciam o produto em letras de destaque indicando o local de compra com as iniciais C. W. Bohem. Outros anúncios com a venda de produtos ligados ao carnaval foram localizados, são eles: bisnagas, confetes e máscara (1914).

Figura 32: Anúncio de papel de música - C. W. Boehm.



Fonte: Jornal Comercio, 31 jan. 1908, p. 04, n. 206.

Notou-se que na administração de Otto Boehm os anúncios publicitários continuaram sendo feitos nos impressos de Joinville e em outros municípios de Santa Catarina, bem como na capital, levando as iniciais de C. W. Boehm, apesar de aparecerem com menos frequência nos jornais pesquisados, ficando por meses sem uma única oferta do estabelecimento.

Os negócios da família eram bem vistos e renomados para a sociedade da época, dado percebido pela forma como eram localizados os seus anúncios nas notas dos jornais,

através de trabalhos realizados por ela, conforme mostra um trecho retirado de uma notícia do impresso *O Município de Joinville*: "Guia Geral de Santa Catarina - Esteve conosco em visita o Snr. Antonio Portella, o qual nos veio mostrar um Album muito interessante que está elaborando sobre coisas do Estado e que vae mandar publicar na typographia Bohem"¹¹⁹. No ano de 1905 o comerciante participa da "Exposição de Agricultura Industrias e Artes" e ganha o prêmio de "medalha de primeira classe" pelos produtos expostos na Secção XXXV de trabalhos tipográficos e litográficos¹²⁰.

Figura 33: Certificado do prêmio de trabalhos tipográficos e litográficos, conferido a empresa Boehm.



Fonte: Documento localizado no Arquivo Histórico de Joinville.

¹¹⁹ Jornal *O Município* de 13 de março de 1910, página 02, nº 68.

¹²⁰ Documento localizado no Arquivo Histórico de Joinville. (Anexo 3).

Em 1919 a empresa, com a razão social Boehm & Cia. Ltda, contava com: "2 máquinas de litografia, 2 transporte, 2 de impressão manual, 2 automáticas, 2 máquina cilíndricas, manuais, 2 pautadeiras, entre outras máquinas importantes e indispensável no ramo da tipografia, com um quadro de 22 funcionários"¹²¹.

Figura 34: Selo da empresa Boehm.



Fonte: Página no Facebook - Joinville de Ontem.

Com a entrada do Brasil, em 1917, na Primeira Guerra Mundial, os europeus de origem alemã, que viviam em Santa Catarina, passam por períodos de grandes tensões, pois criou-se "um natural clima psicossocial de veemente nacionalismo" (FIORI, 1991, p. 114). As escolas das regiões onde os imigrantes viviam foram criadas e subsidiadas pelos próprios colonos, uma vez que o Estado não conseguia atender a todas as demandas, ficando por conta própria a seleção de material didático, currículo, professores, mobiliário e local de ensino. Com "os longos anos de isolamentos fizeram com que, se desenvolvesse uma total autonomia, tanto em relação à Alemanha quanto ao Brasil" (KLUG, 2003, p. 147). Para Klug (2003), os colonos percebiam a importância da convivência e da integração com o país onde viviam, mas no interior da

¹²¹ As informações foram retiradas de uma reportagem localizada no Arquivo Histórico de Joinville. Não estão identificados o autor e o jornal.

escola eram transmitidos "valores e padrões da cultura alemã" (p.145).

Diversas medidas por parte dos políticos para controlar e "nacionalizar o ensino" foram travadas, pois "vários legisladores passam a entender a instrução em língua alemã com uma forma de resistência à assimilação das coisas nacionais" (KLUG, 2003, p. 151).

Estas ações não se limitaram à escola, mas atingiram a população de origem alemã de modo geral. A família Boehm passou por tempos difíceis, a empresa foi perseguida, paredes pichadas e "Max Boehm entrou para uma 'lista negra' e já não poderia comprar mais os insumos para a impressão do jornal" (DIAS, 2014, p.15). O abastecimento dos utensílios necessários vinha da compra na Tipografia Koch. Desde então, os negócios da família começaram a decair, fechando suas portas na década de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi expresso até este momento, entende-se que estão embutidos nos materiais escolares valores, normas e condutas. Buscando conhecer um pouco mais acerca da materialidade escolar, a pesquisa teve como objetivo principal compreender formas e modos de comercialização de materiais escolares e sua força na expansão do ensino primário público em Santa Catarina, assim como no mercado escolar que se constituiu por meio da escola, no período de 1908 a 1921. Elegeu-se como principal fonte de pesquisa os jornais catarinenses nos anos de 1908 a 1921, apostando na localização, em suas páginas, de anúncios de utensílios escolares que ajudassem a entender a materialidade escolar, além de pistas/vestígios sobre a escola pública que agregassem mais informações na construção das análises do período estudado. A busca se deu em impressos salvaguardados na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em suporte físico e digital, e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Optou-se pelos impressos jornalísticos, pois têm se constituído como um importante material para pesquisa em educação, registrando acontecimentos e promovendo debates acerca da escola, ao mesmo tempo que propagam ideias e pensamentos. Articulando-se com as informações retiradas dos jornais, a fim de entender o porquê de determinados objetos aparecerem nestes em forma de anúncios de comercialização, foram acessados documentos da política educacional do Estado: leis, regimentos, regulamentos, assim como ofícios e correspondências alusivos à materialidade escolar.

Alguns dos jornais selecionados, que abarcavam o período estudado, não puderam ser acessados no suporte físico por não estarem em boas condições de manuseio. No entanto, grande parte dos periódicos encontra-se digitalizado e disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio

de Janeiro. A digitalização desses jornais foi muito importante para a pesquisa que ora se finda, pois foram localizados vários anúncios e diversas informações que ajudaram nas análises apresentadas. Por outro lado, é preciso ter consciência de que a digitalização não é um processo final que assegura que os documentos não se percam, é preciso a conservação e o restauro destes documentos.

O período de estudo corresponde a uma época governada por republicanos, com discursos marcados pela defesa da modernização, do progresso e da urbanização. Tais mudanças que deveriam ser levadas para dentro da escola, uma vez que os políticos da época a viam como um meio de propagação de objetivos e convicções. Era preciso, para isso, a ampliação no número de escolas públicas, pois as que existiam não eram suficientes para a população. No entanto, somente a expansão das escolas não era suficiente, pois eram necessárias também transformações no ensino, uma vez que a prática não estava condizente com o regime vigente e desejava-se romper com os moldes de uma educação vinda do Império, vista como ultrapassada. A partir dessa perspectiva, algumas mudanças foram traçadas e postas em prática, entre elas a Reforma da Instrução Pública no Estado de Santa Catarina, uma das mais importantes para o ensino primário catarinense. Entre as medidas estavam a construção de locais próprios para a educação, a contratação de professores capacitados para ensinar e o estabelecimento de um ensino calcado no método intuitivo. Além dessas medidas, estava o modelo de escola graduada e seriada: alunos agrupados por idade e por conteúdo, com materiais escolares e mobílias próprias, cuja aquisição era de responsabilidade do Estado.

Com esse modelo de ensino, as mudanças ocorreram tanto na parte pedagógica quanto na administrativa, transformações que permanecem até hoje nas escolas. Na parte pedagógica, uma das questões concebia que a aprendizagem deveria ser conduzida na forma desejada e exigida pelos

programas de ensino, ou seja, todos os alunos deveriam portar os mesmos objetos escolares, de uso exclusivo e individual, por questões de rendimentos dos conteúdos, para melhor aproveitamento do tempo, bem como por questões higiênicas. A criança passa a ter uma nova condição, a de aluno, advinda de uma nova constituição social, marcada pelas mudanças de um modelo de sociedade moderna.

À medida que a escola se expande, pela lei da obrigatoriedade escolar, o número de alunos que a frequentam aumenta, ampliando também a demanda de materiais escolares, pois quem deveria realizar a compra desses objetos eram os responsáveis pelas crianças. A escola passa a ser vista como um mercado, no qual interesses capitalistas veem formas de lucrar através do fornecimento de utensílios: materiais escolares, mobílias, uniformes, alimentação, entre outros artigos.

A partir dos anúncios de comercialização de produtos escolares, localizados nos jornais catarinenses, constatou-se a formação de um comércio escolar, ainda incipiente, dividindo espaço com outros artigos como bebidas, comidas, roupas. Eram diferentes artigos pertencentes a armazéns, servindo tais estabelecimentos comerciais também como livrarias, tipografias e papelarias. As formas e os modos como os materiais escolares eram comercializados nos jornais catarinenses mantinham um certo padrão: nas últimas páginas dos impressos de número 03 e 04, alterando em algumas edições quando o jornal continha mais páginas, localizados nos cantos das folhas, tendo uma publicação curta e direta; eram anunciados o produto e o local de venda, bem como os materiais comercializados que estavam nos documentos prescritos por lei - lápis, caneta, tintas, tinteiros, lousas, cadernos, mata-borrão, esponja, borracha, borradores, papel de música, livros escolares, bolsas e pastas escolares, entre outros utensílios.

Localizou-se apenas um anúncio na capa do jornal. Os jornais *O Pharol* de Itajaí e *O Correio do Povo* de Jaraguá do Sul chamaram a atenção por grande parte dos anúncios ocuparem a página inteira do impresso, ou grande parte da folha, anunciando materiais escolares, de papelaria, de livraria e serviços tipográficos. Em jornais como a *Gazeta do Commercio* e *O Correio do Povo*, em algumas edições, localizaram-se mais de um anúncio, chegando até quatro tratando de materiais escolares: borracha, livros em branco, cadernos, diversos, entre outros.

Tais dados evidenciam que o Estado de Santa Catarina possuía um comércio de utensílios escolares visando o abastecimento de recursos para a população local, assim como mantinha relações diferenciadas com alguns comerciantes do Estado. Uma vez que os objetos escolares adotados pelas crianças deveriam ser adquiridos por seus responsáveis, cabia ao Estado equipar as escolas com materiais de expediente e de escritório para o andamento dos afazeres burocráticos, conforme prescreviam os regimentos e os regulamentos.

Entende-se, portanto, que esse comércio, abastecia a população local e, além disso, que alguns comerciantes, como Carl W. Boehm, Octavio Lobo da Silveira e Pachcoal Simone & Filho (Livraria Moderna), destacaram-se por também proverem materiais de expediente e de escritório para as escolas, materiais estes comprados com recursos provenientes do Estado.

Deduz-se, com base nas informações alcançadas, que nem todos os comerciantes responsáveis pelo comércio de objetos escolares realizavam ofertas nos impressos, podendo realizá-las em revistas pedagógicas ou em outro tipo de veículo de informação. Cabe ressaltar que a pesquisa se desenvolveu em uma parte dos jornais, não englobando todos os impressos que circularam pelas regiões do Estado catarinense. Tal informação é relevante levando-se em conta que outros dados

podem ser contemplados em pesquisas futuras e com um recorte temporal diferente.

Os indícios levantados apontam, ainda, que, no decorrer dos anos, alguns dos materiais escolares vão permanecendo e outros vão perdendo espaço no interior da escola, conforme surgem novas demandas e práticas, bem como outros interesses e saberes são designados para a escola. Esta, por sua vez, vai se moldando conforme as necessidades sociais e políticas. Associa-se à modernização do ensino com a renovação dos materiais escolares inseridos em suas rotinas. Um dos exemplos observados, acerca da saída de objetos do contexto escolar, é a lousa. Por ser um item cuja escrita não poderia ser registrada de modo permanente, não permitindo a revisão e a memorização dos conteúdos, aos poucos foi sendo substituída pelo papel e igualmente pelo caderno. Tal aspecto também ocorreu com outros utensílios escolares: mata-borrão, borradores, lápis de pau, etc.

No período estudado, 1908 a 1921, foi possível perceber que além dos materiais que perderam espaço, outros permaneceram como objetos essenciais ao ensino. É, sem dúvida, o caso do caderno, do lápis, do quadro negro e de outros utensílios que continuam até hoje inseridos no cotidiano escolar.

Com as alterações nos artefatos escolares, vistos como tecnologias, esperava-se que os materiais escolares dessem conta de ensinar e institucionalizar a criança, preparando-as para uma sociedade ordeira, civilizada e moderna. Verifica-se que

[...] a composição material da educação escolar evidencia a incessante busca pela racionalização da escola como organização e as tentativas de tornar o ensino mais produtivo e eficiente, as aulas mais motivadas e atrativas, a educação mais moderna [...] (SOUZA, 2007, p. 165).

Percebe-se, por meio do documento Mensagens dos Governados do Estado de Santa Catarina e nos relatos de professores, que o modelo de escola proposto não atingiu toda a população como se pretendida, mas apenas um determinado grupo - aquele com um poder aquisitivo mais elevado -, marginalizando os mais pobres.

De acordo com Valle e Gaspar da Silva (2013), "entre os ideais que embalam o projeto de escolarização universal está a ideia de que a cultura partilhada pela instituição escolar teceria um cenário mais uniforme, socialmente mais homogêneo" (p. 303), porém, na prática, houve segregação, pois apenas uma pequena parte da população teve acesso às escolas modelo.

Os dados levantados indicam que o provimento do material escolar, sob responsabilidade do Estado - mobília escolar e os objetos de expediente e de escritório -, não se efetivou, pois, o poder público não tinha condições de equipar e manter todas as escolas igualmente. A escola tornou-se, desse modo, demasiado cara para os recursos disponíveis. Foram priorizadas as escolas instaladas nos centros urbanos, as quais deveriam ser vistas como os modelos a serem seguidos, desde a construção do prédio até o material escolar. Enquanto nos locais mais afastados - vilas e zonas rurais - havia regiões que não tinham nem mesmo um lugar próprio para o ensino.

Empreenderam-se, então, estratégias a fim de dar conta de uma escola que o Estado não conseguia manter. Foram criados fundos, taxas e ações assistencialistas para amparar as despesas das escolas e dos alunos carentes, ou seja, aqueles que não possuíam condições de comprar material escolar, merenda e uniforme.

Apesar de trazer, ao longo da presente dissertação, dados a respeito da escola primária de outros estados brasileiros e demonstrar a existência de pontos comuns, idealizados e organizados por políticos e intelectuais na área da educação, entende-se que cada escola primária teve suas

particularidades e singularidades, tanto na cultura material, quanto nas atividades realizadas pelos professores, bem como nos métodos de ensino empregados, entre outros aspectos.

Espera-se que o presente trabalho contribua para a História da Educação e para áreas afins, principalmente no que se refere à cultura material escolar da escola primária, colaborando para pesquisas futuras a respeito da materialidade escolar catarinense. Pretende-se, enfim, fazer com que o assunto não se esgote e que outras questões possam ser levantadas, por não terem sido aqui aprofundados. Almeja-se que este trabalho possa servir como sugestão e uma porta aberta a fim de estimular outras produções.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola:** a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1974-1914). São Paulo: USP, 2014. 339f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

ALCÂNTARA et al. Educação, História e Cultura Escolar: a pesquisa como processo formativo do estudante de (Pós) Graduação. In: CASTRO, César Augusto Castro (Org.). **Cultural material escolar:** a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS). São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011. p. 69-03.

BARBOSA, Aurora Maria Putton. **Integração regional de Santa Catarina:** a rodovia BR 282. 2010. 94f. (Monografia) - Centro de Ciência Humanas e da Educação, Universidade de Santa Catarina, 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista.** Curitiba, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a08n49.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

BERRI, André Luis; SOSSAI, Fernando Cesar. **Design e tipografia:** modo de fazer, modos de pensar a cidade. On the

W@terfront, Barcelona, v. 40, n. 4, p. 07-25 dez. 2015.

Disponível em:

<<http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/304912>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CASTRO, César Augusto Castro. **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS). São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

CASTRO et al. Cultura Material Escolar: Fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MA, SP, PR, SC e RS, 1870 -1925). In: SOUZA, Rosa Fátima de Souza, GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigação comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMT, 2013. p. 273-316.

CATANI, Denise; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COELHO, Joseilma Lima; SILVA, Ana Paula. Educação na imprensa: elementos para escrita da história da escola primária do Maranhão no século XIX. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação 2013 - Cuiabá. **Anais VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da**

História da Educação no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bytp97>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis: Insular**, 2005.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHEREM, Rosângela Miranda. **Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade**. Florianópolis: UDESC, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: Escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: LEVY, Marcus (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79-00.

CURY, Cláudia Engler. A casa Genoud no final do século XIX: um lugar de sociabilidade investida de modernidade pedagógica. In: **Anais VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes Interpretativas e Internacionalização**. Maringá, 2015.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Maria Cristina. Tipografia Boehm: no dia a dia do joinvilense. In: **Notícias do Dia - Sessão Memória**. Joinville, 2013. p. 13-15.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. Belo Horizonte: EDUFU, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e

desafios. In: LEVY, Marcus (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FERNANDES, Mario Luiz. **Origens da imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: ADJORI-SC, 2009.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina - períodos imperial e republicano. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SCHÜEROFF, Dilce. **Memória Docente**: história de professores catarinenses (1890-1950). Florianópolis: UDESC Editora, 2010.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Regulamentos para Instrução: para além do ensino, as condutas. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Historiografia**, 2000, Rio de Janeiro.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos Escolares: criação mais feliz da república? Mapeamento da Produção em Santa Catarina. **Revista Linhas** (PPGE/UDESC), v. 10, pp. 31-53, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1827>>. Acesso em 23 fev. 2016.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; VALLE, Ione Ribeiro. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 303-319.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; JESUS, Camila Mendes de; FERBER, Luiza Pinheiro. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina - séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012. p.149-168.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012, p. 27-62.

HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Editora UFSC, 1998.

JÁMUNDÁ, Theobaldo Costa. Falando de Alemães. **Jornal Boi de Mamão**, n. 6, Florianópolis, 1981. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/boidemam%C3%A3o/BOI1981006.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016. p. 2-9.

JUNIOR, Laerthe de Moares Abreu. O caderno de recortes sobre educação do "Diário Oficial do Estado de São Paulo": inícios de cultura material na escola primária "Dr. Jorge Tibiriçá" (1930-19147). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200008>. Acesso em: 23 jul. 2016. p. 172-188.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 141-154.

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. **Revista Linhas**, Florianópolis - SC, v. 14, n. 26, p. 222-243, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

LAWN, Martin; GROSVENOR, Ian. Em caso de dúvida, preservar: explorando os vestígios da cultura material e de ensino em escolas inglesas. In: MOGARRO, Maria João (org.). **Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Colibri/IEUL, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_r6CYm2yjQCaFJtVU1YMXNzdGM/view>. Acesso em: 21 jul. 2016.

LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil (1916 - 1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 117-127

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Felipe. **Uma Ilha de Leitura: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MARCELINO, Roseléia; MACHADO, Alzemi. **Catálogos de jornais catarinenses: 1831 – 2013**. Florianópolis: FCC, 2014.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola**: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia. Lisboa: Educa, 2000.

KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; NEVES, Tainara Lemos de. Objetos da escola e preceitos higienistas: condutas no Grupo Escolar Lauro Müller. In: GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina - séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012. p. 129-148.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC Edições: Lunardelli, 1992.

PERON, André; MAAR, Alexandre; NETTO, Fernando Del Prá. **Santa Catarina**: história, espaço geográfico e meio ambiente. Florianópolis: Insular, 2011.

RABELO, Giani. Memória, objetos e arquitetura: um pouco da cultura escolar, de uma escola pública catarinense. In: SANTOS, Ademir Valdir & VECHIA, Ariclê (Orgs.). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. Curitiba: UTP. p. 91-107.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SCHAFASCHEK, Rosicler. Educar para civilizar e instruir para progredir: a questão educacional nos jornais de Desterro na década de 1850. In: SCHMIDT, Leonete Luiza;

SCHAFASCHEK, Rosicler; SCHARDONG, Rosmeri (Orgs.). **A educação em Santa Catarina no século XIX**: as escolas de instrução elementar e secundárias e os debates nos jornais da época. Florianópolis: DIOESC, 2012. p. 25-132

SOUSA, Gustavo Rugoni. **Da indústria à escola**: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954). 2015. 217 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUSA, Rogério Luiz. As Escolas Paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 155-173.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista** (Impresso), Curitiba, n. 49, jul./set. 2013, p. 103-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-406020130003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 dez. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, Gizele. Cultura Escolar Material na História da Instrução Pública Primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, maio/ago. 2007, p. 17-31. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/129>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SOUZA, Gizele de; FREITAS, Anamaria G. B. **Revista Linhas**, Florianópolis, n. 30, jan./abr. 2015, p. 04 - 06. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/423/showToc>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização: A** implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: Reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, Rosa Fátima de Souza, GASPARD DA SILVA, Vera Lucia; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigação comparada sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMT, 2013, p. 19-58.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A Escola Normal Catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 221-252.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia**

da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPAR DA SILVA, Vera Lúcia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização.

Revista Linhas, Florianópolis - SC, v. 11, n. 2, p. 29-45

jul./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

VEIGA, Eliane Veras. **Florianópolis: Memória Urbana**.

Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete. **Capitalismo e escola no Brasil**.

Campinas, Papyrus, 1990.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR**, Campinas - SP, v.

10, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Disponível em:

<<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/3370>>.

Acesso em: 08 mar. 2016.

GUERREIRO, Walter de Queiroz. **Ottokar Dörffel e as artes**

gráficas. In: Arquivo Histórico de Joinville, pasta: Tipografia Boehm & Cia. Ltda.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRANCO, Joseilma Lima Coelho Castelo. **Instituição da escola primária privada na Província do Maranhão (1834-1854)**.

2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FERBER; Luiza Pinheiro. **Um mal necessário**: as escolas isoladas urbanas no projeto político republicano (1911-1928). 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015.

FILHO, Jão Cardoso Palma. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). **Cadernos de Formação** - História da Educação. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

MAGALHÃES, Clarice do Rego; AMARAL, Giana Lange. O uso de periódicos como fonte em pesquisa sobre instituição educativa. In: **Anais VI Congresso Brasileiro de História da Educação** - O Ensino e a Pesquisa em História da Educação: “Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil”. Vitória, 2011.

MEDA, Juri. III Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico y V Jornadas Científicas de la Sociedad Española para el Estudio del Patrimonio Histórico Educativo. **La Historia material de la escuela**: como fator de desarrollo de la investigación histórico-educativa en Italia, nov. 2012. Disponível em: <<http://congresos.um.es/fimupesephe/fimupesephe2012/paper/viewFile/14921/11871>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

PEREIRA, Moacir. A mídia. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 489-505.

PERIOTTO, Marcília Rosa. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 13, n. 53, p. 41-55, out. 2013. Disponível em:

<<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/issue/view/292>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

SCHAFASCHEK, Rosicler. **Educar para civilizar e instruir para progredir**: análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850. 1997. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

TOLEDO, Cézár de Alencar Arnaut de; JUNIOR, Orimar Skalinski. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas - SP, v. 12, n. 48, p. 255-268, dez. 2012. Disponível em:
<<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/issue/view/275>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. O uso dos impressos como fonte e objeto de investigação para estudos em História de Educação. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 2008, Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a Pesquisa em História da Educação**. UFS/UNIT, 2008. Eixo temático: 3, Fontes e Métodos em História da Educação. p. 02-12. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=336>. Acesso em: 29 set. 2015.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

SANTA CATARINA. Regulamento para Instrucção Publica. **Decreto n. 585, de 19 de abril 1911.** Gab. Tip. D <O Dia>. Florianópolis, 1911. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Collecção de Leis 1908. **Lei n. 780 de 22 de agosto de 1908.** Typ. Boehm - Joinville. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Collecção de Leis 1910. **Lei n. 846 de 11 de outubro de 1910.** Typ. Boehm - Joinville. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regimento Interno das Escolas Publicas Primarias. **Decreto n. 371 de 25 de março de 1908.** Gab. Tip. D <O Dia>. Florianópolis, 1908. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Collecção de Leis, Decretos e Resoluções de 1916. **Lei n. 1130, de 28 de Setembro.** Offic. a Elec. da Empreza d'"O DIA,, - 1916 -. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento das Caixas Escolares. **Decreto n. 976, de 14 de Novembro de 1916.** Florianópolis - Officina a elect. da Empreza d'"O DIA,,. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Livro: Correspondências recebidas 1908-1912.** Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catharina (1835 - 19179)**. Autora: Olivia da Maia Mazzoli. Florianópolis, SC - Fevereiro de 1980. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Termo de Contrato de Tesouro - nº 6 - 1907/11**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Termo de Contrato de Tesouro - nº 7 - 1911/14**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Termo de Contrato de Tesouro - nº 8 - 1914/19**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Termo de Contrato de Tesouro - nº 9 - 1919/20**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Termo de Contrato de Tesouro - nº 6 - 1920/22**. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Collecções de Leis do Estado de Santa Catharina 1911. **Lei n. 904, de 6 de setembro de 1911**. Gab. Tip. D <O Dia> 1912. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina - Promulgados na sessão do anno de 1874. Cidade de Desterro. **Lei n. 699 de 11 de abril de 1874**. Typ. de J.J. Lopes, Rua da Trindade n. 2 - 18174. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Caderno: Ofícios expedidos 1908/1909.** Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento das Escolas Complementares do Estado de Santa Catharina. **Decreto n. 604 de 11 julho de 1911.** Gab. Typ. D' <O Dia> 1911. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento das Escolas Reunidas. **Decreto n. 929, de 5 de Abril de 1916.** Gab. Typ. D' <O Dia> 1911. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento e Programa das Escolas Complementares. **Decreto n. 1.204, de 19 de Fevereiro de 1919.** Offcinas da Emprensa Official - 1919. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrucção Publica do Estado de Santa Catharina. Typ. **Decreto n. 348.** <<Gutenberg>> Florianópolis 1908. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrucção Publica. **Lei n. 967, de 22 de Agosto de 1913.** Gab. Typ. D' <O Dia> 1913. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Programma de ensino dos Grupos Escolares. **Decreto n. 1322, de 29 de janeiro de 1920.** Offcinas a elect. da Emprensa Official 1920. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. **Decreto n. 588 de 22 de Abril de 1911.** Gab. Typ. D' <O Dia> 1911. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de S. Catharina. **Decreto nº 795 de 2 de Maio de 1914.** Typ. Boehm - Joinville 1914. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

SANTA CATARINA. **Programma dos Grupos Escolares e Esolas Isoladas do Estado de Santa Catarina**, aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 587 de 22 de abril de 1911 (Gab. Typ. D' < O Dia > Florianópolis, 1911. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina**, aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de maio de 1914. (Gab. Typ. D' < O Dia > Florianópolis, 1914. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1908.** Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Ricard, Governado do Estado na 2.^a Sessão da 7.^a Legislatura do Congresso Representativo em 2 de Agosto de 1908. Typ. Boehm - Joinville. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1909.** Mensagem lida pelo Exm. Sr. Coronel Gustavo Ricard, Governado do Estado na 3.^a Sessão da 7.^a Legislatura do Congresso Representativo em 16 de Agosto de 1909. Typ. Boehm - Joinville. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1910.** Mensagem lida pelo Exm. Sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado na 1.^a

Sessão Ordinaria da 8.^a Legislatura Rabo Congresso Representativo em 17 de Setembro de 1910. Typ. a vapor da Livraria Moderna. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1911.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Gab. Typ. D' <O Dia> 1911. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1912.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Gab. Typ. d' O Dia. 1912. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1913.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 04 de Julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Gab. Typ. d' O Dia. 1913. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Synopse 1914.** Administração do Estado Quatriennio de 1910 a 1914 Syponse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao EXMO Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representatido do Estado ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914. Gab. Typ. d' O Dia. 1914. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1915.** Mensagem apresentada ao Congresso representativo pelo Major João Guimarães Pinho Presidente do mesmo Congresso, no exercicio do cargo de Governador. Em 9 de Julho de 1915.

Gab. Typ. d' O Dia. 1915. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1916.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 24 de Novembro de 1916, pelo Sr. Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1917.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 14 de Agosto de 1917, pelo Sr. Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1918.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 8 de Setembro de 1918, pelo Sr. Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1919.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 22 de Julho de 1919, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, Vice - Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1920.** Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 22 de Julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, Vice - Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SANTA CATARINA. **Mensagem 1921**. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em sessão extraordinária de 22 de Julho de 1921, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, Vice - Governador, no exercicio do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAIS

Jornal **O Catharinense**, São Bento do Sul. Anos pesquisados: 1911 (maio) (jul/dez), 1912 (março), 1914 (janeiro a agosto), 1915 (dezembro) e 1918 (agosto). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal **A Comarca**, Joinville. Anos pesquisados: 1915 (novembro), 1916 (dezembro) e 1917 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal **O Commercio de Joinville**, Joinville. Anos pesquisados: 1908 a 1910 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal **Gazeta de Joinville**, Joinville. Anos pesquisados: 1908 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal **Município de Joinville**, Joinville. Anos pesquisados: 1919 e 1920 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal **Gazeta do Commercio**, Joinville. Anos pesquisados: 1914 a 1918 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal **A Revista**, São Francisco do Sul. Anos pesquisados: 1908 (setembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal **Correio do Povo**, Jaraguá do Sul. Anos pesquisados: 1920 (fevereiro), 1921 (janeiro a dezembro). Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal **O Pharol**, Itajaí. Anos pesquisados: 1908 a 1910 (janeiro a dezembro), 1912 (janeiro a dezembro), 1913 (janeiro a dezembro), 1915 (janeiro a dezembro), 1916 (janeiro a dezembro), 1918 a 1921 (janeiro a dezembro). Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal **A Época**, Florianópolis. Anos pesquisados: 1914 a 1918 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal **O Estado**, Florianópolis. Anos pesquisados: 1915 (maio e junho) (agosto a dezembro), 1916 (fevereiro e março) (julho a dezembro), 1917 a 1921 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal **O Dia**, Florianópolis. Anos pesquisados: 1908 a 1918 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal **Republica**, Florianópolis. Anos pesquisados: 1918 a 1921 (janeiro a dezembro). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

APÊNDICE 1

Ficha de registro de objetos e móveis escolares – Projeto de Pesquisa: “OBJETOS DA ESCOLA: Cultura material da escola graduada (1870 – 1950)”.

Nome do impresso:		Tipo de impresso:	
Ano de circulação:	Mês:	Dia:	
Periodicidade:	Tipo de impressão: l		
Número, volume ou reimpressão:	Seção:	Página:	
Localização no impresso:		Editora e/ou local de impressão:	
Título da matéria ou seção:			
Autoria:	Imagem: sim () não () Colorida: sim () não () Tipo da imagem:		
Transcrição da matéria:			
Observações adicionais:			
Preenchido por:			Dia
Fotografado por:			Dia

Fonte: Ficha organizada pela equipe do Projeto de Pesquisa “Objetos da Escola”.

APÊNDICE 2

Tabela 1: Coleções de jornais digitalizadas.

Jornal	Local de circulação	Ano	Data/Números Disponíveis	Existência de anúncio de objetos escolares	Caracterização do Jornal	Obs.
A Guilhada	Tubarão	1911	04 de junho/nº 02	Não	Contém quatro páginas, com um perfil literário, conteúdo apenas um anúncio referente a tipografia em que era produzido: “Typographia America”.	
			25 de junho/nº 05	Não		
			06 de agosto/nº II	Não		
O Alpha	São Francisco do Sul	1911	01 de março/nº 09	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado nas páginas de número três e quatro anúncios diversos: calçados, alfaiataria, bebidas, entre outros.	
O Alfabeto	Itajaí	1908	13 de dezembro/nº I	Não	Contém seis páginas, perfil literário, conteúdo apenas um anúncio referente “Lyceu Infantil”. No jornal do dia 27 de abril de 1909, contém quatro páginas, no qual a última, encontra-se anúncios diversos: sapataria, padaria e novamente do “Lyceu	Publicação mensal
		1909	10 de janeiro/nº 02	Não		
			27 de março/ nº 04	Não		
			27 de abril/nº 05	Não		

					Infantil”.	
Argo	Florianópolis	1910	20 de fevereiro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário e não possui anúncios.	Publicação bimensal
			06 de março/sem número	Não		
O Argonauta	Tubarão	1911	20 de agosto/nº 12	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado nas páginas de número três e quatro anúncios diversos: médico, advogado, entre outros. O jornal do dia 02 de abril de 1912, contém oito páginas, no qual os anúncios divers estão localizados nas páginas sete e oito. O jornal do dia 27 de outubro de 1912, contém apenas duas páginas e nenhum anúncio.	Publicação semanal
		1912	24 de março/nº 53	Não		
			02 de abril, nº 54	Não		
			27 de outubro/nº 86	Não		
Azar	Florianópolis	1911	Nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário.	Não é informado a data de publicação
Bisturi	Florianópolis	1910	01 de setembro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário.	
O Canoinhas	Canoinhas	1909	Fevereiro/nº 2	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado nas páginas de número quatro anúncios diversos:	Não informado o dia de publicação

					sapataria, barbearia, entre outros.	
O Casaca	Florianópolis	1911	30 de julho	Não	Contém quatro páginas, perfil literário.	Não é informado o número de publicação
Chaleira	Florianópolis	1912	03 de março/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário e não possui anúncios.	
O Clarim	Lages	1908	30 de abril/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário e não possui anúncios.	
O Escolar	Joinville	1908	07 de novembro/nº 21	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, não possui anúncios.	
O Escudo	Lages	1908	01 de janeiro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado nas páginas de número três e quatro anúncios diversos: cigarros, bebidas, alimentos, entre outros.	Publicação semanal
			02 de maio/ nº 16	Não		
			15 de maio/nº 18	Não		
			22 de maio/nº 19	Não		
			28 de maio/nº 20	Não		
			06 de junho/nº 21	Não		
			10 de setembro/nº 35	Não		
			17 de setembro/nº 36	Não		
O Estoque	Tubarão	1909	06 de outubro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário com notícias: políticas, sociais e culturais. No	
			07 de dezembro/nº 5	Não		
		1910	14 de novembro/nº 3	Não		

		1911	31 de agosto/nº 18	Não	jornal do dia 07 de dezembro de 1909, aparece um único anúncio da “Typographia “Patria””. No jornal do dia 14 de novembro de 1910, localiza-se nas páginas de número três e quatro grande variedade de anúncios diversos, principalmente de brinquedos.	
O Estudante	São Francisco do Sul	1908	20 de março/nº 10	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado na página de número quatro uma sessão de anúncios diversos: bebidas, entre outros.	
A Fé	Florianópolis	1908	01 de janeiro/nº 160	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado na página de número quatro anúncios diversos: farmácia, sapataria, entre outros.	Na BPSC encontra-se edições em papel que ainda não estão no formato digital
		1909	18 de setembro/nº 190	Não		
Gazeta Catharinense	Brusque	1908	15 de janeiro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado na página de	O jornal tinha como diretor Hercílio

					número dois e três anúncios diversos: farmácia, livraria, entre outros.	Luz. Na BPSC encontra-se edições em papel que ainda não estão no formato digital
			30 de janeiro/nº 14	Não		
			31 de janeiro/nº 15	Não		
			25 de dezembro/ nº 287	Não		
		1910	01 de outubro/sem número	Não		
Gazeta de Itajahy	Itajaí	1912	15 de fevereiro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, perfil literário, localizado na página quatro anúncios diversos: colégio, padaria, entre outros.	
			31 de março/nº 06	Não		
			14 de abril/nº 08	Não		
			13 de abril/nº 365	Não		
Gazeta Joaquinense	São Joaquim	1911	16 de outubro/nº 69	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais, localizado na página de número três e quatro, anúncios diversos: farmácia, entre outros.	
O Libertador	Itajaí	1910	09 de julho/nº 18	Não	Contém cinco páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais,	
		1911	Sem data/nº 11	Não		

					localizado nas páginas três e quatro anúncios diversos: hotel, entre outros. O jornal do dia 09 de julho de 1910 possui apenas duas páginas.	
A Lyra	São Francisco do Sul	1908	01 de março/nº 05	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais e não possui anúncios.	
		1908	14 de junho/nº 13	Não		
O Marujo	Florianópolis	1908	24 de janeiro/nº 04	Não	Contém quatro páginas, com notícias: políticas, sociais e culturais referente a Marinha ou que tenha ligação: previsão do tempo, deveres dos militares, entre outras. Não possui anúncios.	Os jornais de números 05, 06, 07, 08 e 11, não possuem datas.
			fevereiro e março/ nº 05 e 06	Não		
			abril e maio/nº 07 e 08	Não		
			24 de junho/nº 09	Não		
			Sem data – Agosto/nº 11	Não		
			12 de agosto/ nº 12 e 13	Não		
A Notícia	Lages	1912	01 de janeiro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, notícias: políticas, sociais e culturais, localizado nas páginas de dois, três e quatro anúncios diversos: perfume, restaurante, sapataria entre outros.	

Oriente	Florianópolis	1911	08 de dezembro/ nº 01 – I Fase	Não	Contém quatro páginas, notícias: políticas, sociais e culturais, não possui anúncios.	
A Penna	Tubarão	1910	16 de janeiro/nº 3	Não	Contém quatro páginas, notícias: políticas, sociais e culturais, localizado na página quatro anúncios diversos: barbearia, advocacia, entre outros.	
A Revista	São Francisco do Sul	1908	01 de setembro/nº 04	<u>Sim</u>	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais, localizado na página quatro, sessão de anúncios diversos: charutaria, entre outros.	Mais informações sobre o anúncio, na ficha de registro
A Tesoura	Florianópolis	1911	29 de janeiro/nº 42	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais, localizado na página quatro, sessão de anúncios: venda, aluguel, entre outros.	
Tesourão	Florianópolis	1909	26 de dezembro/nº 1	Não	Contém quatro páginas, notícias: políticas, sociais e culturais e não possui anúncios.	

A Thesoura	Tubarão	1911	15 de maio/nº 6	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais. Possui um único anúncio na página quatro da tipografia “Typographia America”, quem produzia o jornal.	
O Trabalho	Curitibaños	1908	04 de janeiro/ nº 04	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais, localizado na página quatro anúncios diversos: bebidas, roupas, sapataria entre outros.	
O Typogra- pho	Desterro – Florianópolis	1911	8 de junho/nº 01	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais e não possui anúncios.	
Vida Futura	Araranguá	1912	Setembro/nº 01	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais, localizado nas páginas três e quatro anúncios diversos: banco, tipografia, entre outros.	Não tem dia
Xanxerê	Xanxerê	1911	01 de novembro/nº 13	Não	Contém quatro páginas, notícias: sociais e culturais, localizado na página quatro anúncios diversos: banco, remédio, médico, entre outros.	

Fonte: Quadro organizado pela autora.

APÊNDICE 3

Tabela 2: Informações referentes aos anúncios de materiais escolares.

Ano	Jornais	Região	Material	Data que aparece pela primeira vez o anúncio	Quantas vezes o anúncio se repete	Obs.
1908	A Revista	São Francisco	Livro, tinteiros, pastas, canetas, tintas, lápis, penas	01 de setembro	Não se repete	Mencion a que possui outros materiais escolares.
	Commercio de Joinville	Joinville	Borradores	05 de janeiro	20 vezes	
			Papel de Música	31 de janeiro	17 vezes	
	Gazeta de Joinville	Joinville	Cadernos escolares	29 de fevereiro	57 vezes	
	O Dia	Florianópolis	Mapas	01 de junho	24 vezes	
1909	O Pharol	Itajaí	Cadernos escolares, tintas, mata-borrão, louza, guarda-lápis	14 de maio		
			Cadernos escolares, caneta, penas, lápis, tinteiros	12 de março	11 vezes	Anuncia outros artigos escolares
1910	Commercio de Joinville	Joinville	Canetas	09 de junho	19 vezes	

	O Pharol	Itajaí	Não menciona um objeto escolar específico, apenas artigos de papelerias	29 de abril	03 vezes	
			Cadernos escolares, pena, tinteiro, lápis,	29 de abril	Não se repete	
			Lapiseiras, canetas, pena, cadernos escolares, mata-borrão, tintas, lousa, borracha	16 de dezembro	Não se repete	
			Tinta	29 de julho	Não se repete	
			Tinta	22 de julho	11 vezes	
			Tinta	17 de junho	Não se repete	
1911						
1912	O Dia	Florianópolis	Livros escolares e cadernos escolares	27 de janeiro	05 vezes	
	O Pharol	Itajaí	Cadernos de caligrafia	10 de maio	01 vez	
			Cadernos, mata-borrão, lousas, borradores, lápis	11 outubro	03 vezes	
			Livros escolares	09 de fevereiro	03 vezes	

			Mata-borrão, lousas, canetas, giz, tinta,	28 de junho	11 vezes	Anuncia outros artigos escolares
1913	O Pharol	Itajaí	Cadernos	09 de maio	19 vezes	
			Livros escolares,		Não se repete	Anuncia outros artigos escolares
			Mata-borrão, giz, tinta, canetas, tinteiro, lápis, régua, lousa	09 de maio	10 vezes	Anuncia outros artigos escolares
			Objetos escolares	31 de janeiro	40 vezes	Não especifica qual objeto escolar
1914	Gazeta do Comércio	Joinville	Caderno escolares	25 março	1914 - 47 vezes 1915 - 54 vezes 1916 - 21 vezes 1917 - 42 vezes 1918 - 33 vezes	
			Livros escolares	10 janeiro	01 vez	

	O Cathari-nense	São Bento	Cadernos Escolares	22 fevereiro	09 vezes	
			Cadernos Escolares	14 junho	01 vez	
1915	O Estado	Florianópolis	Aparadores para lápis	09 junho	Não se repete	
	O Pharol	Itajaí	Lápis, lousa, livros escolares	15 de janeiro	Não se repete	
			Objetos escolares	19 março	06 vezes	Não especifica qual objeto
1916	Gazeta do Comercio	Joinville	Borracha	19 fevereiro	02 vezes	
			Livros escolares	02 de fevereiro	01 vez	Anuncia outros artigos juntos
1917	A Comarca	Joinville	Penas	06 de maio	05 vezes	
	A Época	Florianópolis	Cadernos e livros	17 de março	01 vez	Além desses objetos coloca que vende apetrechos colegiais
1918	Gazeta	Joinville	Livros	02	21 vezes	

	do Comercio		escolares	fevereiro		
			Lousa para escola	25 de maio	8 vezes	
			Artigo escolares	23 de março	01 vez	Não especifica o que vende de artigo escolares, apenas anuncia
			Artigos escolares	23 fevereiro	02 vezes	Não especifica o que vende de artigo escolares, apenas anuncia
			Livros escolares	23 de março	14 vezes	Anuncia outros artigos juntos
			Livros escolares	02 fevereiro	02 vezes	
	O Pharol	Itajaí	Caderno de caligrafia , lapiseira, borracha, lápis, tinta, régua, cartilhas,	16 de novembro	02 vezes	Anuncia outros objetos escolares
1919	Republica	Florianópolis	Giz escolar	18 maio	07 vezes	Anuncia outros artigos juntos
	O Município de Joinville	Joinville	Lápis, tinta	07 de junho	15 vezes	Anuncia outros artigos juntos
			Papel	17 de maio	18 vezes	
			Cadernos escolares	22 novembro	01 vez	

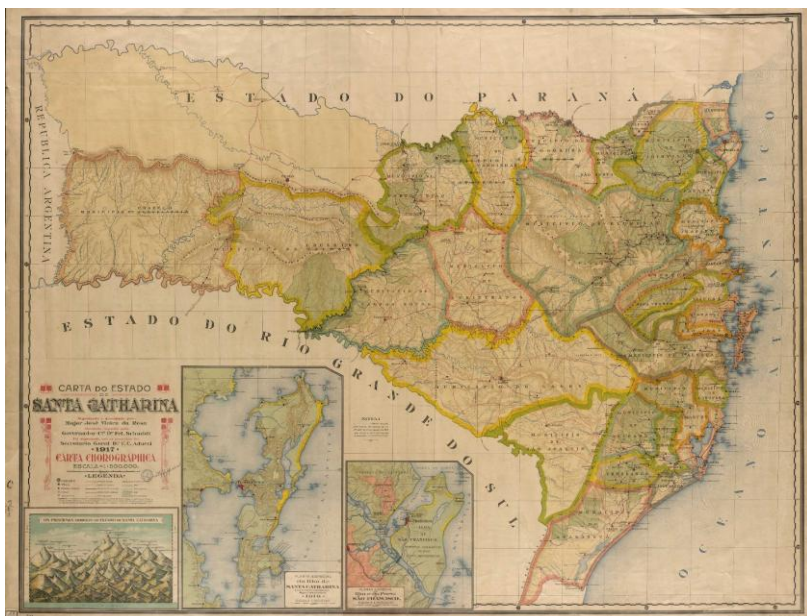
1920	Correio do Povo	Jaraguá do Sul	Livros escolares	07 fevereiro	01 vez	
1921	Correio do Povo	Jaraguá do Sul	Bolsas escolares	07 de maio	01 vez	
			Cadernos de caligrafia , Lousas, Lapis, Livros escolares,	08 de janeiro	07 vezes	Entre outros objetos
			Bolsas escolares, livros escolares, canetas, tinteiros, giz, borradores, livros escolares, lápis, mata borrão, penas, tintas.	15 de outubro	01 vez	Entre outros objetos.
				01 de outubro	01 vez	Não anuncia um item específico para escolas, apenas: "Typografia, papelaria, sacos de papel e brinquedos
			Livros escolares, bolsas escolares	27 de agosto	01 vez	
			Tintas, bolsas escolares, lápis, canetas, livros escolares,	17 de setembro	01 vez	Anuncia outros materias

			penas, borrachas			
			Artigos escolares	08 de janeiro	40 vezes	Não especifica quais artigos escolares
			Bolsas escolares, lápiz, canetas, lapiseiras , tinta, tinteiros, giz, livros escolares, cadernos escolares.	08 de janeiro	06 vezes	

Fonte: Exemplares dos Jornais: *O Catharinense*, *A Comarca*, *O Commercio de Joinville*, *Gazeta de Joinville*, *Município de Joinville*, *Gazeta do Commercio*, *A Revista*, *Correio do Povo*, *O Pharol*, *A Época*, *O Estado*, *O Dia e Republica*. Quadro organizado pela autora.

ANEXO 1

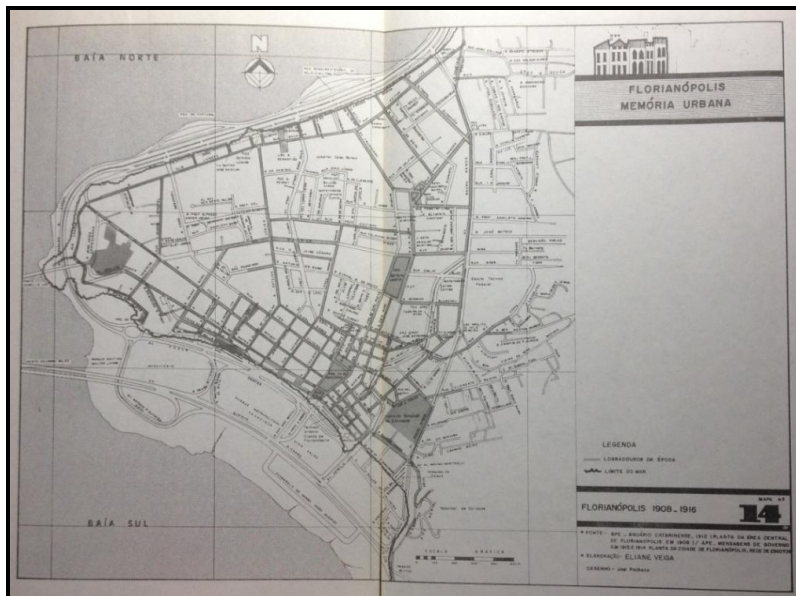
Mapa das regiões do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ANEXO 2

Mapa - Centro Urbano de Florianópolis.



Fonte: Eliane Veras da Veiga. Mapa retirado do livro: *Florianópolis Memória Urbana*.